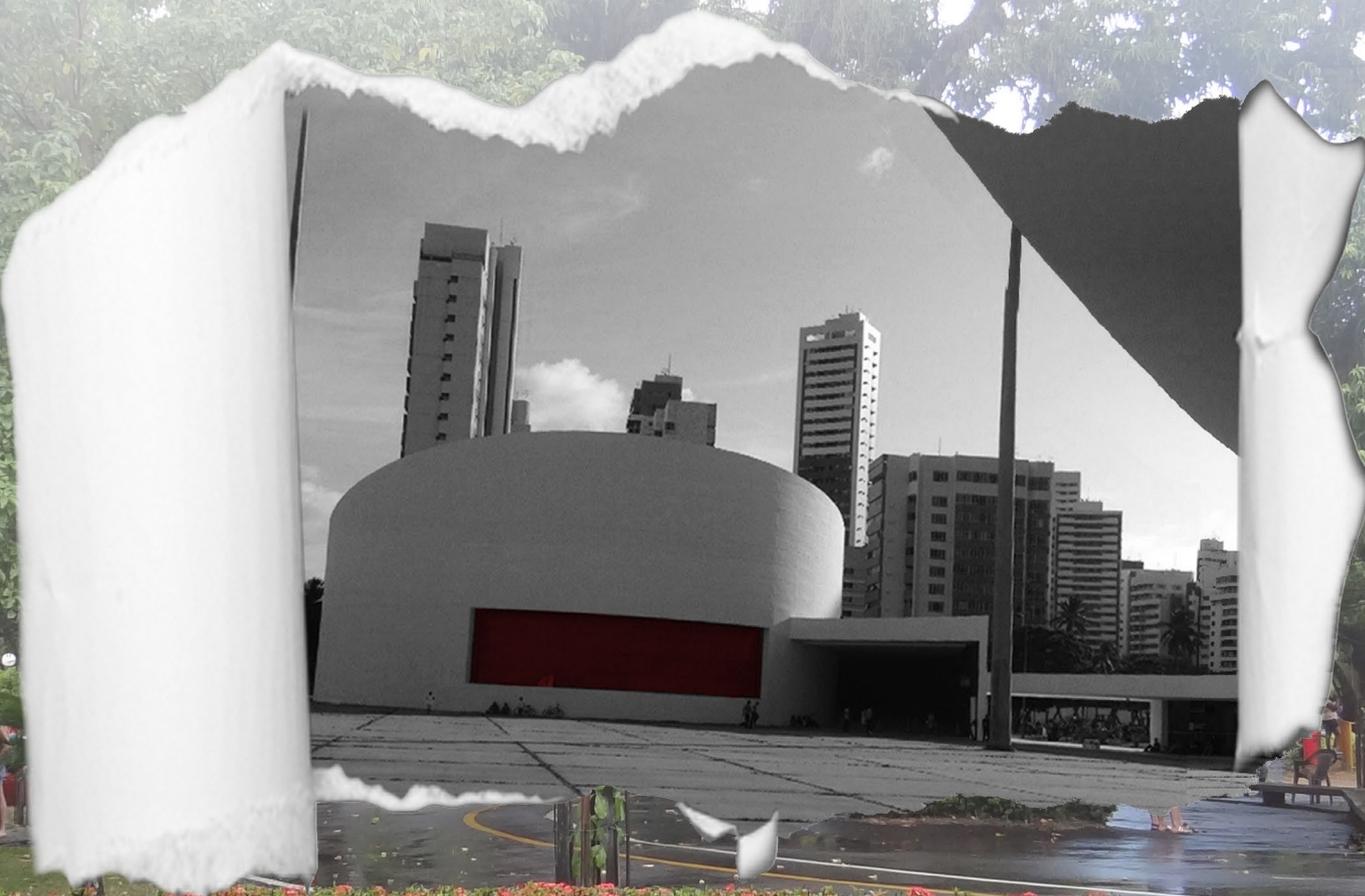




UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

Fernando Aureliano de Araújo



PARA ALÉM DO CONCRETO ARMADO:
os embates da implementação do Parque Dona Lindu

Recife
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

Fernando Aureliano de Araújo

PARA ALÉM DO CONCRETO ARMADO: os embates da implementação do Parque
Dona Lindu

Recife
2016

FERNANDO AURELIANO DE ARAÚJO

PARA ALÉM DO CONCRETO ARMADO: os embates da implementação do Parque
Dona Lindu

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção de Grau de Mestre em Desenvolvimento Urbano. Orientadora: Prof^ª. PhD. Ana Rita Sá Carneiro

Recife
2016

Catálogo na fonte
Bibliotecária Nathália Sena, CRB4-1719

A663p Araújo, Fernando Aureliano de
Para além do concreto armado: os embates da implementação do
Parque Dona Lindu / Fernando Aureliano de Araújo. – Recife, 2016.
137 f.: il.

Orientadora: Ana Rita Sá Carneiro
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco,
Centro de Artes e Comunicação. Desenvolvimento Urbano, 2016.

Inclui referências.

1. Espaço público. 2. Parque Dona Lindu. 3. Oscar Niemeyer. I.
Carneiro, Ana Rita Sá (Orientadora). II. Título.

711.4 CDD (22.ed.)

UFPE (CAC 2017- 208)



Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano
Universidade Federal de Pernambuco

Fernando Aureliano de Araújo

**PARA ALÉM DO CONCRETO ARMADO: OS EMBATES DA
IMPLEMENTAÇÃO DO PARQUE DONA LINDU**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Urbano.

Aprovada em: 15/09/2016.

Banca Examinadora

Profa. Ana Rita Sá Carneiro Ribeiro (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Tomás de Albuquerque Lapa (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Daniel de Souza Leão Vieira (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco/DAM

A minha família por toda compreensão e cumplicidade, por serem minha
fortaleza e principal fonte de entusiasmo nos momentos difíceis.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço a Deus, por ter conspirado sempre a meu favor, tecendo conjunturas que me fizessem persistir nessa empreitada.

A um quarteto de amigos especiais – Cristina Balbino, Conceição Trajano, José Bezerra e Cecília Sampaio – aos quais atribuo um papel crucial. Cristina me incentivou a inscrever-me no mestrado no MDU e, como os demais, ajudou bastante na elaboração do pré-projeto, lendo diversas vezes o material escrito e criticando-o sempre que necessário.

À professora orientadora desta dissertação, Ana Rita de Sá Carneiro, por seu auxílio e incentivo, por sua disposição e discernimento para fazer críticas valiosas e dar sugestões para melhor condução deste trabalho. Agradeço-lhe, ainda, por ter-me cedido seu arquivo pessoal (jornais e livros), o que contribuiu para o enriquecimento desta pesquisa, e por toda a sua paciência no decorrer desse processo.

A todos os membros do Laboratório da Paisagem: Ana Rita, Lúcia Veras, Onilda Bezerra, Julieta Leite, Fábio Cavalcante, Leonardo Brasil, Patrícia Menezes, Flora Oliveira, Mirela Duarte, Arthur Liberato, Joelmir Silva, Wilson F., Mirela Duarte, Eduarda Dantas, Luana Assis, Jéssica Yale, e outros que possivelmente eu possa ter esquecido.

Aos professores do MDU, dos quais tive o prazer de ser aluno, cumprindo disciplinas obrigatórias ou optativas. Em especial aos professores Fernando Diniz e Virginia Pontual, avaliadores do meu projeto de qualificação do mestrado, pelas suas contribuições que, com certeza, melhoraram muito esta pesquisa. Também não poderia esquecer o professor Antônio Paulo Resende, avaliador externo do processo de qualificação, membro do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, pelos conselhos, indicações e orientações.

Ainda dentro do universo acadêmico agradeço a todos os amigos que cursaram o mestrado comigo, incentivaram e ajudaram-me nessa caminhada, em especial a Jaciara, Conceição, George e Antônio. Aos funcionários da secretaria do MDU, especialmente a Renata, Jonas, Carla e Sulamita.

Ao Banco do Brasil, empresa com a qual mantenho vínculo empregatício, por ter-me concedido licença sem vencimentos, proporcionando, assim, tempo para execução deste projeto.

À CAPES e à UFPE, pelas bolsas de estudo, que viabilizaram de todas as formas esse último ano de pesquisa.

A Alberto Carrano e a Luiz Helvécio, por disponibilizarem seus ricos arquivos pessoais que tratavam do Parque Dona Lindu (documentos e jornais).

Aos funcionários da CONDEPE-FIDEM, EMLURB-Recife, URB-Recife, Arquivo Público Jordão Emericiano, Museu da Cidade do Recife, FUNDARPE e Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco, por toda a cordialidade, destreza, eficiência e disponibilidade em ajudar sempre.

Por fim, agradeço à minha família, base e fortaleza de tudo.



“Se houvesse um povo de deuses, seria governado democraticamente, mas aos homens não convêm tão perfeito governo”.

Jean-Jacques Rousseau, 2006. p. 68.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo discutir o processo de implementação do Parque Dona Lindu no Recife – um projeto do arquiteto Oscar Niemeyer – a partir dos discursos de alguns representantes do poder público e da sociedade civil, no período de 2003 a 2011. Frente ao pleito da comunidade do bairro de Boa Viagem de desapropriar uma área para a construção de um parque público, a Prefeitura do Recife decide convidar o arquiteto Oscar Niemeyer para fazer o projeto do espaço público, então denominado Parque Dona Lindu. Parecia estar caracterizado um apelo do órgão municipal em atrelar a iniciativa governamental ao autor como atributo cultural sob a perspectiva patrimonial. A assinatura do parque daria status como uma grife desejada e um bem a ser consumido. A polêmica se estabelece porque o arquiteto propôs uma grande edificação de função cultural como elemento central de abrangência metropolitana que se contrapôs ao anseio de uma parcela dos moradores do bairro por um ‘parque verde’, contemplativo, aos moldes do Parque da Jaqueira, referência de espaço público recreativo para os recifenses. O processo de implementação para a construção do parque se pratica a partir de contradições e discórdias. Assim, a sociedade constrói novos modos de produção, novas formas de apropriação em um espaço social que incorpora ações oriundas de sujeitos coletivos ou individuais formados em negociações cotidianas. O debate instaurado neste estudo apoia-se na noção de produção do espaço social, defendida por Henri Lefebvre (2013), e de espaço cotidiano, tratado por Michel de Certeau (1998). O método utilizado para a pesquisa lançou mão de procedimentos da Nova História Cultural. Depoimentos prestados em entrevistas foram cruzados com a pesquisa documental, realizada principalmente em jornais locais, com o fim de captar emoções, ideias, sentimentos, desejos, rejeições e temores, que refletem aspectos dos seres humanos de uma determinada época, e identificar os grupos focais relevantes nesse processo, interpretando a história oral de cada grupo social. Dessa forma, foi possível perceber no processo de implementação desse parque uma teia de relações que envolvem diversos atores (poder público, sociedade civil, dentre outros) que se questionam a cada momento em busca do seu bem comum, que nem sempre é comum a todos e que muitas vezes surpreende, pois só com o uso se pode confirmar.

Palavras-chave: Espaço Público. Parque Dona Lindu. Oscar Niemeyer.

ABSTRACT

This thesis aims to investigate the implementation process of the Dona Lindu Park in Recife, between the years (2003-2011), trying to understand the contradictions between the various speeches of representing the government and civil society. It is based on the notion of production of social space defended by Henri Lefebvre (2013) and Michel de Certeau (1998), according to which the space would be an intense network of relationships that are produced and reproduced continuously. As this thought society builds new production methods, new forms of appropriation which arranges for its purposes, the existing spaces, modeling them. This social space incorporates social acts arising from collective or individual subject formed in everyday negotiations. The city of Recife to disclose that the design of public park Dona Lindu would be in charge of the architect Oscar Niemeyer's office wanted to enhance the project with the signing of a renowned architect. This signature win status, it is assigned qualities that give the material object the nature of economic good, desired brand as an asset to be consumed. The demand was the architect for a metropolitan center of culture and leisure, something like a cultural park. The neighborhood residents wanted a green, contemplative park, the molds Jaqueira Park (Recife-PE), unlike the Cultural and Commercial proposed by the City Center. It began this way to germinate the surrounding contradictions of the implementation of the Dona Lindu Park, wrapped in controversy and discord. The method used to research made use of procedures of the New Cultural History. From the answers of the interviews (interviews) correlated with bibliographic and documentary research, carried out in newspaper, it was intended to capture emotions, ideas, feelings, desires, rejections and fears that reflect aspects of men of a certain age... but also determines the keywords and relevant focus groups in the process seeking to interpret the oral history of each social group. Thus I realize the implementation of the park a web of relationships involving various stakeholders (government, civil society, etc.) that question every time looking for their common good which is not always common to all, thus causing divergences, which are detailed in the following chapters.

Keywords: Public Space. Dona Lindu Park. Oscar Niemeyer.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<i>Ilustração 01: Residência Vicente de Paula</i>	50
<i>Ilustração 02: Torre da Extinta Rede Manchete. Olinda</i>	51
<i>Ilustração 03: Dona Lindu</i>	57
<i>Ilustração 04: Inauguração do Memorial aos Retirantes</i>	57
<i>Ilustração 05: Campanha virtual convidando para assinar o abaixo-assinado on-line</i>	59
<i>Ilustração 06: Ponte Agamenon Magalhães, década de 1950</i>	69
<i>Ilustração 07: Ponte do Pina (década de 1950)</i>	69
<i>Ilustração 08: Caracterização dos terrenos cedidos para implantação do parque.</i>	71
<i>Ilustração 09: mobilização (faixa) para o 1º evento da AMPARQUE (05.06.05)</i>	85
<i>Ilustrações 10 e 11: Mobilização dos moradores de Boa Viagem</i>	88
<i>Ilustração 12 : panfletos da AMPARQUE convocando moradores.</i>	89
<i>Ilustração 13: Campanha aumenta polêmica</i>	92
<i>Ilustração 14: Maquetes em 3D, Parque Dona Lindu</i>	94
<i>Ilustração 15: Ex-prefeito João Paulo ao lado do cartaz do Parque Dona Lindu.</i>	98
<i>Ilustração 16: Alceu Valença em propaganda da Prefeitura em prol do Parque Dona Lindu</i>	98
<i>Ilustração 17: Propaganda de venda de apartamentos (Edifício Vereda do Mar)</i>	105
<i>Ilustração 18: Esquema: Polos compatíveis da Formação do Espaço Social</i>	107
<i>Ilustração 19: Planta Parque Dona Lindu (inicial)</i>	112
<i>Ilustração 20: Planta baixa Parque Dona Lindu (alterada)</i>	112
<i>Ilustração 21: Evolução da obra</i>	135
<i>Ilustração 22: Planta de Locação e Coberta</i>	136
<i>Ilustração 23: Dados do Projeto do Parque Dona Lindu</i>	137
<i>Ilustração 24: Inventário das árvores presentes nos terrenos antes da construção do parque</i>	138
<i>Ilustração 25: Vegetação proposta para o Parque.</i>	139

LISTA DE SIGLAS

AMPARQUE: Associação Amigos do Parque
APBS: Associação dos moradores do Pina, Boa Viagem e Setúbal
CECI: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada
CIAM: Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
COMAM: Conselho Municipal de Meio Ambiente
EMLURB: Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana
FUNDARPE: Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IAB: Instituto de Arquitetos do Brasil
IAHGP: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano
IEP: Imóveis Especiais de Preservação
IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LUOS: Lei de Uso e Ocupação do Solo
PCR: Prefeitura da Cidade do Recife
PT: Partido dos Trabalhadores
FIDEM: Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife
SPR: Setor de Preservação Rigorosa
RMR: Região Metropolitana do Recife
UEA: Unidades de Equilíbrio Ambiental
UFPE: Universidade Federal de Pernambuco
UFRPE: Universidade Federal Rural de Pernambuco
UNESCO: Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura
URB: Empresa de Urbanização do Recife
ZEPA: Zonas Especiais de Proteção Ambiental
ZEPH: Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural
ZUP: Zonas de Urbanização Preferencial

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. DISCUTINDO CONCEITOS: ESPAÇO PÚBLICO, PATRIMÔNIO E PARQUE	18
2.1. Espaço Público: um olhar	18
2.2. Parque patrimônio, uma reflexão	28
2.3. Parque público, um tipo de espaço público	36
3. UM PROJETO DE NIEMEYER PARA O RECIFE	43
3.1. Niemeyer: obra e autor	43
3.2. Minha assinatura fala por mim	49
3.3. Um nome para o parque	55
4. A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA DA IMPLEMENTAÇÃO DO PARQUE	
DONA LINDU	61
4.1. A cidade: perspectivas	61
4.2. Boa Viagem e o parque: uma breve história	65
4.3. Pontuando atores: conjunturas e desdobramentos	73
5. A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ COMO PRENÚNCIO DO DIREITO À CIDADE	82
5.1. Vamos que vamos, vamos à luta	82
5.2. O parque como objeto de consumo	95
6. RECIFE: CIDADE DOS SONHOS	113
REFERÊNCIAS	119
APÊNDICE	131

1. INTRODUÇÃO

A motivação desta pesquisa foi trazer à luz da discussão da história o processo de implementação, no período de 2003 a 2011, do Parque Dona Lindu, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer e situado no bairro de Boa Viagem (Recife – PE). Nossa pretensão é manter viva a memória da luta de alguns membros da sociedade civil pela participação nas tomadas de decisão que configurem a cidade em que vivemos; trazer à tona as vozes dos que pleitearam o direito à cidade como um exercício de cidadania, indicando, assim, a existência de discussões de possibilidades a serem analisadas pela coletividade.

No decorrer desta dissertação, procuramos responder à seguinte indagação: por que alguém seria contra a implementação de um parque público? Buscando entender essa intervenção urbana e seus movimentos de resistência, percorremos cinco capítulos, nos quais exploramos o processo de implementação do parque Dona Lindu, tema desta dissertação.

Optamos por indicar como marco temporal inicial desta pesquisa o requerimento nº 487, emitido, em 23 de abril de 2003, à Câmara Municipal do Recife pelo então vereador Luiz Helvécio (PT), que pleiteava o contrato de comodato entre a prefeitura e a União para utilização dos terrenos – pertencentes, então, à União e sob a guarda da Aeronáutica –, localizados entre a avenida Boa Viagem e a rua Setúbal, a fim de neles construir um parque público. Naquele momento, alguns moradores do bairro, representados pela AMPARQUE (Associação Amigos do Parque) e APBS (Associação de Moradores do Pina, Boa Viagem e Setúbal), conseguiram 17 mil assinaturas em favor da construção do parque. A cópia do documento com as assinaturas foi entregue ao então presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva (há uma controvérsia entre a AMPARQUE e o vereador Luiz Helvécio em relação a quem iniciou o processo de pedido de aquisição dos terrenos e a construção do abaixo-assinado).

A partir da Portaria no 254, o Ministério do Planejamento estabeleceu que a cessão dos terrenos seria realizada gratuitamente no prazo de 20 anos, renovável por igual período. Finalmente, estavam, assim, resolvidas as questões relativas à posse do terreno. Em 12 de março de 2007, no aniversário dos 470 anos da cidade do Recife, a Prefeitura da Cidade do Recife divulgou a proposta para a construção do parque público. A obra ficaria a cargo do escritório do arquiteto Oscar Niemeyer, o qual apresentou um projeto paisagístico de parque que não correspondia os anseios de parte dos membros da comunidade de Boa Viagem (representados pela AMPARQUE e APBS), que desejava um parque verde, semelhante ao da Jaqueira, existente desde 1984.

Iniciaram-se, assim, as discussões em torno da implementação do Parque Dona Lindu, processo conturbado que, inúmeras vezes, foi motivo de discórdias e polêmicas, pois o então prefeito da cidade, por meio do escritório do arquiteto Oscar Niemeyer, apresentou um projeto de parque que privilegiava um teatro e um salão de exposições em detrimento da área verde condizente com outros parques já existentes no Recife. Tratava-se de um processo de resistência, liderado pela AMPARQUE e pela APBS, em prol de um “parque verde” para o bairro.

Como muitos dos acontecimentos referentes à implementação desse parque foram relegados ao esquecimento por parte da imprensa oficial, a memória desse processo foi um elemento basilar desta pesquisa. Entendemos que estudar esse fato social é buscar tecer fios que compõem uma memória histórica. Para isso, julgamos ser necessário compreender que, nesses momentos tão *sui generis* da cidade, foram utilizados instrumentos coletivos construtores de esquecimentos e permanências, tais como os jornais, revistas, mídias virtuais, redes sociais, dentre outros.

Para melhor compreensão do processo de implementação do Parque Dona Lindu (Recife-PE), duas ideias de Henri Lefebvre (2000, 2004 e 2013), que tratam do “espaço” e do “espaço social”, nortearam o entendimento de espaço público adotado neste trabalho. Também recorremos a Michel de Certeau que, ao discorrer sobre as práticas cotidianas, ajudou-nos a analisar o espaço público nesta pesquisa. Para nós, pensar a história é, antes de tudo, adotar um pensamento crítico a respeito dos acontecimentos. A construção desse pensamento pode partir de questões, como:

Quem escolhe o fato dito histórico? Segundo que critérios? Acontece a cada instante **qualquer coisa** e este **qualquer coisa** dissolve-se, evapora-se como fumo, deixando talvez alguns vestígios. Onde? No real ou apenas na memória? Vestígios e sequências de vestígios não fazem uma história. (LEFEBVRE, 1971, p.19).

Além disso, julgamos importante realçar a força das novas mídias como mecanismo de apelo às massas. Tais mídias, as quais serão citadas no decorrer deste estudo, vão desde os jornais locais e da chamada grande imprensa por eles incorporada até os meios de comunicação virtuais (internet), tão utilizados pelo poder público e por seus opositores.

Para o entendimento da temática abordada neste trabalho, faz-se essencial compreender a importância do jornal impresso na construção da pesquisa histórica. Conforme Tânia de Luca (2008), a concepção de jornal como um instrumento eficaz a ser utilizado na pesquisa nem sempre foi visto como uma fonte que traz à luz o acontecido. Isso porque, inevitavelmente, os jornais incorporaram uma determinada perspectiva do fato. Segundo essa autora,

[...] os jornais pareciam pouco adequados para recuperação do passado, uma vez que essas enciclopédias do cotidiano continham registros fragmentados do presente, realizados sob fluxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitir captar o ocorrido, deles forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas. (DE LUCA, 2008, p.112).

No entanto, no início do século passado, o historiador José Antônio Gonçalves de Melo (1998) apontou a importância desse material a ser utilizado como uma rica fonte de pesquisa. Em sua obra *Tempos de Jornal*, deixa clara a relevância desse material e faz referência ao pioneirismo de Gilberto Freyre ao utilizar os anúncios do *Diário de Pernambuco* como fonte de compreensão da história social do Nordeste, especialmente da cidade de Recife, por entender que ele capta o cotidiano, costumes e cultura, contribuindo para a construção coletiva da memória.

Nessa fonte de pesquisa (o jornal), também lançamos mão das respostas às questões propostas nas entrevistas a respeito do processo de implementação do Parque Dona Lindu. A partir desses depoimentos, procuramos, por meio do relato de experiências históricas das pessoas de cada grupo, captar emoções, ideias, sentimentos, desejos, rejeições e temores que refletem aspectos dos homens e mulheres de uma determinada época e determinam as palavras-chave e os grupos focais relevantes nesse processo de busca por interpretar a história oral de cada grupo social.

A documentação histórica, a comparação do material iconográfico (ilustrações, plantas, mapas, fotografias e gravuras) e as visitas *in loco*, somadas às entrevistas com as pessoas que vivenciaram o momento em questão (selecionadas a partir das entrevistas veiculadas pelos jornais locais) construíram as bases que indicaram a justificativa sobre a importância da compreensão do processo de implementação do Parque Dona Lindu e do recorte temporal escolhido, processo que deve ser percebido como reflexo de conjunturas. Assim, defendemos que o recorte temporal não pode ser entendido como inflexivo, pois se trata de um trabalho que se baseia no registro histórico, uma vez que, em determinados momentos, houve avanços e recuos do marco temporal estabelecido. Julgamos ser esse recorte essencial para o entendimento não apenas do fato social que foi o próprio processo de implementação do Parque Dona Lindu como também dos fatos que promoveram as transformações na época. Tais acontecimentos constituem-se elementos para construção de uma narrativa que tem no discurso um componente basilar e unificador de diferentes análises históricas.

Assim, as entrevistas responderam aos seguintes questionamentos: o que significou a assinatura do arquiteto Oscar Niemeyer para efetivar o projeto do Parque Dona Lindu? É um projeto de um parque público ou Centro Cultural? Pode-se afirmar que o que predominou na

implementação do Parque Dona Lindu foi uma vontade política?

Dois pontos foram essenciais para construção dessas questões: primeiro, a coleta e interpretação das matérias dos jornais locais; segundo, o registro da memória de atores que participaram, direta ou indiretamente, do processo e da construção do discurso utilizado pelo Estado e por seus opositores.

Ao analisarmos os depoimentos e entrevistas dos atores que participaram desse processo, vimos ser primordial buscar não só a interpretação das configurações históricas como também das fontes, da utilização de vários meios e da aplicação de técnicas diferentes. Consideramos ser a história oral fundamental para a pesquisa histórica relativa ao estudo dos sujeitos relevantes para a implementação do Parque Dona Lindu, pois dela emergem personagens até então esquecidos pela história oficial. Partindo do entendimento de que os “esquecidos” também têm história, acreditamos que

[...] a história universal [...] é somente ainda uma justaposição de histórias parciais que abrangem apenas a vida de alguns grupos. Se o tempo único assim reconstruído se estende sobre espaços mais amplos, abrange somente uma parte restrita da humanidade que povoa essa superfície: a massa da população que não penetra esses círculos limitados e que ocupa as mesmas regiões teve, todavia, ela também, sua história. (HALBWACHS, 1990, p.107).

Ao trabalharmos a história oral, recorremos a Verena Alberti (2008), para quem, por meio da história oral, pode-se perceber que a constituição da memória é fruto de uma contínua negociação. Essa memória é oriunda da construção de identidades, resultado da seleção do que julgamos importante para conectar sentidos de unidade, continuidade e coerência. Nesse sentido, os subsídios metodológicos da história oral foram essenciais para elaboração deste estudo, pois, a partir deles é possível

[...] o registro de testemunhos e o acesso a histórias dentro da história, e, dessa forma, [se] amplia a possibilidade de interpretar o passado [...] é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea. (ALBERTI, 2008, p.155).

Além desses recursos de investigação, contamos também com a documentação histórica, por meio da leitura das fontes primárias e secundárias, para identificarmos questões pertinentes aos conceitos a serem aplicados e aos personagens mais recorrentes. Dessa forma, as relações estabelecidas no processo de implementação do Parque Dona Lindu, as lutas políticas e de resistência, e a criação das representações sociais estabelecidas nos diversos espaços de interação social foram investigadas com o auxílio de grande diversidade documental (tradicionais e eletrônicas).

O arrolamento das fontes necessárias para efetivação desta pesquisa iniciou-se a partir da catalogação, classificação e análise dos documentos produzidos nas mídias impressas e digitais, pautas de reivindicações, jornais, documentos oficiais encontrados em arquivos públicos e privados, dentre outros. A análise do processo embasou o reconhecimento dos embates ocorridos na implementação do parque, pois, a partir dela, pudemos identificar a diversidade de protagonistas, os mecanismos de imposição e resistência, e as forças socialmente aceitas ou reconhecidas.

A partir das entrevistas (depoimentos) realizadas com os vários atores sociais envolvidos no processo de implementação do parque, que o testemunharam e dele participaram, passamos a compreender o contexto histórico existente. Essas entrevistas proporcionaram o conhecimento de uma gama de informações que dificilmente poderiam ser obtidas sem a utilização da história oral como parte do método. A escolha dos entrevistados baseou-se em pesquisas nos periódicos, pois a análise dos jornais norteou o sentido do trabalho, direcionou os grupos focais a serem abordados. Compreendemos, entretanto, que subjacentes às notícias e aos editoriais, havia discursos imbuídos de interesses de grupos ligados ao Estado ou a seus opositores.

Além do enfoque histórico, vimos como importante a compreensão do que é o espaço público enquanto categoria de análise, do Parque Dona Lindu como um patrimônio urbano construído, um possível patrimônio histórico-cultural. Foi, então, a partir desses lastros argumentativos – a noção de produção do espaço social e de espaço cotidiano – que tecemos os conceitos fundamentais para compreensão do problema desta dissertação.

Nossa pesquisa está dividida em cinco capítulos. No primeiro, apresentamos um olhar sobre os conceitos de espaço público, parque e patrimônio, adotando teóricos que abordam o espaço público como uma produção social, tais como Henri Lefebvre e Michel de Certeau, essenciais para o entendimento das nuances que permeiam esses conceitos tão complexos. Esses conceitos serão discutidos em três seções.

O segundo capítulo, intitulado Um projeto de Niemeyer para o Recife, traz o parque como um provável objeto de valorização do solo urbano por dois motivos: primeiro, por ser um parque urbano por si só; segundo, por ter sido projetado por um arquiteto de renome internacional. Além disso, levamos em consideração os cenários de embates político-sociais do período.

No terceiro capítulo, A construção da narrativa da implementação do Parque Dona Lindu, fazemos uma breve abordagem do conceito de cidade e também uma concisa narrativa

histórica do bairro de Boa Viagem, levando em conta, sobretudo, os meandros que levaram à consolidação de sua configuração atual. Além disso, explicamos a escolha do recorte geográfico (processo de ocupação do solo urbano) e do recorte temporal, entendendo que a análise político-social não é meramente ilustrativa, e sim instrumento basilar para a contextualização desse processo no percurso da história.

No quarto capítulo, A participação cidadã como prenúncio do direito à cidade, abordamos os discursos referentes à implementação do Parque Dona Lindu, identificando os atores relevantes para a construção dessa narrativa. Ativemo-nos na busca de compreender como o processo de construção do espaço público na cidade contemporânea, em especial no Parque Dona Lindu, pode ser explicado pelas teorias que consideram o espaço público como uma construção social.

No quinto e último capítulo, Recife cidade dos sonhos, estão as considerações finais, em que fizemos uma reflexão sobre a importância da temática para a construção de narrativas, hipóteses e indagações que tentam compreender como se dá o processo de produção dos espaços públicos na cidade contemporânea, da mobilização em prol da participação do cidadão na construção da cidade em que vive.

Ao longo de nosso estudo, buscamos explorar o entendimento do papel exercido pelos atores que influenciaram, direta ou indiretamente, no processo de implementação do Parque Dona Lindu, seja pela defesa e utilização da máquina do Estado para viabilizar esse projeto, seja por fazer oposição a ele. Apoiando-nos na obra de Ítalo Calvino, Cidade invisíveis, e na de José Eduardo Agualusa, O vendedor de passados, construímos de forma lúdica conexões que viabilizassem melhor compreensão desse fato social que foi a implementação do parque, processo para cuja leitura a interpretação da história é um componente essencial.

2. DISCUTINDO CONCEITOS: ESPAÇO PÚBLICO, PATRIMÔNIO E PARQUE

A primeira parte deste estudo dedica-se a apreciar algumas ideias a serem desenvolvidas no decorrer deste capítulo. Essas ideias são, na verdade, os três eixos norteadores para a compreensão das categorias de análise desta pesquisa, espaço público e patrimônio, conceitos essenciais para o entendimento dos parques públicos urbanos como tipo de espaço público nas cidades contemporâneas.

É importante realçar, contudo, que este trabalho objetiva discorrer sobre a implementação do Parque Dona Lindu, projeto do arquiteto Oscar Niemeyer, devido à polêmica existente à época entre a prefeitura e parte da comunidade (representada pela AMPARQUE e APBS). Lançadas essas considerações, temos os elementos essenciais para estabelecer o debate sobre o conceito de espaço público na seção a seguir.

2.1. Espaço Público: um olhar

Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é sede de uma vigorosa alienação. Mas o homem, um ser dotado de sensibilidade, busca reaprender o que nunca lhe foi ensinado, e vai pouco a pouco substituindo a sua ignorância do entorno pelo conhecimento, ainda que fragmentário. O entorno vivido é lugar de uma troca, matriz de um processo intelectual (SANTOS, 2011, p.61).

A partir da reflexão acima registrada, remetemo-nos aos anos de 2003 a 2011, recorte temporal deste trabalho por se tratar de um período extremamente efervescente e singular da política da cidade do Recife. Tratando-se de um momento instigador de vários conflitos, julgamos necessário entender as nuances das práticas sociais. De um lado, estão os desejosos de ter um parque verde aos moldes do Parque da Jaqueira; do outro, os administradores que pleiteavam um espaço público para o bairro de Boa Viagem, um espaço democrático que também suprisse a necessidade de áreas de lazer dos outros bairros da cidade, um centro cultural moderno. Ambos os lados materializavam uma época em que muitos conceitos são construídos e desconstruídos, quando vários papéis e costumes são repensados. E, dentre esses, a localização social e cultural dos indivíduos que compõem as cidades ocidentais contemporâneas.

Ao partirmos para a análise propriamente dita do conceito de espaço público urbano

inserido na cidade contemporânea, percebemos a necessidade de discutir o conceito de público e privado como uma das questões centrais a ser problematizada nesta pesquisa. Dessa forma, será imprescindível o entendimento do conceito de espaço público pensado por Lefebvre (2000; 2013) e Certeau (1998), e a compreensão acerca do que constitui a esfera do público e a do privado, ambas discutidas por Habermas (1990) e Arendt (1999 e 2003). Esses autores trabalharam o espaço público no contexto da produção social, um espaço de uso coletivo, suporte material da construção de identidades, imaginários, local onde ocorrem as relações de trocas sociais.

Recorremos a esses autores por eles trazerem um amparo metodológico a esta pesquisa ao trabalharem o espaço público e a gênese de sua formação. Paralelamente a essas reflexões, buscamos compreender o espaço público, enfocando as perspectivas sociais e políticas, pois o conceito de espaço público não é um tema pacífico. Ao contrário, apresenta inúmeras dimensões. Exemplo disso é o termo “espaço” que, considerado de forma isolada, pode apresentar-se generalizado, ampliando a possibilidade de entendimento equivocado. Por isso, optamos por explorar o conceito de “espaço público”¹.

Muito se debate, na atualidade, sobre o que vem a ser o espaço público, sua importância para a construção social da coletividade, da vida cotidiana. Nesse sentido, o espaço público faz parte da concepção das relações sociais, incorporando significados que lhe são atribuídos por determinadas representações, conexões, simbologias e construções de identidades. Existem, contudo, duas acepções de espaço, uma pública e outra sociológica, as quais nortearão esta pesquisa. Inicialmente, porém, é importante conceber o espaço público como suporte das ações e intervenções do ser humano.

A vida pública (originária das cidades-estados gregas) surgiu a partir da concepção de duas atividades políticas: a ação (práxis) e o discurso (conversa). Essa situação consolidou-se ao longo da história, ocorrendo a supremacia do discurso (das palavras e da persuasão) sobre a práxis. Assim, a pólis grega era o lugar onde o cidadão era igual, entretanto, no espaço comum a todos, ele poderia ser diferente, ou seja, ser um indivíduo autor do seu próprio discurso e nesse espaço defender suas ideias. Essa percepção do espaço como um lugar onde as pessoas interagem perdurou nas sociedades clássicas, cristalizando-se como gênese das leituras atuais.

Segundo Habermas (1990), o que permanece até os dias atuais como uma referência

¹ Segundo definição adotada pela Prefeitura da Cidade do Recife, os espaços públicos são espaços abertos, de uso comum, apropriados livremente pelo conjunto de pessoas que vivem numa cidade, ou seja, ruas e avenidas, pátios, praças e parques (Prefeitura do Recife, 2002).

para discussão do que é o espaço público, isto é, o que se manteve no decorrer da história, quando nos referimos à temática do espaço público, foi o modelo ideológico, superando, assim, a formação social. Esse autor trabalha a esfera pública a partir da formação do Estado burguês, modelo assimilado e tido como gênese, e discorre sobre o conceito de público, levando em conta dois vieses: a categoria sociológica e a histórica. Dessa forma, o conceito de público apresenta múltiplos significados: vida pública, esfera pública e público. Todos apresentados como categorias de análise diferentes.

Algumas das múltiplas perspectivas que tratam do significado de público e da esfera pública configuram o espaço como parte constitutiva das relações sociais, das representações, simbologias e consolidação de identidades. Assim, o espaço público seria um espaço autônomo, porém não homogêneo. Por sua vez, a esfera pública estaria ligada ao espaço público, lugar de exposição, do ver e do ser visto, do exercício da liberdade. É importante, contudo, entender-se que “A liberdade não era a liberdade moderna, privada, da não interferência, mais sim a liberdade pública, de participação democrática, que exigia um espaço próprio: o espaço da palavra e da ação” (ARENDR, 1999, p.24).

Nesse sentido, o espaço público é entendido como um espaço cívico, lugar do discurso entre cidadãos livres, e a compreensão do espaço público como o lugar social, que inclui as relações subjetivas e interfere diretamente na forma urbana. Esse espaço apresenta-se essencialmente como o lugar voltado para a ação política, propício à expressão de modos não identitários. Assim, podemos dizer que foi no âmbito do ser político que se originou o espaço público, tornando-se o espaço do “fazer político” e da esfera pública, da construção da coletividade, lugar sem “persona”, elaborado pelos comuns, não harmônico (ARENDR, 1999).

Para melhor compreensão das relações oriundas do espaço público, Arendt (1999) traça um histórico da formação das teorias políticas as quais designam como “fazer político” o decorrente de constantes e contínuas transformações que foram surgindo de forma gradativa, sendo realizadas ao longo do tempo e de inúmeras civilizações. Esse percurso de construção desse significado tem início na pólis grega – onde o espaço era essencialmente o da vivência, da igualdade, para exercer a liberdade do agir, de ações livres e palavras vivas – e chega até a contemporaneidade. É necessário, entretanto, o entendimento de que esse sentido, ao longo do tempo, foi fragmentado, diluindo-se, transformando-se. Não queremos, porém, ater-nos à construção do conceito do espaço público como algo linear e tampouco evolucionista, mas trazer esses autores para percebermos as amarrações tecidas entre a produção do espaço público e seus aspectos socioculturais que perpetuam sua influência no decorrer da história.

Assim, sintetizando, podemos dizer que a construção da concepção do espaço público,

da vida pública, relaciona-se a um fazer político, a uma sociabilidade, ao exercício da cidadania. Não podemos esquecer, contudo, que existe uma intencionalidade na forma de fazer política que interfere na formulação de espaços públicos, espaços nem sempre pacíficos². Dando-se conta disso, Arendt (1999) lembra que a sociedade de massas destrói ambas as esferas, tanto a pública quanto a privada³, apontando uma visão dicotômica com relação ao termo “público”, pois, partindo de outra perspectiva, “público” significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele. Assim, a esfera pública seria entendida enquanto mundo comum. Dessa forma, essa autora defende ser necessário o entendimento da complexidade do uso do comum em relação à criação de permanências/identidade. Para ela,

Só a existência de uma esfera pública e a subsequente transformação do mundo em uma comunidade de coisas que reúne os homens e estabelece uma relação entre eles depende inteiramente da permanência. Se o mundo deve conter um espaço público, não pode ser construído apenas para uma geração e planejado somente para os que estão vivos: deve transcender a duração da vida de homens mortais. (ARENDRT, 1999, p.64).

Não basta, entretanto, diante do que este estudo propõe, entender o sentido de espaço/esfera público/a. É necessário estabelecer relações entre espaço público e espaço social. Trata-se de categorias de análise complexas, com múltiplos sentidos, conceitos, esferas, interpretações e significados. Inicialmente, porém, é preciso entender que espaço público não tem, em todas as épocas, o mesmo sentido e significado, pois esse conceito depende diretamente das correlações dos diversos grupos sociais. Nosso estudo, no entanto, não pretende focar a história do conceito do espaço público, tampouco elencar a sua genealogia, ou construir uma análise conceitual. Nossa intenção é refletir sobre esse conceito a fim de compreendê-lo como resultado de uma produção social, fruto de processos socioespaciais.

Postas essas rápidas observações e a partir do corpo teórico já trabalhado por vários autores, que entendem que o espaço público possui diversas dimensões (filosófica, sociológica, política, física, urbanística, geográfica, histórica etc.), consolidamos esse pensamento para

² Segundo Foucault (1995), trata-se do “lugar disciplinado regido por regras normalizadoras”. O autor tem como base principal de seu pensamento o “poder” que, segundo ele, não emana de uma base unilateral, pois ele é exercido ou praticado. O poder não existe por si só, sendo perceptíveis as relações oriundas dele, as práticas de poder. Dessa forma, apresenta diferentes formas de disciplina que se fazem presentes em vários locais, inclusive no espaço público. Conforme Foucault, os mecanismos de poder são exercidos independentemente do aparelho de Estado. Já de acordo com Arendt (1999), o espaço público, nem sempre pacífico, “Priva os homens de seu lugar no mundo e também do seu lar privado: a complementação ideal entre as duas dimensões, a privada em conexão com o trabalho e a pública em conexão com a ação, depende de certas estruturas que, se não mantidas, tendem a eliminar o equilíbrio das coisas”. Assim, a esfera pública seria como o comum.

atingir o objetivo proposto neste capítulo. Assim, no estudo do espaço público, as dimensões social e política foram consideradas como principais bases norteadoras para a compreensão do conceito de “espaço público” já abordado³.

Dessa forma, adotamos, como bases principais para o entendimento do conceito de espaço público, as contribuições teóricas desenvolvidas por dois autores, Henri Lefebvre (2013) e Michel de Certeau (1998), que tratam do conceito de “espaço” e “espaço social”. Esses teóricos concebem o espaço como um produto social, resultado de interações coletivas desenvolvidas no cotidiano, de ações sociais e políticas, algo produzido, com o seu próprio discurso.

Inicialmente, discorreremos sobre o caminho metodológico fundamentado nas análises construídas por Henri Lefebvre (2013) na obra *La producción del espacio* e, ao longo do capítulo, construiremos as conexões das ideias de Lefebvre com as de Michel de Certeau (1998) desenvolvidas na obra *A invenção do cotidiano*.

Existe uma história do espaço (como a do tempo, dos corpos, da sexualidade etc.) repleta de aspectos e especificidades, por isso existe também uma história do espaço ainda por escrever, pois, assim como a história do tempo social, a do espaço está longe de ser esgotada. Esse espaço produzido reúne o mental e o cultural, o social e o histórico, conjugando, assim, vários aspectos (LEFEBVRE, 2013). Essas dimensões do espaço mantêm uma relação direta com seu processo de produção. Assim,

El estudio del espacio permite responder que las relaciones sociales poseen una existencia social en tanto que tiene existencia espacial; se proyectan sobre el espacio, se inscriben en él, y en ese curso lo producen. (LEFEBVRE, 2013, p.182)⁴.

Dessa forma, destacamos que a moldura conceitual a qual servirá como fundamento teórico a ser discutido neste capítulo, para compreender o espaço público, apoia-se nos autores que trabalham a produção do espaço como fruto de relações sociais. Entretanto, o termo

³ No hay un espacio social, sino varios espacios sociales e incluso podríamos decir que una multiplicidad ilimitada; el termino – espacio social – denota um conjunto innumerable. En el curso del crecimiento y desarrollo ningún espacio llega a desaparecer: lo mundial no abole el local. (LEFEBVRE, 2013:142). Segue tradução: Não há um espaço social, mas vários espaços sociais, e mesmo uma multiplicidade indefinida, da qual o termo “espaço social” denota o conjunto não enumerável. Nenhum espaço desaparece no curso do crescimento e do desenvolvimento. O mundial não revoga o local (Tradução: Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins, do original: *La production de L’espace*. 4ª éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000. 1ª versão, fev. /2006).

⁴ O estudo do espaço permite respondê-la: as relações sociais de produção têm uma existência social, contando que tenham uma existência espacial; elas se projetam em um espaço, elas se inscrevem nele, produzindo-o (Tradução: Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins, do original: *La production de L’espace*. 4ª éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000. 1ª versão, fev. /2006).

“espaço” é vago e generalizado, abrindo amplas possibilidades de discussão, pois a palavra “espaço” pode ser interpretada desde sua dimensão física até a própria percepção, contudo Lefebvre (2013) pensa a produção do espaço social. Para esse autor, o espaço público é um espaço social, viés de pensamento correlacionado, nesta pesquisa, com a implementação do Parque Dona Lindu, para que, assim, possamos compreender o processo de implementação desse espaço público.

Conforme Henri Lefebvre (2013), é impossível pensar a cidade moderna, o urbano, sem entender o espaço que ela ocupa, sem entender as suas relações de apropriação e desapropriação, enquanto obra, sem partir de concebê-las como produtos, como um suporte material das relações humanas. Assim, é necessário pensar a construção do espaço público na cidade contemporânea como fruto de relações sociais, econômicas e históricas, inseridas no sistema capitalista. Dessa forma, o foco deste trabalho é, especificamente, a observação de um parque como representante desse espaço público, resultado da produção social que a cada momento elabora novos produtos a serem consumidos. Nesse diálogo produto/consumo, por que não inserir o espaço público?

Postas essas considerações iniciais acerca do conceito do espaço levantadas por Henri Lefebvre (2013), discutiremos também, no desenvolvimento deste capítulo, as análises a respeito do conceito do “espaço” realizadas por Michel de Certeau (1998). Segundo esse autor, o espaço é a prática do lugar, ou seja, é constantemente transformado pelas ocupações, vivências e apropriações dos sujeitos. Percebemos, assim, que tanto Henri Lefebvre (2013) quanto Michel de Certeau (1998) trabalham o conceito “espaço social” repetidas vezes sem especificá-lo na esfera pública ou privada. Surgem, dessa forma, inúmeras interpretações que podem confundir o leitor. Por isso, atemo-nos ao conceito de espaço discutido pelos autores, atrelando-o ao espaço público.

Portanto, nessa dimensão de estudo do espaço público, partindo das contribuições advindas da Nova História Cultural⁵ (a história como narrativa que constrói representações do passado), utilizada como base metodológica desta pesquisa, aprofundamos as contribuições de Michel de Certeau e de Henri Lefebvre por tratar-se de referências teórico-metodológicas basilares para o entendimento das práticas cotidianas e das influências dessas práticas na produção do espaço público da cidade contemporânea. Ao adentrarmos no universo das práticas sociais e das representações ressaltadas por Certeau (1998), torna-se necessário o entendimento da leitura da realidade vivenciada e construída no cotidiano. Isso porque, conforme indica

⁵ A História cultural visa a atingir as representações, individuais e coletivas, que os seres humanos constroem sobre o mundo (PESAVENTO, 2003).

Pesavento (2003, p.39),

As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coerciva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade.

Para o entendimento do processo de implementação do Parque Dona Lindu, sentimos a necessidade de fazer correlações entre as ideias de Certeau (1998) a respeito das práticas cotidianas e os conceitos de Lefebvre (2013) que tratam da produção do espaço e a prática espacial. Contudo, neste capítulo, abordamos a noção do que é o espaço, explanada pelo autor. É importante ressaltar, porém, que o espaço, que ao mesmo tempo é natural e social, prático e simbólico, apresenta-se povoado de significados, sendo, assim, fruto de negociações entre os diversos agentes sociais (LEFEBVRE, 2013).

No espaço há uma relação dialética (ao mesmo tempo é produto e produtor), sendo um suporte de relações econômicas, políticas, culturais e sociais. Trata-se de uma produção, criação e organização social que se dá em cada sociedade. Esse espaço, que é público, traz em raiz traços tanto do micro, inseridos nas relações individuais ou na própria arquitetura, como do macro presentes na coletividade ou no urbanismo (LEFEBVRE, 2013). Inferimos, então, que ambas as esferas sofrem interferências de fatores socioculturais e, por isso, investigá-lo implica considerar o global. Há, pois, que se levar em consideração suas diversas formas e origens, perspectiva nova também defendida por Michel de Certeau (1998) em sua obra *A Invenção do Cotidiano*. No volume *Artes de fazer*, o autor nos leva a refletir sobre as relações constituídas no ambiente urbano, a vida cotidiana e sobre a construção de conexões tecidas na prática do espaço⁶. Aponta, assim, a relevância das maneiras de frequentar o lugar como um fator que interfere na produção do espaço, o qual identificamos como espaço público, viés também adotado por Pesavento (2003, 2003, p. 119), para quem

Práticas sociais podem valer como discurso, silêncios falam, ausências revelam presenças, coisas portam mensagens, imagens de segundo plano revelam funções, canções e músicas revelam sentimentos, piadas e caricaturas denunciam irreverência, senso de humor e deboche. Enfim, captar subjetividade e sensibilidade.

⁶ “O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente. Todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição [...] é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada” (CERTEAU, 1998, p.31).

A leitura do espaço tem que ser realizada indo-se além daquilo do que é dito, extrapolando-se aquilo que é mostrado e partindo-se de observações e interpretações de mensagens contidas no cotidiano vivido pelas pessoas. Isso porque se precisa considerar a importância de fatores culturais para a formação do espaço, a necessidade de observar-se o espaço público segundo essa perspectiva, ou seja, conceber-se o espaço como a materialização da dimensão existencial de um lugar habitado. Em síntese, faz-se necessário entender o espaço público como algo vivenciado, potencializado pelo uso (CERTEAU, 1998).

Também várias ciências já se ocuparam em discutir o conceito de espaço de forma mais genérica ou fragmentada, segundo seus postulados metodológicos. Portanto, o conceito do espaço em sua dimensão social, o qual se vincula ao espaço público propriamente dito, pode ser observado a partir de várias perspectivas, não sendo consenso na academia o próprio conceito “espaço”. Assim, esse conceito não permanece estático e tampouco isolado.

A construção do espaço público decorre de relações dialéticas. Inúmeras vezes esse conceito é generalizado, mas esse não é o cerne deste estudo, pois, como buscamos dialogar a respeito do espaço público, não adentramos nessa questão conceitual. Devido a isso, recorreremos a Lefebvre (2013), que procura não somente caracterizar o espaço em que vivemos, tampouco sua história, ou mesmo debruçar-se sobre sua gênese, mas reencontrá-lo. Nas palavras do autor, através do e pelo espaço produzido, da sociedade atual. Assim, entendemos que o espaço público não pode ser analisado isoladamente, pois resulta de relações, conexões que têm no social um terreno fértil. Dessa forma,

Conviria não apenas estudar a história do espaço, mas a das representações, assim como a dos laços entre elas, com a prática, com a ideologia. Uma tal história comportaria, por conseguinte, a gênese desses espaços, mas sobretudo de suas conexões, distorções, deslocamentos, interferências e de seus laços com a prática espacial das sociedades (modos de produção). (LEFEBVRE, 2013, p.101). Já entendemos, então, que o espaço é um produto social, contudo é preciso analisar as implicações e consequências dessa concepção. No modo de produção atual e na sociedade contemporânea, o espaço público, social, assumiu uma espécie de realidade própria que, de forma global, assemelha-se à mercadoria, ao dinheiro e ao capital. Em decorrência disso, o espaço público produzido apresenta-se de forma dicotômica (ao mesmo tempo atua como instrumento de pensamento e da ação), sendo, antes de tudo, um modo de produção e controle, portanto, de dominação e de poder (LEFEBVRE, 2013).

Nesse sentido, há de ser considerado que o espaço social difere do espaço mental (idealizado pelos filósofos e matemáticos) e do espaço físico (indicado pelo prático-sensível e pela percepção da natureza). É um espaço específico, que não se reduz a uma forma, a uma intencionalidade que o associa aos fenômenos, às coisas e à materialidade. Esse é o caráter

social do espaço, como afirma Lefebvre. O espaço social não contempla somente as coisas produzidas no decorrer de sua existência, mas também as relações construídas em interação e simultaneamente. Por outro lado, não é oriundo de abstrações, mas produto de uma realidade. Assim, sua apreensão depende de uma multiplicidade de conhecimentos e ações não materializados em um simples equipamento ou objeto (LEFEBVRE, 2013).

O espaço é o lugar praticado, suporte material, o efeito das operações que o orientam. Ressaltamos, contudo, que os usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas de produção sociocultural. Dessa forma, para apreendê-lo, faz-se necessária uma análise do cotidiano a partir do discurso, da manipulação e fabricação de práticas coletivas, oriunda das massas, do lugar de onde se fala, das condições de sua enunciação em prol de objetivos preestabelecidos (CERTEAU, 1998). Nessa perspectiva, o espaço pertencente à esfera do poder público ganha um novo significado – social, cultural, político, ideológico –, que possibilita um possível progresso material (não analisaremos nesta pesquisa o conceito de progresso citado pelo autor). Esse era o lugar voltado para sociedade, um espaço político, palco daqueles que constituem a cidade: agentes sociais, religiosos, políticos, culturais e intelectuais. Essas conexões corroboram as ideias defendidas por Jürgen Habermas e Hannah Arendt em relação à esfera pública e já discutidas neste trabalho.

A partir do momento em que o espaço é posto como um produto da ação social, o conhecimento a respeito dele reeditará essa produção. Os produtos localizados no espaço (dentre eles, as coisas e os discursos) indicam o processo produtivo e podem ser entendidos como marcas a serem lidas, demonstradas de maneira materializada, o que implica vê-las a partir da perspectiva histórica⁷. O passado gerador das forças produtivas se inscreve no espacial, em algo materializado. Não há história construída como uma sucessão de fatos, datas e nomes atrelados, ou não, a uma infinidade de costumes, leis e ideologias. Também não existe a história oriunda de uma superestrutura (socioeconômica ou institucional). Esse não é o caso (LEFEBVRE, 2013). Diante, então, da relevância da história sobre o espaço, Lefebvre (2013, p. 164) defende que,

En la historia del espacio como tal, lo histórico, la diacrónico, el pasado gerador dejan su inscripción incesantemente sobre el espacio, como sobre un cuadro. Los trazos inciertos dejados por los acontecimientos no son lo único que hay sobre y en el espacio; también existe la inscripción de la sociedad en acto,

⁷ “Os lugares são histórias fragmentárias e isoladas em si, dos passados roubados e legitimados por outros, tempos empilhados que podem se desdobrar, mas que estão ali antes como histórias à espera de permanecerem no estado de quebra-cabeças, enigmas, enfim simbolizações enquistadas na dor ou no prazer do corpo [...] estamos ligados a esse lugar pelas lembranças [...] é pessoal [...] só há lugar quando frequentado por espíritos múltiplos e que pode se invocar ou não. Só se pode morar num lugar povoado por lembranças” (CERTEAU, 1998, p.175).

el resultado y el producto de las actividades sociales⁸.

Cumprir, porém, destacar que a pesquisa histórica, a busca de interpretar as práticas cotidianas, defendidas por Certeau (1998) e Lefebvre (2013), são indispensáveis para reconstrução do fato social associado ao processo de implementação do Parque Dona Lindu. Isso significa que construir uma narrativa a qual identifique fatores que colaboram para construção de identidades e memórias implica compreender que a cidade e a sua contextualização temporal são indissociáveis.

Essa forma de apropriação pode ser percebida por meio da leitura do espaço público e da compreensão do uso que é dado aos lugares como forma de discurso. Esse espaço público seria fruto de práticas urbanas, construídas no cotidiano e resultantes do diálogo entre diversas individualidades com pontos de vista e interesses diferentes que reverberam fatores sociais, culturais e históricos. Existe um código no espaço que reúne signos verbais e não verbais, e a leitura desse código permite sua vivência, produção e compreensão. Em síntese, o espaço reflete o seu momento histórico.

Na implementação do Parque Dona Lindu, percebemos essa teia de relações que envolvem diversos atores (poder público, sociedade civil, dentre outros), os quais se questionam a cada momento em busca do seu bem comum – que nem sempre é comum a todos –, causando, dessa forma, divergências que serão explanadas nos próximos capítulos. A partir dessas diversas contribuições a respeito desse espaço público (o Parque Dona Lindu), é possível compreender o processo de implementação dos espaços públicos atuais da cidade do Recife, entendendo a atuação daqueles que conduziram a efetivação desses espaços que, antes de tudo, são palco das relações sociais materializadas em um espaço físico da cidade. Estudar esses atores contribuiu para o entendimento de como foi o processo de implementação de um parque como espaço público, o Parque Dona Lindu, pois pudemos analisar a intenção de sua gênese.

Nesse sentido, nosso próximo passo é uma reflexão sobre o que vem a ser um patrimônio e, posteriormente, como esse termo foi associado aos interesses políticos do poder público da cidade do Recife, expressos em um dos argumentos utilizados com o intuito de justificar a implementação de um espaço público na cidade. É importante, contudo, ressaltar que a noção de patrimônio é bastante ampla e depende da perspectiva a ser observada. É essa questão que abordaremos na próxima seção.

⁸ Segue tradução: “Na história do espaço como tal, o histórico, o diacrônico, o passado gerador se inscreve incessantemente sobre o espacial, como sobre um quadro. Sobre e no espaço, há mais que traços incertos deixados pelos acontecimentos; existe a inscrição da sociedade em ato, o resultado e o produto das atividades sociais”. (Tradução: Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins, do original: *La production de L'espace*. 4ª éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000. 1ª versão, fev/2006).

2.2. Parque patrimônio, uma reflexão

Para melhor compreensão do conceito de patrimônio, utilizaremos como referencial teórico Pereiro Pérez (2006), Choay (2006) e Veloso (2006). O pensamento desses autores foi trabalhado como fundamento para o caminho metodológico percorrido na busca de interpretar o conceito em questão.

Cumprir destacar, inicialmente, que o termo “patrimônio” apresenta muitas interpretações decorrentes das perspectivas adotadas (cultural, política, jurídica, social e etc.). Outro fato importante para a compreensão do termo e sua utilização nesta dissertação é correlacioná-lo com as influências do processo de patrimonialização como também com o conceito de espaço público anteriormente discutido. É oportuno ainda realçar que existe uma legislação específica, citada mais adiante, tanto na esfera nacional quanto na internacional, que trata do termo “patrimônio”.

Primeiramente, é preciso lembrar que o conceito de patrimônio está diretamente associado à herança, ao acúmulo e repasse de riquezas por determinado indivíduo ou coletividade. Segundo Pereiro (2006), “patrimônio” é uma noção que define todos os recursos que se herdam, podendo ser bens mobiliários, ou não, como também capitais, dentre outros. Tem como objetivo garantir a sobrevivência dos grupos sociais e também interligar gerações (RODRÍGUEZ-BECERRA, 1997, apud PEREIRO, 2006). Assim, o patrimônio enquanto legado poderia ser herdado, perdido, ou transformado de uma geração para outra. Corroborando a ideia desse autor, Choay (2006) diz que a palavra “patrimônio” está, em sua origem, relacionada a estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade, cristalizadas no tempo e no espaço. Assim, o poder mágico da noção de patrimônio transcenderia as barreiras do tempo e do gosto.

Em relação à etimologia, vimos que a palavra “patrimônio” vem do latim *patrimoniū*, que significa herança paterna e está relacionada ao repasse de bens familiares; de bem, ou conjunto de bens culturais ou naturais de valor reconhecido para determinada localidade, região, país ou para humanidade e que, ao se tornarem protegidos, devem ser preservados⁹. Dessa forma, o conceito de patrimônio teria suas especificidades: “na categoria dos bens imóveis, engloba, com as antiguidades nacionais, as greco-romanas e, sobretudo, uma herança arquitetônica moderna, às vezes mesmo contemporânea [...] o conceito de patrimônio induz então a uma homogeneização do sentido dos valores” (CHOAY, 2006). Para melhor entendermos o sentido do termo, a autora acrescenta que

⁹ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa. 3ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos. (CHOAY, 2006, p.11).

Dentre as diversas abordagens adotadas na perspectiva do patrimônio histórico, está a representada pelas edificações, caracterizadas como monumento ou os propriamente ditos monumentos históricos. No decorrer do tempo, as duas expressões, monumento e patrimônio histórico, foram se dissociando uma da outra, conforme explica a gênese da palavra patrimônio¹⁰. Assim, o termo “monumento”, originário do latim *monumentum*, designa obra ou construção que se destina a transmitir à posteridade a memória de uma pessoa notável; associa-se tanto a edifícios majestosos (sepulcro, mausoléu, ou qualquer obra notável) como também à memória, recordação e lembrança.

Nesse sentido, para melhor entendermos o porquê da utilização e diferenciação do conceito de patrimônio e do conceito de monumento na construção desta dissertação, é necessário compreender que o Parque Dona Lindu, objeto desta pesquisa, caracteriza-se como um patrimônio público construído, ou algo mais próximo a monumento, distanciando-se do termo “patrimônio histórico”, temática que será discutida mais adiante. Isso porque, como esclarece a autora acima citada,

O monumento é uma criação deliberada (*gewollte*) cuja destinação foi pensada a priori, de forma imediata, enquanto o monumento histórico não é, desde o princípio, desejado (*ungewollte*) e criado como tal; ele é constituído a posteriori pelos olhares convergentes do historiador e do amante da arte, que o selecionam na massa dos edifícios existentes, dentre os quais os monumentos representam apenas uma pequena parte. Todo objeto do passado pode ser convertido em patrimônio histórico sem que para isso tenha tido, na origem, uma destinação memorial. (CHOAY, 2006, p.26).

A incorporação da subjetividade ao conceito de monumento atribui a ele a finalidade fazer reviver um passado mergulhado no tempo, enquanto monumento histórico relaciona-se de forma diferente com a memória viva e com a duração, transformando-se em um objeto do saber e sendo integrado em uma concepção linear do tempo. Assim, o monumento histórico parece lembrar aos membros dessa sociedade a emergência de resguardar valores materializados na

¹⁰ “O sentido original do termo monumento é do latim ‘*monumentum*’, que por sua vez deriva de ‘*monere*’ (advertir, lembrar), aquilo que traz à lembrança alguma coisa. A natureza efetiva do seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva [...] chamar-se-á monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer com que as outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças” (CHOAY, 2006, p.18).

forma de edificações que caracterizam a grandeza passada e ameaçada. Dessa forma, o primeiro sofre diretamente o impacto do tempo vivido (esquecimento, desapego, falta de uso), já o segundo insere-se em um lugar imutável e definitivo do saber num conjunto objetivo e fixado pelo saber.

A noção de monumento histórico surgiu anteriormente ao conceito, a amarrações semânticas ou epistemológicas. Dessa forma, para entendermos o conceito, é necessário buscar sua gênese e sua construção no decorrer da histórica, como também compreender a influência de atores que inúmeras vezes atribuíram ao termo a qualidade de guardião da memória¹¹. Assim, o monumento histórico exerce uma “função antropológica”, pois estabelece uma conexão entre o tempo vivido e a memória. Por isso, para entender sua essência, é preciso entender-lhe a origem, que

[...] deve também ser buscada bem antes da aparição do termo que o nomeia. Para rastrear a gênese desse conceito, é necessário remontar ao momento em que surge o projeto, até então impensável, de estudar e conservar um edifício unicamente pelo fato dele ser um testemunho da história e uma obra de arte. (CHOAY, 2006. p.28).

Nesse sentido, o patrimônio exerceria uma dupla função: proporcionar saber e prazer. Porém, percebemos que Choay (2006) constrói leituras de atribuições de valor ao patrimônio no decorrer da história dependentes diretamente de fatores sociais e de leituras subjetivas. Construimos, assim, uma relação com as ideias da prática espacial defendidas por Michel de Certeau (1998), pois Choay (2006) percebe a influência da ação da engenharia cultural na transformação do valor de uso em valor econômico, dentre tantas perspectivas que podem ser observadas.

É necessário ressaltarmos, contudo, que não é intenção desta dissertação tratar das dimensões relativas à noção de valor, pois isso pode ser objeto de outros estudos. A busca de enfatizar a fabricação de novos bens culturais faz da cidade um produto, e esse empreendimento requer grande quantidade de profissionais dispostos a popularizar e tornar acessíveis os objetos patrimoniais, indicando, assim, o espaço público (no caso em questão, associamo-lo a um parque) como um produto a ser consumido.

No que se refere ao conceito de patrimônio, é importante esclarecer a existência de regulamentação e legislação, tanto nacional quanto internacional, que aborda especificamente

¹¹ “Os monumentos são testemunhas irrepreensíveis da história. Por isso, eles permitem construir uma multiplicidade de histórias – história política, dos costumes, da arte, das técnicas [...] Além disso, eles funcionam como uma introdução a uma pedagogia geral do civismo: os cidadãos são dotados de uma memória histórica que terá o papel efetivo de memória viva, uma vez que mobilizará o sentimento de orgulho e superioridades nacionais” (CHOAY, 2006, p.117).

o que é reconhecido como patrimônio. Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988¹², nos seus artigos 215 e 216, constituem o patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: II - os modos de criar, fazer e viver; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais.¹³

Ainda dentro dessa vertente, segundo o IPHAN (Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional), o patrimônio material protegido, com base em legislações específicas, é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis – como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos – e bens individuais; e móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos¹⁴.

No entanto, não só os órgãos nacionais que tratam da questão do patrimônio como também instituições, como a UNESCO (Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura), já abordam essa temática tanto no que se refere a caracterizar o termo como também no que diz respeito a salvaguardar e preservar os bens classificados como tal. No âmbito internacional, a UNESCO conta com instrumentos diretos de atuação e proteção do patrimônio, dentre os quais julgamos coerente citar a lista do Patrimônio mundial e as cartas patrimoniais, por nortear o conceito de patrimônio que também servirá de base para a condução desta dissertação. Dessa

¹² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm, pesquisa realizada em 03.03.2015 às 20h e 35 min.

¹³ “O patrimônio histórico da cidade do Recife reúne sítios urbanos e exemplares da arquitetura civil, religiosa e militar representativos de diferentes fases da sua história. São bens culturais reconhecidos e protegidos por legislação Federal operada, desde 1937, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (Decreto-lei nº 25/37); por legislação estadual (Lei nº 7970/79) operada pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE; e pela legislação municipal, desde 1983 (Lei 14.511/83, baseada no Plano de Preservação dos Sítios Históricos da RMR, de 1978), sucedida pela Lei de Uso e Ocupação do Solo – LUOS (Lei nº 16.176/96), que regulamenta as 33 Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico – ZEPHs, [abrangendo, no seu conjunto, 6.358 imóveis que totalizam 492,64 hectares]. E ainda pela Lei nº 16.284/97, de proteção dos 154 Imóveis Especiais de Preservação – IEPs. Essas áreas são unidades ambientais e elementos de grande importância para a valorização ambiental e afirmação da identidade urbanística da cidade do Recife”. (Prefeitura do Recife, 2002 – texto na íntegra).

¹⁴ Conforme o IPHAN (2004), “Bens Culturais de Natureza Imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas)”.

forma, a lista dos bens que podem ser considerados patrimônio da humanidade apresenta uma série de atribuições ou características necessárias para integrarem a lista e, assim, serem entendidos como um patrimônio.¹⁵

A lista do patrimônio mundial, composta por bens eleitos como pertencentes a todo o mundo, é um mecanismo criado com o intuito de assistir os bens considerados de interesse universal. Para serem inseridos nessa lista, é necessário que seja reconhecido como um bem de valor universal excepcional, como também cumpra critérios de autenticidade e integridade, diferentemente da abordagem feita pelas cartas patrimoniais. Esses parâmetros adotados por instituições internacionais influenciam diretamente nas legislações específicas do Brasil que tratam da temática do patrimônio.

Outro documento importante para nortear o entendimento do conceito de “patrimônio” e que deve ser levado em consideração para o desenvolvimento dessa temática são as cartas patrimoniais. Segundo a Carta de Atenas, resultado de uma conferência realizada em outubro de 1931 e a Assembleia do CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna), de novembro de 1933, o patrimônio seriam as obras monumentais, de natureza grandiosa, antiga, excepcional descritos nesse documento como monumentos, estatuário monumental e esculturas monumentais. Ainda conforme a Carta de Atenas,

Os valores arquitetônicos devem ser salvaguardados (edifícios isolados, ou conjuntos urbanos) [pois] são testemunhos preciosos do passado que serão respeitados, a princípio, por seu valor histórico ou sentimental, depois, porque trazem uma virtude plástica na qual se incorporou o mais alto grau de intensidade do gênio humano. Eles fazem parte do patrimônio humano.

Já na Carta de Veneza (II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, de maio de 1964), o conceito do termo “patrimônio” foi ampliado e passou a representar não só os monumentos isolados como também os conjuntos urbanos e as edificações de valor cultural. Consta nessa Carta, artigo 1º, que

A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá o testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Entende-se não só as grandes criações, mas também as obras modernas, que

¹⁵ De acordo com a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, elaborada na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em Paris (França), em 1972, e ratificada pelo Decreto no. 80.978, de 12 de dezembro de 1977, o patrimônio cultural é composto por monumentos, conjuntos de construções e sítios arqueológico, de fundamental importância para a memória, a identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas (Texto na íntegra, disponível no endereço: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/29>. Consulta realizada em 25/01/2016 às 20h e 33min).

tenham adquirido, com o tempo, uma significância cultural.

Adotados os pressupostos de delimitação do conceito de monumento em inúmeros momentos construídos a partir de conhecimentos preliminares congruentes com o conceito de patrimônio, julgamos necessário também delimitar o próprio conceito de patrimônio para melhor compreensão e desenvolvimento desse conceito a ser utilizado nesta dissertação. Diversos autores já desenvolvem trabalhos relacionados aos termos patrimônio e, dentre eles, Silva (2011), ao citar os estudos de Pereiro (2006), identifica diferenças entre o patrimônio cultural e o patrimônio. Segundo ele, patrimônio cultural tem um sentido associado à coletividade, a público, sendo algo permanente. Por sua vez, patrimônio tem um sentido restrito, familiar, vinculado a privado e particular, que permanece em constante mutação.

O patrimônio cultural diz respeito a valores coletivos, corporificados em manifestações concretas, percebidas em suas dimensões material, imaterial, histórico-artística, natural, arquitetônica, dentre outras. Esse patrimônio seria fruto de relações sociais cristalizadas no decorrer da história e do tempo, e correlacionadas às práticas sociais, tecidas a partir do vivido. Essas manifestações ocorrem na vida cotidiana e suas negociações se relacionam a valores coletivos efêmeros (VELOSO, 2006).

Segundo a Declaração do México (Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais), de 1985, o patrimônio cultural pode ser percebido por meio da arte, da arquitetura, da música como também da literatura, de forma material ou não. Conforme essa Declaração,

O patrimônio cultural de um povo compreende as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida. Ou seja, as obras materiais e não materiais que expressam a criatividade desse povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares e monumentos históricos, a cultura, as obras de arte e os arquivos e bibliotecas.

O patrimônio cultural coloca em circulação bens culturais de extrema valia no mercado de bens simbólicos e, por isso, sua produção, como fruto de interações coletivas, de alguma forma é intencionalmente rememorada. Esse patrimônio não incorpora somente os bens materiais, especialmente os chamados de “pedra e cal”, como vem assimilando “práticas culturais expressivas da diversidade cultural brasileira – constituídas por manifestações históricas e estéticas genuínas, vivas, concretas e provindas dos diferentes grupos que compõem

a sociedade brasileira” (VELOSO, 2006)¹⁶. Percebemos que esse autor a incorporação do patrimônio imaterial à relação de patrimônio cultural.

A noção de patrimônio cultural surge a partir do momento em que um indivíduo ou uma coletividade cria senso de pertence com determinados elementos, ou um conjunto desses, os identificando como seus. Essa seleção faz parte do processo de fabricação social do patrimônio cultural, que seria uma representação dos grupos humanos responsável por selecionar, fixar na memória e transmitir para as gerações futuras esse legado¹⁷.

É necessário entender, contudo, que os termos patrimônio, patrimônio cultural e cultura são distintos entre si. Cada um desses conceitos mantém relações de especificidade e interação. Da cultura não podemos patrimonializar nem conservar tudo; assim, o patrimônio cultural é só uma representação simbólica da cultura e, por isso, resultado dos processos de seleção e de negociação dos significados (PEREIRO PÉREZ, 2006). Ainda de acordo com esse autor,

O que distingue a noção de patrimônio cultural da de cultura é a forma como a primeira se manifesta na representação da cultura através da transformação do valor dos elementos culturais, enfim é um conceito que passa por mutações de acordo com o cunho social que interage. (PEREIRO PÉREZ, 2006).

Também conforme a Declaração do México, a cultura pode ser considerada como um conjunto de traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos, caracterizado por uma sociedade ou um grupo social. Além disso, engloba as artes, as letras, modos de vida, tradições e as crenças, entre outras manifestações da vida em sociedade. É necessário, contudo, não perdermos de vista, neste trabalho, o fato de que a todo momento os conceitos de cultura e patrimônio estão inter-relacionados¹⁸.

¹⁶ Segundo Veloso (2006), “a produção, a valorização e a apropriação de tais bens remetem sempre ao campo das lutas simbólicas que ocorrem no interior de toda sociedade ou mesmo de um grupo social... as manifestações do patrimônio cultural (material ou imaterial) só fazem sentido quando evidenciam seu próprio sentido e estão associadas às referências culturais concretas advindas de um universo simbólico compartilhado coletivamente”.

¹⁷ “O patrimônio cultural é um conceito que nasce na França, nos inícios da década de 1980 e que redefine os conceitos de folclore, cultura popular e cultura tradicional. Podemos falar em patrimônio cultural como aquela representação simbólica das identidades dos grupos humanos, isto é, um emblema da comunidade que reforça identidades, promove solidariedade, cria limites sociais, encobre diferenças internas e conflitos e constrói imagens da comunidade [...], mesmo mantendo relações de sentido (CRUCES, 1998, apud PEREIRO, 2006. Pág. 85). Segundo esse mesmo autor “o Patrimônio cultural é o casamento entre patrimônio e cultura”, em ADRA n° 2. Revista dos sócios do Museu do Povo Galego, p. 2341. É necessário entender que essa noção de patrimônio cultural não permaneceu estanque, sendo mutável e assimilada de diferentes formas por seus diversos atores.

¹⁸ Declaração do México (1985), Conferência Mundial sobre as políticas Culturais – ICOMOS: Conselho Internacional de Monumentos e Sítios.

Assim, a patrimonialização seria um processo de atribuição de novos valores, sentidos, usos e significados a objetos, cotidianos saberes e conhecimentos sociais. Esse conceito emprega-se como um mecanismo de afirmação e legitimação da identidade de um grupo ou de algumas versões da identidade, o que necessariamente não está isento de lutas, de dialéticas e negociações (LEITE 2002). Em outra perspectiva também pode representar um processo de ativação de memórias, sempre ligadas a um processo de esquecimento. Ambas as ideias fazem referência à utilização dos conceitos adotados pela sociedade moderna que, de um lado, por ser efêmera, não contribui para preservação de possíveis patrimônios histórico-culturais e, de outro, por carregar a conotação de patrimonialização, garantiria a sua prévia preservação¹⁹.

O patrimônio cultural implica uma seleção de elementos e significados. Assim, a noção de patrimônio cultural emerge quando “um indivíduo ou grupo de indivíduos identifica como seus um objeto ou um conjunto de objetos” (BALLART, 1997 apud LEITE, 2006. p.17). Essas características apontam para a construção fruto do social, da coletividade, que emerge no cotidiano. Entretanto, é necessário o entendimento de que essas ditas “construções fruto do social” dependem da época e dos grupos dominantes no momento em que buscam valorizar, legitimar e conservar determinados bens em detrimento de outros (LEITE, 2002). Isso reforça a linha de pensamento adotada por Le Goff (1998): esse processo é diretamente dependente da criação de identidade que tem como lastro a memória. Nesse sentido, a patrimonialização seria parte do direito à memória²⁰. Para esse autor,

O patrimônio cultural é uma representação ideológica dessas identidades, e é um instrumento de coesão e disputa ideológica que produz uma série de símbolos para a sua identificação (local, nacional, internacional, transnacional, etc.). (LE GOFF, 1998,).

Para contextualizar uma reflexão sobre as transformações decorrentes da ação de identificação do patrimônio e, em especial, do sentido de patrimonialização, consideramos importantes os aspectos intangíveis. Diante do que foi apresentado e com o intuito de fazer as necessárias conexões entre os conceitos já explanados, julgamos imprescindível discutir o conceito de “parque urbano público”, pois entendemos ser necessária a compreensão de alguns

¹⁹ “A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram ou dominam a sociedade [...] os esquecimentos e os silêncios da história são revelados desses mecanismos de manipulação da memória coletiva” (LE GOFF, 2003. p.427).

²⁰ “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e da sociedade de hoje [...] mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento de poder” (LE GOFF, 2003, p.476).

conceitos, como os de espaços livres, praça e jardim. Por conta disso, consultamos bibliografias que tratam a temática na busca de compreendermos as diferentes abordagens sobre esses conceitos. Não objetivamos investigar a história ou a evolução do parque urbano na cidade, pois, para nossa pesquisa, é basilar considerar como premissa o entendimento de que o termo “parque urbano” muda de sentido de acordo com aspectos socioculturais no decorrer da história.

Dessa forma, recorremos a Sá Carneiro e Mesquita (2000), Kliass (1996), Segawa (1996) e Saldanha (1993), pois esses autores constroem o conceito de parque, levando em consideração as seguintes características principais: ser um espaço aberto à população e estar disponível aos usuários e acessível a todos (com as devidas restrições, a depender do contexto). Com base nessa concepção, pretendemos, no decorrer dessa seção, ater-nos ao tema “parque” e, nos próximos capítulos, discutir a implementação do Parque Dona Lindu inserido no contexto urbano contemporâneo, considerando os discursos e as políticas urbanas que estão na origem desse discurso²¹.

2.3. Parque público, um tipo de espaço público

Todos os parques públicos representam alegoria do tempo e dos poderes que os conceberam (SERPA, 2006. p.69).

Segundo Sá Carneiro e Mesquita (2000), os espaços livres, inseridos no contexto da estrutura urbana, seriam áreas parcialmente edificadas com pouco ou nenhum elemento construído ou vegetação, dos quais fazem parte as avenidas, ruas, passeios, vielas, pátios, largos e etc., e também aqueles espaços com presença mais intensa de vegetação, como os parques, praças e jardins. Apresentam funções, tais como recreação, circulação, composição ambiental, paisagística, assim como tornam viável a execução dos serviços públicos em geral. Conforme as autoras, é importante a compreensão de que áreas que poderiam ser descritas como privadas, na verdade, compõem as que também podem ser denominadas de espaços livres, a exemplo dos quintais residenciais, áreas condominiais, clubes, pátios de escolas, pátios de hospital, remanescentes de ecossistemas primitivos.

São ainda denominados espaços livres, áreas incluídas na malha urbana ocupadas por maciços arbóreos cultivados, representados pelos quintais residenciais, como também pelas atuais áreas de condomínio fechado; áreas remanescentes de ecossistemas primitivos – matas, manguezais, lagos, restinga, etc. – além de praias fluviais e marítimas. (SÁ CARNEIRO; MESQUITA, 2000, p.24).

²¹ “Os grandes parques são a materialização de uma narrativa, ligada a uma linguagem e a uma forma de escrita, que deixam suas marcas na cidade através do tempo” (SERPA, 2007, p.74).

É característica dos espaços livres oferecer livre acesso, pois são abertos à população em geral, sob condições preestabelecidas pelo poder público e que apresentam uma leitura diferenciada da malha urbana. Inicialmente, eles foram classificados pelo seu regime jurídico, no caso da cidade do Recife. Assim, são caracterizados como de domínio público ou espaços livres públicos, podendo ser de esfera nacional, estadual ou municipal. É importante, contudo, ressaltar que existem também espaços livres privados, em sua maioria de acesso limitado tanto para o público restrito como também ao uso da população (SÁ CARNEIRO; MESQUITA, 2000).

Em uma outra perspectiva, os espaços livres seriam as áreas livres de edificações, pertencentes à esfera municipal, que nem sempre têm uma destinação definida para seu uso e inúmeras vezes são conceituados como espaços verdes por serem destinados a áreas verdes (KLIASS & MAGNOLIA, 1996). Esse tipo de caracterização de parque aparece bastante condizente com a ideia de parque público como refúgio ambiental, lugar de contemplação da natureza, bem similar ao solicitado pela AMPARQUE (Associação Amigos do Parque) em suas reivindicações (ambientação do parque com arborização, jardins e gramados, em que prevaleçam mais 60% de área verde) que serão exploradas posteriormente.

De acordo com Sá Carneiro (2010), em sua obra *Parque e Paisagem: um olhar sobre o Recife*, o Parque de Friburgo ou jardim de Friburgo, implementado pelo conde Maurício de Nassau, no Recife do século XVII, é considerado o primeiro da história dos parques no Brasil. Posteriormente, no final do século XVIII, surgem no Brasil os passeios públicos, também idealizados nos moldes europeus, que serviam para os encontros e os passeios da classe nobre e priorizavam as funções estéticas, recreativa e social, tendo sido logo depois designados de “parques”. Segundo a autora, o primeiro passeio público foi construído no Rio de Janeiro, entre os anos de 1779 e 1783, mas, no Recife, só em 1879, no local em que atualmente está a Praça Dezessete.

Já os jardins públicos tiveram destaque no decorrer dos séculos XVI, XVII e XVIII, a partir das experiências desenvolvidas na Europa e na América do Norte. Inicialmente, eram representados como recantos urbanos, como um pedaço fragmentado da natureza disposto em uma área urbana. Esses jardins gradativamente foram sendo conceituados como parques, tendo sua evidência no final do século XVIII, com a intensificação do processo de industrialização das principais cidades europeias.

É importante, então, lembrar que o conceito de parque é um produto proveniente da era industrial, da criação de novas necessidades do ambiente urbano (SEGAWA, 1996). Essas

cidades industriais atraíam cada vez mais a população e, devido a isso, também os problemas oriundos de intensas aglomerações, tornando-se locais insalubres. Em contrapartida, deu-se a valorização de ambientes que remetesse à natureza, local de resgate da vida saudável (associado ao ambiente vegetado). O parque tornava-se, assim, uma necessidade por diversos fatores: higienização ambiental, estética, conforto psicológico. Foi, porém, no final do século XIX que surgiu com mais intensidade a procura por áreas verdes associada a uma maior salubridade ambiental. Isso indica o papel significativo dos parques urbanos no desenvolvimento de planos e projetos que visavam à melhoria das cidades (SEGAWA, 1996)²². Os parques, as praças e as ruas arborizadas, passaram, dessa forma, a representar autênticos pulmões da cidade, sendo incorporados como um item importante da malha urbana.

O conceito de parque público urbano é, entretanto, um conceito mutável que apresenta diferentes definições conforme cada época. Conforme Sá Carneiro e Mesquita (2000), os parques são espaços livres públicos com função predominantemente de recreação, ocupando na malha urbana uma área em grau de equivalência superior à da quadra típica urbana, em geral apresentando componentes da paisagem natural – vegetação, topografia, elemento aquático – e edificações destinadas a atividades recreativas, culturais e/ou administrativas.

A praça seria um espaço livre público, destinado ao convívio social e inserido na malha urbana como elemento organizador da circulação e de amenização pública, com área equivalente à da quadra, geralmente contendo expressiva cobertura vegetal, mobiliário lúdico, canteiros e bancos. A praça é pensada como um espaço amplo, que se abre, na estrutura interna das cidades, como uma confluência de ruas, ou uma interrupção nos blocos edificados. Um espaço onde em geral se encontram árvores, bancos, eventualmente monumentos e até, em alguns casos, lagos artificiais. Dessa forma, a praça nega a continuidade das edificações e integra organicamente o conjunto formado pela cidade. Nesse sentido, a praça conecta-se com o lugar comum, apresentando dimensões múltiplas: econômicas, políticas, religiosas ou militares.

A praça configura ainda um espaço ancestral que se confunde com a própria origem do conceito ocidental de urbano. O mesmo não se pode afirmar do jardim ou do Parque público, criações efetivamente materializadas enquanto espaços públicos urbanos a partir do século XVII. A praça pública, no fim da Idade Média e do Renascimento, era o ponto de convergência no mundo da ordem e da ideologia oficiais, e o povo ali tinha sempre a última palavra. Mostra-

²² Serpa (2007) corrobora o pensamento de Segawa (1996). Conforme o autor, o século XIX é o período em que emerge a ideia de parque público urbano. Segundo ele, o parque público é visto desde então como instrumento útil para reformadores do momento, que vão agir de acordo com o lema “faz-se necessário tornar a cidade bela e boa de viver para seus habitantes” (SERPA, 2007. p.80).

se, dessa forma, que tanto a praça, o jardim e o parque são locais de encontro e interações sociais, espaços de exercício da democracia (SEGAWA, 1996).

Já o conceito de jardim remonta a alusões literárias e históricas antigas. Ele é fechado, não muito extenso, arborizado, ocupado com plantas ornamentais²³. O jardim é uma parte do espaço que circunda edificações ou aparece interna ou externamente a elas. Pertence tanto a edificações públicas como a particulares (casas, palácios, hospitais, conventos, clubes, universidades). Entretanto, inúmeras vezes, os jardins são confundidos com logradouros públicos, como os parques. A diferença é que os jardins lembram locais privados, enquanto as praças indicam um espaço público (SALDANHA, 1993). Conforme esse autor,

Os jardins são um prolongamento das intenções espaciais contidas na casa, algo como um lugar específico de meditação ou refúgio pessoal. A criação de jardins, espaços privados, deve ter sido mais um símbolo de diferenças sociais, e por outro lado mais um elemento de distinção entre área pública e área privada [...] terão sido bastante distintos da abertura das praças, lugares de fora das casas (SALDANHA, 1993, p.22).

Segundo outra perspectiva, os parques urbanos são espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinados à recreação. O parque urbano tem, contudo, o intuito de responder às demandas de equipamentos para as atividades de recreação e lazer decorrentes da intensificação da expansão urbana. Ao mesmo tempo, vai atender à necessidade de criação de espaços amenizadores das estruturas urbanas, compensando as massas edificadas e atendendo aos anseios por ambientes salubres e ecologicamente satisfatórios (KLIASS, 1993).

A expressão “parque” aparece originariamente como área de lazer arborizada, geralmente pública, reservada para proteção da natureza ou onde se concentra determinada atividade²⁴. Tem sua origem atrelada a bosque cercado onde há caça; terreno arborizado que circunda uma propriedade. É importante, porém, registrar que o parque como a praça surge com a cidade em tempos remotos, há mais de 3.000 anos. Inicialmente, era conhecido como um lugar de caçadas, de práticas esportivas e militares, assembleias e celebrações, e simbolizava autoridade,

²³ Segundo Burle Marx, o jardim é uma construção intencional voltada para um determinado fim – estético, ambiental, educativo, dentre outros – que reflete em aspectos físicos, sociais ou psicológicos. “O jardim é uma construção do homem buscando organizar parte da natureza a partir da seleção de elementos naturais. Trata-se de um gesto humano em resposta a um impulso, uma necessidade [...] é antes uma necessidade consciente-espiritual e emocional do que uma criação acidental do luxo supérfluo de nossa civilização” (BURLE MARX, 1935).

²⁴ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Aurélio: o dicionário da Língua Portuguesa. Coordenação de edição Marina Baird Ferreira. 8ª edição. Curitiba: Positivo, 2010.

poder e riqueza dos seus governantes. Quase sempre, surgia próximo aos palácios dos reis e da aristocracia das cidades antigas (Egito, Pérsia, Assíria, Índia, Grécia e Roma) (SÁ CARNEIRO, 2010 apud LASDUN, 1991).

Conforme Sá Carneiro (2010), quando os agentes públicos optam pela implementação de um parque urbano já estabelecem sua função, arbitram de acordo com o uso provável que a população dispensará ao espaço, entretanto isso não é algo engessado, pois, uma vez inaugurado, o uso efetivo da população pode tanto consolidar aquela função quanto dar origem a uma outra, não considerada inicialmente pelo projeto. Ainda de acordo com essa autora,

Os parques urbanos, diferentemente dos metropolitanos, possuem área e raios de influência menores em relação à morfologia da cidade. Além disso, variam quanto ao tipo, abrangendo, em geral, os parques públicos (ao nível municipal), e os parques de vizinhança (ao nível dos bairros), o que implica diferentes concepções de projeto paisagístico, diferentes formas de uso e diferentes tipos de problema. (SÁ CARNEIRO, 2010, p.17).

Nesse sentido, segundo Sá Carneiro (2010), a concepção de um parque deve levar em consideração não só os fatores físicos (vegetação, clima e topografia) e socioeconômicos como também a história do lugar e a habilidade técnica e artística do paisagista, que deverá observar os anseios e necessidades da população. No entanto, ainda para essa autora, há a necessidade de o projeto apresentar um mínimo de equilíbrio entre as áreas de contemplação e as áreas disponíveis para prática de esporte (SÁ CARNEIRO, 2010). Isso porque, conforme explica a autora em enfoque,

A escolha da função de parque urbano precede a sua concepção: primeiro, é sugerida pelos agentes públicos para, apenas posteriormente, concretizar-se no projeto elaborado por arquiteto paisagista. São várias as funções desempenhadas pelos parques urbanos: a recreativa relacionada à contemplação, à meditação e à prática de esporte; a cultura, cujo foco, no mais das vezes, é a história anterior da localidade; a estética, caracterizada pela oferta de cenários de beleza paisagística; a social, que diz respeito à convivência entre os vários usuários; a educativa e a ecológica, baseada nos benefícios que a proximidade com a natureza pode trazer à qualidade de vida, bem como nos valores positivos que do contato com plantas animais poder emergir; e a econômica, relacionada ao turismo e à valorização das edificações do entorno. (SÁ CARNEIRO, 2010, p.51).

Os parques teriam a função de amenizar o impacto dessas perdas. Contudo, também de acordo com a autora acima citada, as superfícies livres no interior das cidades são insuficientes, pois, em sua maioria, são reservas constituídas no passado (parques rodeando residências principescas, jardins adjacentes às casas burguesas, por exemplo) que outrora serviam de espaço de uso para alguns privilegiados. Entretanto, para os que concebem o parque como um

elemento saneador indispensável para o bem-estar da cidade, a manutenção e criação desses espaços constituem uma necessidade e uma questão de saúde pública.

Ainda a propósito da discussão do termo “parque”, segundo a Secretaria de Meio Ambiente do Recife, com base no Plano Diretor do Recife (Lei Municipal nº 17.511/2008), as praças, os parques urbanos, os imóveis de proteção de áreas verdes, as árvores tombadas, os refúgios viários e outros espaços previstos na legislação equivalem a unidades de equilíbrio ambiental²⁵. Por outro lado, o Capítulo II da Lei nº 16.243/96, Código do Meio Ambiente e do Equilíbrio Ecológico da Cidade do Recife, determina, em seu artigo nº 76, que compete ao município criar e proteger hortos florestais, parques, reservas, estações ecológicas e outras unidades de conservação municipais, inclusive em áreas remanescentes da mata atlântica e dos manguezais, junto a outros ecossistemas, especialmente sistemas aquáticos²⁶.

Neste capítulo foram explorados os três conceitos principais que articularão as discussões a respeito do processo de implementação do Parque Dona Lindu: espaço público, patrimônio e parque. Nossa intenção ao abordar esses conceitos foi buscar entender o Parque Dona Lindu como um representante do espaço público e articular essa compreensão à ideia de patrimônio. Entendemos que o parque é um patrimônio urbano construído mais próximo do conceito de monumento, pois esse espaço não é um patrimônio histórico-cultural, ou pelo menos até o momento não possui esse status. O fato de o projeto ter sido assinado por um arquiteto de renome mundial, Oscar Niemeyer, constitui um componente de valorização que nos leva a concebê-lo dessa forma. Para Monteiro,

Na acepção ou concepção da palavra parque, o Dona Lindu não é um parque, nem pela dimensão, pois ele é muito pequeno, nem pela própria natureza. Na verdade, ele é um conjunto arquitetônico de um auditório com uma sala de exposições. Entretanto a carência de ambientes públicos na localidade é tanta que até se deixassem o terreno sem ocupação alguma, mesmo assim, teria sucesso, as pessoas iriam. A efetivação do parque nos moldes que foi apresentado nada mais é que uma vaidade política de um político que achava que iria colocar o seu nome na história da cidade por ter viabilizado

²⁵ “No decorrer da história, a conservação de áreas verdes nos centros das grandes cidades não fez parte das prioridades dos representantes do Estado [...] a extensão territorial requerida para criação de jardins públicos jamais facilitou sua implantação dentro dos núcleos urbanos, ao contrário, nenhum horto ou passeio, no momento de sua materialização, foi estabelecido no miolo da cidade. Até o século XIX, os jardins eram subproduto da urbanização das periferias, dos limites urbanos [...] aproveitamento de áreas tidas como inúteis ou de árduo aproveitamento” (SEGAWA, 1996, p.218).

²⁶ Segundo o Plano Diretor do Recife (Lei Municipal nº 17.511/2008), as Unidades de Equilíbrio Ambiental – UEA – são espaços, geralmente vegetados, inseridos na malha urbana, que têm a função de manter ou elevar a qualidade ambiental e visual da cidade, de forma a melhorar as condições de saúde pública e promover a acessibilidade e o lazer. Como podemos perceber, são áreas imprescindíveis para melhorar a qualidade de vida na capital pernambucana, tão carente desses espaços.

a implantação de uma obra de Niemeyer no Recife (depoimento de Circe Monteiro, profa. da UFPE, concedido em 26/05/16).

Como vemos, o Parque Dona Lindu é um projeto polêmico, seja por não representar os anseios da comunidade à época, de acordo com os representantes da APARQUE, seja pelas discórdias geradas em torno do projeto que ia além da própria concepção de parque demandada pela Prefeitura ao escritório de Oscar Niemeyer (nome, orçamento, legalidade). É notório, contudo, que esse espaço público hoje representa, efetivamente, um espaço público de sucesso, se for utilizada como parâmetro a quantidade de pessoas que utilizam o local, fato confirmado pela aderência e uso desse espaço. Vários fatores podem justificar esse uso constante pela comunidade: determinados horários, público atendido, ausência de espaços como esse no bairro, entre outros.

3. UM PROJETO DE NIEMEYER PARA O RECIFE

Os homens usam as imagens para dar forma aos seus conceitos de realidade. É a imagem que exprime sua representação, elabora sua figura. Delas se apropriam e fundam o seu discurso.

Inseridos nesse contexto, procuramos compreender a concepção teórica sobre a importância da assinatura do autor como item de valorização do projeto, objetivando contribuir com o entendimento da produção do espaço público na cidade contemporânea. Essas são correlações necessárias para compreensão do link entre a obra, o autor e sua ressonância no processo de implementação do Parque Dona Lindu.

Tal como os discursos e as imagens, é necessário aprofundar a reflexão sobre o peso atribuído à assinatura do autor do projeto arquitetônico, de pensar sobre o que move um gestor a procurar um arquiteto renomado internacionalmente, com o status de grife, em detrimento da obra por si só, tentando estabelecer um diálogo acerca do ato discursivo de conceber um projeto de “parque público”. No caso específico deste capítulo, analisamos as correlações entre obra e autoria presentes na implementação do Parque Dona Lindu e nos discursos tanto dos desejosos da efetivação desse projeto quanto dos seus opositores.

Apresentam-se como pertinentes para compreensão da relevância da assinatura do autor as obras de Michel Foucault *O que é o autor* e *A ordem do discurso*, dentre outras, pois nortearam a abordagem das relações e dimensões de construção e apreensão dos conceitos que serão discutidos neste capítulo. É necessário, porém, ressaltar que Foucault trabalha a questão do autor e da obra relacionados à produção textual. No entanto, neste capítulo, recorreremos a suas teorias, relacionando-as à implementação de um espaço público, um parque urbano, considerando a arquitetura como uma forma de linguagem.

Esclarecemos, contudo, que não faremos referência, nesta dissertação, a concepções arquitetônicas do projeto entregue pelo escritório do arquiteto Oscar Niemeyer, nem estabeleceremos qualquer juízo de valor exacerbado, enaltecendo ou diminuindo o discurso adotado pelos representantes do Estado ou por seus opositores.

3.1. Niemeyer: obra e autor

Oscar Ribeiro Teomar de Almeida Niemeyer Soares Filho nasceu no Rio de Janeiro, em 15 de dezembro de 1907 e faleceu no mesmo Estado, em 05 de dezembro de 2012. Tornou-se, no decorrer de sua carreira, uma figura-chave para a construção da concepção de arquitetura

moderna no Brasil e referencial no mundo. É o arquiteto brasileiro mais influente da arquitetura moderna, de maior renome internacional na atualidade.

Niemeyer se destacou no cenário nacional e internacional pelo uso de formas abstratas, pelas curvas que tão bem caracterizaram sua obra. É sem sombra de dúvidas um expoente da arquitetura moderna, como também contribuiu para a popularização do diálogo entre as artes plásticas e a arquitetura, que tanto o caracterizou como arquiteto e cristalizou-se como uma das características da própria arquitetura moderna²⁷.

As obras de Oscar Niemeyer, ao longo de sua carreira, são a mostra bem-sucedida de uma arquitetura livre, cheia de curvas, dialogando com pilotis, com os terraços jardins, com rampas passarelas que dão a impressionante sensação de estarem suspensas no ar, com sua ligação e utilização das artes plásticas²⁸. Pura leveza²⁹. Esse projeto de evidenciar uma arquitetura moderna no Brasil não era um atributo isolado de Niemeyer. Como ele, uma gama de arquitetos se destacaram e ganharam notoriedade e prestígio.

Lúcio Costa era o mais idoso deles e também o que tinha mais prestígio. Já era uma figura de grande importância na arquitetura brasileira, de orientação moderna e havia sido diretor da Escola Nacional de Belas Artes. De modo que era ele presidente natural dessa comissão e tinha carta branca para fazer o edifício do ministério naquela quadra em que está atualmente. (CAPANEMA, 2007 apud XAVIER, 1956 p. 119)³⁰.

Oscar Niemeyer desenvolveu um vocabulário próprio, inspirado na forte utilização de estruturas como elemento definidor de espaço, enfatizador de suas formas. Um discurso que

²⁷ “O conjunto arquitetônico do lago da Pampulha oferece nova oportunidade, e igualmente importante, se não mais decisiva, para as artes plásticas no convívio com a arquitetura brasileira [...] a afirmação de quanto, a partir de então, deve ser creditada à extraordinária invencibilidade que alcança a arquitetura moderna brasileira, numa contribuição surpreendente ao movimento moderno mundial. Na Pampulha e em Brasília, vamos ter a confirmação de que ao arquiteto Oscar Niemeyer cabe a primazia de haver proporcionado excepcionais oportunidade às artes plásticas”. (BARATA, 2005, p.324).

²⁸ “Oscar Niemeyer foi, sem dúvida, o grande responsável pela criação de uma linguagem própria que fornecia novas opções ao esgotamento que alcançaria, várias décadas após, o racional-funcionalismo. Diferente da arquitetura de outros países latino-americanos que, de algum modo, se aproximavam do ideal gropiusiano de uma arquitetura anônima e impessoal, o Brasil era, então, nas palavras de Hitchcock Jr., ‘o centro de atividade do mais intenso talento individual da arquitetura, Oscar Niemeyer’. A poética de Niemeyer exerceu considerável influência em seus pares, liderando o processo de criar uma linguagem própria e reconhecidamente brasileira, livre das ortodoxias funcionalistas então vigentes” (CAVALCANTE & LAGO, 2005).

²⁹ “Se Niemeyer logrou criar um modernismo plasticamente livre e ricamente escultural, que explorava a composição e as implicações poéticas do ambiente tropical, isso se deve a sua atenta observação dos discursos formais e teóricos de Le Corbusier” (UNDERWOOD, 2002, p.29).

³⁰ .A formulação da comissão feita para conduzir a construção do edifício do Ministério da Educação, um dos marcos da arquitetura moderna no Brasil (CAPANEMA, 2007 apud XAVIER, 1956 p. 119).

dá significado às suas linguagens, às suas unidades, criando um senso de pertença doutrinário, fixando uma coerência às imagens relacionadas aos seus projetos. Esses são aspectos fundamentais para personificar um autor. Como explica Foucault (2001),

Seria possível que o tema do sujeito fundante permitisse eludir a realidade do discurso. O sujeito fundante, com efeito, está encarregado de animar diretamente, com os seus atos de visar, as formas vazias da língua; é ele que, atravessando a espessura ou a inércia das coisas vazias, reaprende, na intuição, o sentido que aí se encontra depositado; é ele igualmente que, para além do tempo, funda horizonte de significações que a história não terá senão de explicar em seguida, e onde as proposições, as ciências, os conjuntos dedutivos encontrarão, afinal, seu fundamento. Na sua relação com o sentido, o sujeito fundador dispõe de signos, marcas, traços.

Segundo Underwood (2002), a arquitetura de Niemeyer é antes de tudo uma vigorosa celebração do tropical e do erótico, das passagens mágicas e do sensual modo de vida do Rio de Janeiro em que nasceu. Para Niemeyer, a arquitetura era uma questão de desenho, ela deveria ser vista como uma arte. Dentre suas obras mais famosas, estão o Edifício Gustavo Capanema³¹ o conjunto arquitetônico da Pampulha³², a Sede da Organização das Nações Unidas e a participação em pavilhões internacionais que representaram o Brasil: o Parque do Ibirapuera, o Edifício COPAN, o Palácio da Alvorada e o Congresso Nacional do Brasil. No entanto, ficou mais conhecido pelos seus projetos de edifícios cívicos para Brasília. Sua obra circula permanentemente pelo conceito do que seria uma arquitetura moderna, cristalizando, assim, símbolos no imaginário coletivo.

Quando se pensa em discurso, logo se associa a alguma forma política, que é o mais difundido. Entretanto as ações humanas são imbuídas de discurso, construído em sua essência como a produção de sentido. A partir disso, compreendemos que a arquitetura também é uma forma de discurso, produz sentido, desempenha um papel social, político, econômico e cultural.

Segundo MAHFUZ (2011), aqueles que se propõem a investigar a obra de Oscar Niemeyer, com raras exceções, ou o fazem a partir de análises ufanistas, identificando-o

³¹ Boa parte dos comentários favoráveis ao edifício do Ministério tem se apoiado em leituras que o valorizam enquanto realização prototípica ou, mais simplesmente, como protótipo que poderia e deveria ser replicado [...] o Ministério daria testemunho irrefutável da autoridade da função enquanto matriz formal, essa autoridade se exerce, contudo, em correlação com a autoridade da tecnologia características da modernidade. É a partir da aliança entre função, matérias e procedimento construtivo que Le Corbusier havia estabelecido os seus cinco pontos de uma arquitetura nova, defendido o pano de vidro e inventado o brise-soleil. Concretizado o pilotis, teto-terraço, plantas e fachadas livres” (COMAS, 2010, p. 87 e 88).

³² “Compreendendo, já nessa época, que nas imposições orgânicas a que está sujeito a boa arquitetura não definem categoricamente a sua forma; antes, deixam-na ainda indeterminada, ele alcança, partindo daquelas premissas indispensáveis, uma expressão mais pura, mais simples, mais fácil de ver, provocando também um movimento de admiração e surpresa” (CARDOZO, 1956).

como “arquiteto do século”, ou de repulsa à sua arquitetura. Ao criticar a obra de Niemeyer, o autor identifica que vários elementos do repertório arquitetônico utilizado por esse arquiteto são formas e compositivo fechado, respetivos e aplicados em outros projetos. Muitos desses elementos são adaptações de outros e estratégias compositivas já utilizadas por Le Corbusier. Assim, é possível reconhecer que

A arquitetura de Oscar Niemeyer é hoje até certo ponto previsível. Não porque tenha perdido a criatividade ou a energia, mas porque essa é uma característica inevitável do trabalho artístico que se baseia num sistema de formas e princípios organizativos, que é aperfeiçoado a cada projeto, ao invés de ser reinventado a cada ocasião”. (MAHFUZ, 2011).

Niemeyer, ao idealizar programas menores, abrigados em edifícios únicos, insere objetos pontuais, como podemos perceber no caso do próprio Parque Dona Lindu. Quando tratou do caso Pernambucano, o Parque Dona Lindu, Niemeyer adotou a estratégia de agrupar os edifícios principais sobre uma plataforma de enormes dimensões. Da mesma forma, insere outros grupos de menor importância na hierarquia do programa de acordo com algum princípio de organização. Para o parque, ele utilizou uma organização linear. Essas características potencializam as áreas concretadas do parque, sendo protagonista da obra o ambiente construído em detrimento das poucas áreas verdes do local (MAHFUZ, 2011).

As opiniões a respeito do projeto do Parque Dona Lindu eram contraditórias. Entre defensores e opositores, o projeto ia ganhando prestígio ou desdenho. Uma das opiniões mais marcantes caracterizava o parque como um dos projetos de pior qualidade dos últimos anos de vida de Niemeyer, como podemos comprovar no depoimento abaixo transcrito.

É um dos projetos de pior qualidade dos últimos anos de vida de Niemeyer, um projeto sem aderências às características do sítio, sem grande relevância, com onerosa manutenção [...] o prefeito João Paulo contratou uma assinatura de um escritório que já há muitos anos não desenvolvia com a mesma qualidade as obras que seu titular desenvolvia. (Depoimento de Luiz Amorim, professor da UFPE, concedido em 02.05.2016).

Assim, partindo da perspectiva da arquitetura como forma de discurso, ao analisarmos o processo de implementação do Parque Dona Lindu, recorte principal e estudo de caso, enfrentamos um outro desafio: compreender a relação de sua autoria com status de grife. Ao observarmos do prisma indicado por Michel Foucault, vemos a emergência da relevância do papel desempenhado pelo nome do autor. No caso da implementação do Parque Dona Lindu, a assinatura de Oscar Niemeyer tem como foco a mercantilização, imbuída do status de grife, indicando, assim, uma função delimitadora de sentido atribuída pela valorização que mantém

com relação ao saber-poder, veículo incentivador de uma criação de dogmas e sentidos³³.

Por outro lado, é importante a realização de uma reflexão acerca do valor outorgado à assinatura do arquiteto responsável pelo projeto do Parque Dona Lindu – no caso em questão, Oscar Niemeyer. O nome do autor medeia no espaço influenciador o discurso, produz relações entre os indivíduos, atribui valor à construção, ao Parque Dona Lindu, inserindo signos oriundos da assinatura em detrimento do projeto em si mesmo. Não pela constância da obra, e sim pelo peso do nome do autor. Segundo Foucault (2001), quando se cita o nome do autor, emprega-se uma palavra que é equivalente a uma descrição ou a várias descrições definidas do gênero do autor de tais obras, mantém-se uma relação tênue com a descrição e a designação que trazem essa carga de valores. Conforme Foucault (2001),

O autor é então momento histórico definido e ponto de encontro de um certo número de acontecimentos [...] é o que permite explicar tão bem a presença de certos acontecimentos em uma obra como suas transformações, suas deformações, suas diversas modificações [...] o autor enfim, é um certo foco de expressão que, sob formas mais ou menos acabadas, manifesta-se da mesma maneira, e com o mesmo valor, em obras, rascunhos, cartas, fragmentos e etc.

Os arquitetos contemporâneos, tidos como provenientes da “era financeira”, não ambicionam soluções universais a serem reproduzidas em grande escala, tão difundidas pelos modernistas, e sim produções exclusivas, associadas a grifes dos projetistas e de seus patronos. Essa arquitetura, quando assimilada como uma marca, adquire o potencial de renda monopolista da mercadoria, uma obra de arte arquitetônica com um valor simbólico agregado (ARANTES, 2000). Uma arquitetura de grife, intencionada na implementação do parque e tratada nesta pesquisa, está presente no processo de implementação do Parque Dona Lindu, obra concebida pelo arquiteto.

A partir da autoria, constrói-se um forte apelo imagético, autoafirmador de reverências, o que nos leva a discutir o papel desempenhado pelo urbanismo monumentalista na busca de criar ícones da arquitetura de grife. Essa arquitetura de grife ganha status de uma “marca” que caracteriza um padrão, que realiza uma representação simbólica, podendo ser um signo, um ícone ou uma palavra. O caso em questão propicia a compreensão de que as próprias edificações

³³ “Desde os tempos primitivos vem a sociedade sofrendo modificações sucessivas e periódicas, numa permanente adaptação das regras do seu jogo às novas circunstâncias e condições de vida. Essa série de reajustamentos, todas essas arrumações sociais, mais ou menos vistosas, tiveram, porém, a marcá-las, um traço comum: esforço muscular e trabalho manual. Essas constantes, em que se baseou toda economia até o século passado, também limitou as possibilidades da arquitetura, atribuindo-se por força do hábito, aos processos de construção até então necessariamente empregados, qualidades permanentes e todo um formulário – verdadeiro dogma – a que a tradição outorgou foros de eternidade” (COSTA, 1961 apud XAVIER, 1987, p. 28).

presentes no Parque Dona Lindu já remeteriam ao imagético coletivo atribuído ao autor (uma arquitetura moderna, pura, cheia de curvas). Assim, a Prefeitura do Recife, ao optar pelo projeto de um arquiteto renomado, objetivou a valorização da cidade e os respectivos retornos econômicos. Isso compõe um dos itens do planejamento estratégico utilizado por gestores atualmente.

Muitas cidades vêm adotando o modelo do planejamento estratégico, pois buscam proporcionar a transformação urbana por meio de grandes projetos de desenvolvimento urbano que expressem um urbanismo monumental e contenham arquitetura de grife. Um bom exemplo é Bilbao (Espanha), que teve seu processo urbano potencializado pela construção do museu de Guggenheim, projetado pelo arquiteto Frank Gehry³⁴. Esse modelo influenciou e continua influenciando várias gestões, inclusive muitas das cidades brasileiras que apostam na implantação de equipamentos de “grife” para alavancar o turismo (BONATES, 2009) – temática que será abordada mais amplamente nos itens a seguir.

Assim, a problemática estabelecida com a concepção de autoria apresenta a relação com a obra e com o discurso da valorização do projeto arquitetônico por ser assinado por um arquiteto de renome internacional. Conforme Lúcio Costa, a arquitetura brasileira é fruto de uma série de acontecimentos, o resultado da fusão entre princípios europeus e a cultura nacional do Brasil, uma verdadeira releitura realizada pela genialidade nativa. O arquiteto em questão é um dos protagonistas do movimento da Arquitetura Moderna no Brasil, e os autores que se propõem a discutir a modernidade na arquitetura fazem registros diferentes dos seus significados, de sua representação e da construção desse imaginário³⁵.

O Parque Dona Lindu, ao ser apresentado como uma obra concebida pelo arquiteto Oscar Niemeyer, adquire status, valor por si só e, conseqüentemente, possibilita a inserção da cidade do Recife no circuito arquitetônico nacional e internacional, conforme propaganda

³⁴ O Museu de Guggenheim, situado a beira do Rio Nervion, em Bilbao, Espanha, foi fruto de um projeto que visou revitalizar a zona portuária de Bilbao a qual, até o momento, encontrava-se em estado de degradação. A edificação apresenta formas curvilíneas, um complexo uso de materiais, representando um sucesso a sua inserção no contexto urbano industrial. A construção do museu concretizou um surpreendente impacto socioeconômico para cidade graças à grande aceitação por parte do público.

³⁵ Oscar Niemeyer, considerado a referência maior no que se trata de arquitetura moderna brasileira, desenvolveu seu conhecimento dos preceitos modernistas diretamente do franco-suíço Le Corbusier. Segundo Lúcio Costa, Niemeyer foi um dos maiores representantes do movimento, expressando o espírito nacional em seus trabalhos. “Quando falamos em arquitetura moderna ou movimento moderno na arquitetura, estamos lidando com um termo que se relaciona diretamente com outros dois, fundamentais para as discussões do século XX: modernidade e modernização. Compreender, mesmo que de maneira simplificada, o arcabouço teórico que permeia esses termos na literatura dos países centrais nos ajuda a iniciar o debate de como seria possível existir uma arquitetura moderna em lugares como a América Latina, onde o processo de modernização nem existia ou estava se iniciando” (LINO, 2013).

veiculada pela PCR (Prefeitura da Cidade do Recife). É o espaço público compreendido como uma mercadoria e, como tal, apresenta um caráter mítico, simbólico, e representa o seu produtor, indo além da função de produto, de uso. Esse produto traz características inerentes às coisas que representa, assumindo, assim, as relações sociais do produto que se converte em mercadoria. Como explica Karl Marx (2006, p.25),

O caráter mítico da mercadoria não provém, pois, do seu valor-de-uso. Não provém tão pouco (sic) dos fatores determinantes do valor. Com efeito, em primeiro lugar, por mais variados que sejam os trabalhos úteis ou as atividades produtivas, é uma verdade fisiológica que eles são, antes de tudo, função do organismo humano e que toda função semelhante, quaisquer que seja o seu conteúdo e sua forma, é essencialmente um dispêndio do cérebro, de nervos, de músculos, de órgãos, de sentido, etc., do homem.

Determinados produtos, frutos de construções oriundas do cérebro humano, parecem dotados de vida própria, seres com *persona*, objetos que conseguem manter relações com si mesmos e com os homens. Assim, a partir dessas relações simbióticas, caracteriza-se o fetiche que é associado ao produto do trabalho humano logo que ele é exposto como uma mercadoria inseparável de seu modo de produção e de seu produtor. Consolida-se, dessa forma, o caráter social do trabalho humano como condicionante de qualidade, dos próprios produtos que se originam desse processo. As ideias modernas germinam e circulam nas mais diferentes esferas, atribuindo ao uso do termo moderno a valorização de um sentido como produto (MARX, 2006).

3.2. Minha assinatura fala por mim

Nesta seção, iremos realçar a força dada à assinatura do autor do projeto. Analisaremos a concepção teórica sobre a influência da obra do arquiteto mais relevante para “Arquitetura Moderna”, que emerge da valorização do projeto arquitetônico do Parque Dona Lindu (localizado no bairro de Boa Viagem, Recife – PE) como um projeto moderno, em detrimento da produção material, da edificação, a qual foi a base do discurso utilizado pelo então prefeito da cidade (João Paulo). Essa assinatura ganha status, fala por si mesma, pois a ela são atribuídas qualidades que conferem ao objeto material a natureza de bem econômico, de grife desejada como um bem a ser consumido. Buscamos, assim, aprofundar a reflexão sobre esse processo que indica que, subjacente à assinatura do autor, existe um discurso, o da arquitetura excepcional, moderna.

Boa Viagem (Recife-PE), que tem uma configuração de bairro moderno, surge como local ideal para implantação do projeto do Parque Dona Lindu (o nome do parque é uma homenagem à mãe do presidente à época, Luiz Inácio Lula da Silva, um dos responsáveis pela concessão do

terreno). Inaugurado em 26 de março de 2011, esse parque provocou debates inflamados. Trata-se de um projeto do escritório do arquiteto Oscar Niemeyer que contou com um orçamento de R\$ 18 milhões, mas custou cerca de R\$ 28.714.470,16. Esse equipamento, quando efetivado, representaria uma parte da história do arquiteto encravada em nossa cidade, porém foi alvo de muitas críticas por uma parcela do povo pernambucano, sobretudo daqueles moradores do bairro que reclamavam da ausência do verde em favor do concreto, da necessidade de praças e jardins para melhorar a qualidade de vida da população. O projeto original teve que sofrer modificações, realizadas posteriormente ao lançamento do projeto pelo escritório do arquiteto, devido à grande repercussão negativa.

Há de ser ressaltado que o Parque Dona Lindu não é a única obra do arquiteto no Estado. Em 05 de março de 1984, foi inaugurada a torre de transmissão da antiga rede de televisão Manchete, hoje de uso da Rede TV (ilustração 02). Essa obra, localizada no município de Olinda, bairro de Ouro Preto, também é assinada por Niemeyer e encontra-se em estado de abandono. É um dos exemplos de que a assinatura do arquiteto Oscar Niemeyer por si só não garante a transformação da edificação em patrimônio histórico, muito menos garante a valorização desse espaço como um ponto turístico de sucesso.

Outro projeto de Niemeyer no Estado foi a construção de uma residência na Avenida Boa Viagem. Segundo José Luiz Mota Menezes, a residência tinha uma fachada inclinada para frente, trazia as curvas e elegância características do autor, entretanto foi demolida para construção de um prédio no local. Esse é, pois, mais um exemplo de que a assinatura desse expoente da arquitetura não garante efetivamente a permanência da edificação³⁶. Conforme Luiz Amorim (2007), a residência Vicente de Paula, de autoria de Niemeyer, foi construída em 1956 e perdurou até o ano de sua demolição 1989. Ambas as obras constam nas ilustrações 01 e 02.

De acordo com Amorim (2016), Niemeyer



Ilustração 01: Residência Vicente de Paula
 FONTE: livro Obituário Arquitetônico
 AMORIM, Luiz Manuel do Eirade)

³⁶ Disponível em : <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/mundo/brasil/noticia/2012/12/06/torre-da-extinta-manchete-em-olinda-temassinatura-de-niemeyer-65893.php>, site visitado em 20/10/2014 às 06h:20min.



Ilustração 02: Torre da Extinta Rede Manchete. Olinda
FONTE: O Autor

compôs essa residência com elementos vocabulares que identificam a arquitetura moderna desenvolvida no Brasil (volume trapezoidal sobre colunas em concreto, empenas cegas, longos planos de vidro e fluidez espacial). Apresentava um projeto bastante representativo dos traços que perpetuaram a fama internacional de Niemeyer, traços esses bem mais significativos dos que os presentes no projeto do Parque Dona Lindu.

Niemeyer também assinou alguns projetos em outros estados do Nordeste, como é o caso recente do Rio Grande do Norte e da Paraíba. No projeto que o arquiteto formulou para Paraíba, também é perceptível o papel desempenhado pela assinatura do autor como um fator de intensa valorização da edificação patrimonializada como um cartão postal da cidade. Porém também não foi pacífica a aceitação do projeto. O local escolhido para construção fica em uma área de proteção ambiental, o que causou debates

inflamados por parte de ambientalistas, entretanto o projeto foi efetivado³⁷.

Apesar disso, foram muitos os questionamentos. Afinal,

Como se pode construir um complexo de 5.000 m² na barreira do Cabo Branco, uma falésia viva em processo contínuo de modificação devido ao processo natural de erosão? As obras de Oscar Niemeyer são muito pesadas, com uso intensivo de concreto armado, que no meu ponto de vista não é o material mais indicado, pois as fundações de edificações deste porte precisam em geral ser profundas, o que poderia agravar violentamente a degradação da área. Além disso, o uso de materiais como o concreto armado e o vidro é totalmente contraindicado devido às características climáticas do Nordeste. (GUIMARÃES, 2005).

³⁷ “Inaugurada em julho de 2008, a Estação Cabo Branco Ciência, Cultura e Arte, obra do arquiteto Oscar Niemeyer, é a mais recente atração turística da cidade de João Pessoa, na Paraíba, e vem se transformando em um local de lazer para a sua população. Localizada sobre a falésia da ponta do Cabo Branco, o ponto mais oriental das Américas, a Estação compreende cinco edificações dispostas em uma área de 8.571 m². A força simbólica e a beleza do conjunto arquitetônico têm contribuído efetivamente para que a Estação Cabo Branco tenha sido adotada pela população pessoense, não apenas pelos benefícios em dispor de novas edificações para abrigar eventos educativos e culturais, mas sim pelo orgulho de ter na cidade um espaço tão arrojado, belo, instigante e moderno como esse” (CORDEIRO e IRELAND, 2009).

Niemeyer até hoje é aclamado como maior arquiteto brasileiro de todos os tempos³⁸, entretanto, mesmo sendo um arquiteto tão renomado, não teve o seu projeto aceito por unanimidade por parte dos pernambucanos, principalmente por alguns moradores do bairro, representados pela AMPARQUE e pela APBS, que criticavam o fato de o parque ter muito concreto em detrimento do verde tão ausente na cidade do Recife. Nesse sentido, o papel do arquiteto é fundamental para leitura dos anseios da sociedade. De acordo com Warchavchik (2008),

O arquiteto moderno deve amar sua época, com todas as suas grandes manifestações do espírito humano, como a arte do pintor ou poeta moderno deve conhecer a vida de todas as camadas da sociedade.

O concreto não foi, entretanto, só um aspecto marcante do autor. É necessário entender que alguns dos projetos do arquiteto, intitulados como modernos, contaram com a participação do paisagista Burle Marx, que criou inúmeros jardins atrelados à pesquisa e ao uso de espécies nativas como também utilizou formas revolucionárias, contribuindo, assim, para construção de uma nova visão do paisagismo moderno.

Outra questão importante, e que vale a pena ser destacada, é que esse também não era um posicionamento generalizado. Ao contrário do que foi dito na seção anterior, há aqueles que defenderam veementemente o projeto, como foi o caso do prefeito da cidade do Recife, à época, João Paulo³⁹: “a obra de Niemeyer valoriza a cidade como um todo, será um patrimônio para a sociedade Recifense, o novo cartão postal da cidade”⁴⁰.

Podemos perceber nesse depoimento que o nome do autor da obra se destaca por impor um trato de problematização conceitual de representação, de apropriação de símbolos atribuídos a obras anteriores à construção do Parque Dona Lindu, não sendo ponderadas com a devida importância as características do bairro ou viabilizado o diálogo com os demais parques a região metropolitana. A autoria exerce uma função, “a função autor é, portanto, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma

³⁸ “Oscar Niemeyer foi, sem dúvida, o grande responsável pela criação de uma linguagem própria que fornecia novas opções ao esgotamento que alcançaria, várias décadas após, o racionalismo-funcionalismo [...] o Brasil era, então, nas palavras de Hitchcock Jr., ‘o centro de atividade do mais intenso talento individual da arquitetura, Oscar Niemeyer’” (CAVALCANTE, 2005).

³⁹ A escolha da função de um parque precede a sua concepção: primeiro é sugerida pelos agentes públicos para, posteriormente, concretizar-se no projeto elaborado por um arquiteto paisagista (idem).

⁴⁰ Segundo Menezes (2007), o arquiteto e urbanista Oscar Niemeyer, que já tinha monumentos em outras capitais nordestinas, é uma referência da arquitetura internacional. É importante para capital pernambucana ter uma obra de Niemeyer, assim como ocorre em outros estados do Nordeste. Luiz Mota Menezes, vice-presidente do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), ressalta a importância para o Recife de contar com uma obra assinada por Oscar.

sociedade” (FOUCAULT, 2001), que nem sempre compactuam com o padrão de equipamento almejado pela comunidade. Como destaca Sá Carneiro (2010, p.62),

Para compreender a função dos parques no Recife, faz-se necessário o estudo das características da paisagem urbana, de sua fisionomia, bem como da história desses espaços desde a sua criação, comparando-os, inclusive, aos de outras cidades brasileiras.

O autor referido, enfatizado, é aquele não entendido, é claro, como o indivíduo falante que pronuncia ou escreve um texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência. A linguagem em análise nesta pesquisa vai além da produção textual, pois adentra na arte e enfoca o que é o fazer arquitetura (FOUCAULT, 1970). Isso corrobora o entendimento de que a assinatura do autor foi bem mais relevante do que a materialização da obra do parque em si. Essa assinatura sinaliza saberes e poderes, o seu papel na ordem do discurso, inclusive no próprio discurso do que é uma arquitetura moderna. Esse jogo de representações forma ou formou uma determinada imagem do autor, presente em textos ou em edificações arquitetônicas, pois a arquitetura também é uma forma de linguagem. Nela ressoam discursos⁴¹.

Em linhas gerais, para Foucault (2001), o nome do autor de uma obra funciona para caracterizar um certo modo de ser do discurso. Para o discurso, o próprio fato de haver um nome de autor (tal pessoa fez isso) faz a obra receber um certo status, garante credibilidade, pois ele a caracteriza. Isso comprova a ocorrência de um conjunto de discursos a ele atrelado, a existência de uma representação em uma sociedade, em uma cultura.

É nesse sentido que se observa o fato de o projeto de Niemeyer ter obtido êxito, ter sido escolhido para viabilizar a construção do Parque Dona Lindu. Entendemos, então, que a autoria motivou a escolha de Niemeyer como idealizador do parque, defendida pelo então prefeito da cidade do Recife, João Paulo (PT). A assinatura do autor garantiria os benefícios da propriedade da concepção, da autoria, comparada a uma grife que garante status de um bem desejado, pronto para o mercado consumi-lo⁴².

Mas não estamos trabalhando só as ferramentas de sentidos convencionais, como a

⁴¹ “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz a luta ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos nos apoderar”. (FOUCAULT, 1995, pág. 10).

⁴² “O nome do autor funciona para caracterizar um certo modo de ser do discurso: para um discurso, o fato de haver um nome de autor, o fato de que se possa dizer ‘isso foi escrito por tal pessoa’, ou ‘tal pessoa é o autor disso’, indica que esse discurso não é uma palavra cotidiana, indiferente, uma palavra que se afasta, que flutua e passa, uma palavra imediatamente consumível, mas que se trata de uma palavra que deve ser recebida de uma certa maneira e que deve, em uma dada cultura, receber um certo status” (Foucault, 2001).

assinatura do autor por si só. Existem conjunturas que interferem diretamente na tomada de decisão por parte do poder público que dependem da leitura do contexto histórico em questão. Porém fica claro que a escolha do arquiteto Oscar Niemeyer para assinar o projeto do Parque Dona Lindu é também uma questão mercadológica. O nome do autor já agregaria valor a esse espaço público da cidade, razão pela qual fundamentou a justificativa de não realizar um concurso público para efetivação do projeto, isentando, assim, o processo licitatório, conforme parecer da URB Recife emitido em 28 de março de 2007:

Enquadramento legal: O artigo 25, II da lei 8666/93, estabelece que é inelegível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: II. para contratação de serviço técnico enumerados no art. 13 desta lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização⁴³.

O notório saber justificava legalmente a isenção do processo licitatório para concepção do projeto do parque. Assim, a PCR (Prefeitura da Cidade do Recife) dispensou qualquer concorrência pública. Entretanto, segundo o professor da UFPE, Luiz Amorim (2016), para se implementar um parque público, é de suma importância a realização de um concurso público de ideias. Ao abdicar desse processo, os gestores da cidade abrem um perigoso precedente. É necessário, então, acompanhar e avaliar, em longo prazo, o que significou essa tomada de decisão, pois não temos a dimensão de quantos projetos de parques, praças e outros espaços públicos foram efetivados posteriormente ao de Dona Lindu, utilizando-se do argumento de que

Um concurso público de ideias abre a possibilidade de surgirem jovens talentos que trazem novas ideias para enriquecer as visões a respeito da cidade. Esse acontecimento é válido para reavaliar como estamos fazendo os espaços públicos da cidade [...] precisamos analisar com mais atenção as consequências oriundas da escolha de um projeto com a justificativa de notório saber, como repercutiu esse precedente. (Depoimento de Luiz Amorim, professor da UFPE, concedido em 02.05.2016).

Os concursos para escolha dos projetos constituem atualmente a primeira etapa para implantação de um parque público, seu nascimento oficial, apresenta a tradução de uma demanda política em que se materializam as marcas no espaço urbano dos poderes políticos e econômicos⁴⁴. Os parques são repletos de simbologias que remetem ao poder, mobilizando recursos consideráveis para sua concepção e implantação. Servem de vitrine ostentatória do poder constituído. Nessa perspectiva, Serpa (2007, 2007, p.73) explica que,

⁴³ Parecer da AJUR (Assessoria Jurídica). URB (Autarquia de Urbanização do Recife).

⁴⁴ “Hoje os parques são motivos para organização de concursos internacionais de arquitetura e urbanismo que sublinham o prestígio dessas realizações, transformadas em canteiros de obras de presidentes e prefeitos” (SERPA, 2007, p.71).

Hoje, os concursos internacionais substituem a vontade real ou imperial para legitimar uma política voluntária de criação de grandes equipamentos culturais. Para todas as operações urbanas de monta, os concursos tornam-se incontornáveis e obrigatórios [...] quando a ideia do parque se consolida, são enfim convocadas as equipes de profissionais competentes. O parque se transforma em discurso. Explicações, argumentos, planos e projetos são a expressão dessa mobilização.

A razão da justificativa da contratação do escritório do arquiteto Oscar Niemeyer não só retoma questionamentos quanto ao modelo de parque solicitado pela prefeitura como também leva a novas conclusões as quais sugerem que o Recife, ao se inserir no rol das cidades capitalistas contemporâneas, necessita cada vez mais criar centros de consumo, de empreendimentos que captem turistas, potencializando, assim, a economia local.

3.3. Um nome para o parque

A implementação do Parque Dona Lindu foi marcada por polêmicas desde a sua concepção. Do mesmo modo, não iria ser diferente a escolha do nome a batizar o parque, fato que contribuiu para aumentar ainda mais as celeumas em torno de sua concepção: a escolha dos equipamentos urbanos a serem implantados no parque e a própria escolha do arquiteto a assinar o projeto.

Segundo o prefeito à época, João Paulo, o objetivo da escolha do nome do parque era fazer uma homenagem à mulher, em especial à mulher retirante do nosso Estado, às mulheres retirantes que aqui chegam de outras regiões, de outras cidades do interior de Pernambuco, do Nordeste, e às mulheres retirantes que saem daqui, como foi o caso de Dona Lindu, que saiu do nosso Estado, com oito filhos e um deles se torna Presidente da República, ultrapassando uma série de preconceitos⁴⁵. Isso converge com o depoimento de João Paulo quanto à escolha do nome do parque, como podemos ver no seguinte depoimento:

Eu fiz um pedido a Lula e um dia ele me chama a Brasília e informa que já estava acertado que a Aeronáutica iria ficar com a parte de trás do terreno e a prefeitura ficaria com a parte da frente. Eu disse que não era isso que a cidade queria, a cidade almejava a área toda, só com a parte da frente do terreno, poderíamos chamar de praça [...] mas, com o terreno todo, poderemos chamar de parque. Então na hora Lula disse: “Prego batido, tabua virada, o terreno é todo da cidade”. A partir daí Lula oficializou a cessão do parque à cidade. Eu

⁴⁵ ALVES, Carlos. Parque Dona Lindu: todos contra projeto de Niemeyer. Jornal do Commercio, Recife, 08 de abril de 2007, caderno Cidades, p.05. O título da coluna do jornal remete a uma unanimidade a respeito da rejeição ao projeto do Parque Dona Lindu, unanimidade essa que não existe e reforça a ideia de ser uma voz a ser ouvida, de poderem oferecerem uma visão imparcial dos acontecimentos, entretanto, é necessário ter-se a consciência de que reproduzem um discurso, nele existe uma intencionalidade.

achei isso um gesto muito significativo, então resolvi homenagear o presidente. Entendi que a melhor forma de o homenagear era colocar no parque o nome de sua mãe. Uma retirante, pobre, que saiu do interior do Nordeste, com oito filhos, em um pau de arara e que um desses filhos se torna presidente e doa os terrenos para cidade. Um gesto que nenhum outro presidente fez. **Tenho muito orgulho que, na área, em tese “mais rica da cidade”, tem um espaço público com o nome de uma proletária.** (Depoimento do prefeito à época, João Paulo, em 23.04.15 – grifo nosso).

Muito se discutiu, e ainda hoje ressurgue a questão, sobre essa homenagem ao presidente. Aliás, à mãe do presidente. Em seu discurso na inauguração da primeira etapa do Parque Dona Lindu, Lula relembrou as dificuldades que sua mãe enfrentou para criar os oito filhos sozinha e ressaltou que essa homenagem na verdade se destinava a todas as mulheres do país: “Essa homenagem é para todas as mulheres sofridas e marginalizadas deste país porque, hoje, grande parte delas são chefes do lar”. O presidente também enfatizou que a oposição à criação do parque demonstrava raízes discriminatórias: “Se o busto aqui colocado fosse de um intelectual, não teria encontrado tanto preconceito [...] esse parque é para o povo que também tem direito ao luxo e conforto”. Segundo Lula, o parque é mais um símbolo da chegada do povo ao poder, tanto no Brasil como no Estado⁴⁶.

Para o governador, à época Eduardo Campos, ao homenagear a mãe do presidente⁴⁷ com o nome do parque, João Paulo (então prefeito da cidade) estaria deixando no Estado a marca do presidente que mais contribuiu para o fortalecimento de Pernambuco no cenário nacional. Entretanto, enfatiza que também estava deixando a marca de sua gestão na prefeitura em nosso município e acrescenta que

Essa homenagem que se faz a Dona Lindu é para que cada um de nós perceba o quanto podemos ser mais largos na compreensão do papel que cabe a Pernambuco no futuro. A generosidade que marca a vida de Dona Lindu é a marca da vida do presidente Lula. Se Dona Lindu deixou algo fundamental para os filhos foi a generosidade que é muito mais forte nas mulheres que nos homens. Essa generosidade embalou a luta de João Paulo, a minha, e de tantos companheiros, e hoje estamos reunidos aqui para dar seguimento a esta caminhada de construção de cidadania. (Depoimento de Eduardo Campos, então Governador de Pernambuco, em 30/12/2008)⁴⁸.

⁴⁶ Extraído da publicação do Boletim Diário da Secretaria de Comunicação do Recife em 30.12.2008.

⁴⁷ Uma importante razão para assumir uma postura a favor da homenagem à mãe do então presidente do Brasil à época é apropriar-se de sua história de vida. Eurídice Ferreira Mello, a Dona Lindu, nasceu em Caetés, então distrito de Garanhuns, Agreste pernambucano. Aos vinte anos, casa-se com Aristides Inácio da Silva e passam a morar no Sítio Vargem Comprida, onde têm oito filhos, dentre eles o futuro presidente do Brasil. Em dezembro de 1952, deixa o Nordeste, fugindo da seca, em um pau de arara. Chega a São Paulo em busca de uma vida melhor para família. Em 1980, morre aos sessenta e quatro anos de idade, vítima de um câncer no útero.

⁴⁸ Extraído da publicação do boletim diário da Secretaria de Comunicação do Recife, presente no

Dessa forma, buscou-se validar o nome do parque com a homenagem à mãe do então presidente da república (Dona Lindu, ilustração 03) No dia 24 de outubro de 2006 o requerimento à Câmara de Vereadores da Cidade do Recife solicitava a realização de concurso público para escolha do nome do parque, mas foi rejeitado e, no mesmo dia, foi aprovado o nome do parque como “Parque Dona Lindu”. Findava assim mais um dos capítulos conturbados em torno do processo de implementação do parque. Os opositores ao nome reclamavam a necessidade de um concurso público que ecoasse o desejo do povo para escolha do nome. Também argumentavam que o nome em homenagem à mãe do então presidente do Brasil era pura bajulação. Entretanto, para os seus defensores, o nome Dona Lindu representava a força da mulher nordestina que migra para outros Estados em busca de uma vida melhor para sua família. Era ainda uma forma de a cidade agradecer pela intercessão do presidente para a doação dos terrenos antes pertencentes à União.



Ilustração 03: Dona Lindu

FONTE: Instituto Lula - Acesso em 20/01/2014

Para reforçar a ideia do nome do parque como uma homenagem às famílias retirantes da seca, das pessoas que saíam do Nordeste em busca de uma situação melhor, foi inaugurado, em parte do parque, no 30 de dezembro de 2008, o “Memorial aos Retirantes”, uma escultura do artista plástico Abelardo da Hora (consta de nove peças que representam a mãe e seus oito



Ilustração 04: Inauguração do Memorial aos Retirantes

Fonte: Disponível em www.recife.pe.gov.br. Acesso em 30/12/2008.

filhos, conforme ilustração 04). A escultura é inspirada em uma outra obra do escultor “A fome

e o Brado”, de 1947, que também faz alusão aos retirantes⁴⁹.

Porém, como em todo folheto que se preze, essa história não poderia acabar de forma tão simples, consensual. Identifica-se, conforme parecer do Segundo Comando Aéreo Regional, emitido em 07 de julho de 2005, através do ofício nº 93/SERPAT-2/2214, que os terrenos localizados à beira-mar de Boa Viagem, pleiteados pela PCR para transformação em parque público, eram inicialmente denominados Coreia (I e II), nome que indica reminiscências históricas que remetem ao imaginário fruto do pós-Segunda Guerra Mundial. O primeiro documento que se referia aos terrenos como um futuro parque público do bairro de Boa Viagem (Recomendação nº 02/05, emitido pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente no dia 10 de maio de 2005) o identificava como Parque Público do Setúbal. Contudo, o ofício do Ministério Público Federal (Procuradoria da República em Pernambuco), direcionado ao prefeito da cidade do Recife, à época João Paulo Lima e Silva, em 10 de junho de 2005, se refere à área como destinada ao provável Parque de Boa Viagem. O mesmo nome mencionado para o parque também consta no ofício nº 346, que a Prefeitura da Cidade do Recife enviou em resposta ao ofício citado acima.

Já o ofício do Ministério do Meio Ambiente, nº 1187/2006, traz um parecer favorável à implantação de um parque público nos terrenos questionados, ao qual denomina de *Parque Urbano Alameda do Mar*. Nome recorrente, inclusive constando no próprio contrato de concessão dos terrenos emitido pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. Em certos aspectos, os nomes citados têm mais correlações com a identidade em que se encontra o parque atualmente.

O próprio escritório de arquitetura de Oscar Niemeyer, em correspondência direcionada ao diretor da Empresa de Urbanização do Recife, em 08 de janeiro de 2007, identifica o espaço público de lazer pleiteado não como parque, mas como Centro Cultural Dona Lindu. Já em edição do Diário de Pernambuco, de 14 de outubro de 2006, o presidente do Instituto Brasileiro de Cidadania Ativa, Petrônio R. G. Muniz, defende que o parque deveria chamar-se Parque Alberto Santos Dumont. Justifica essa sugestão baseado em todas as virtudes constantes na biografia de Dumont: inventor, humanista, benfeitor da humanidade. Ressalta também o fato de ele ser o Patrono da Aeronáutica, considerado o Pai da Aviação no Brasil. É inevitável a

⁴⁹ Extraído da publicação do boletim diário da Secretaria de Comunicação do Recife, presente no endereço http://www.recife.pe.gov.br/2008/12/30/mat_165327.php, foto de Paulo Lopes (Da esquerda para direita: ex-prefeito do Recife, João da Costa; ex-governador de Pernambuco, Eduardo Campos; artista plástico Aberlado da Hora; ex-prefeito do Recife, João Paulo, e o ex-presidente, Luiz Inácio Lula da Silva). Consulta realizada em 30.12.2008.

correlação com o fato de os terrenos terem sido cedidos pelo Ministério da Aeronáutica e essa decisão. Conforme Petrônio,

Esta é a personalidade onímoda que o Recife tem o dever de manter viva e impressa na memória das gerações futuras, dando o novo logradouro de Boa Viagem, em terrenos cedidos pelo Ministério da Aeronáutica [...] o nome de Parque Alberto Santos Dumont.

Mas quem se deixou levar por essa polêmica será que nunca se perguntou como isso teria acontecido? O fato é que, dentre as opções de nomes para batizar o parque (Parque Público de Setúbal, Parque de Boa Viagem, Parque Urbano Alameda do Mar, ou Parque Alberto Santos Dumont), o que imperou foi a vontade do prefeito da cidade, à época, respaldada pelo poder legislativo municipal.

Até então poderíamos acreditar que esse seria o fim dessa odisseia, um nome para parque, mas... a história do parque, intitulada por inúmeras manchetes de jornais como “parque da discórdia”, está longe de acabar assim, em uma canetada, por seus opositores classificada como “ato antidemocrático”. Em 26 de abril de 2016, mais um feito foi registrado no site Charge.org, direcionado para a criação de qualquer tipo de abaixo-assinado, um abaixo-assinado virtual, propondo a troca do nome do Parque Dona Lindu para Parque Boa Viagem.



Ilustração 05: Campanha virtual convidando para assinar o abaixo-assinado on-line
Fonte: Disponível em www.change.org. Acesso em 11/05/2016.

Até o dia 11 de maio de 2016, a petição online registrava 11.402 apoiadores dos pleiteados 15.000. A internet serve de plataforma tecnológica que garante visibilidade dessa demanda conforme a chamada para aderir ao abaixo-assinado. A internauta, Laurene Gouveia, impetrante do pleito, argumenta o seguinte,

Gostaria, junto com os recifenses, trocar o nome do parque Dona Lindu que foi assim nomeado sem a anuência dos pernambucanos, para homenagear a mãe do presidente à época, e que hoje responde a inúmeros processos criminais. Vamos mudar para Parque Boa Viagem⁵⁰.

Se conseguir 15.000 apoiadores, o abaixo-assinado será encaminhado à Câmara de

⁵⁰ Disponível em <https://www.change.org/p/c%C3%A2mara-de-vereadores-vamos-mudar-o-nome-do-parque-dona-lindu-em-boia-viagem-para-parque-boia-viagem>. Consulta realizada em 11 de maio de 2016, às 23h e 12 min.

Vereadores da cidade, demonstrando o interesse da população recifense em que seja colocada em pauta essa demanda. Isso comprova que as questões relativas ao parque, por mais que aparentem estar pacificadas e consolidadas, são controversas quanto às decisões adotadas por ambas as partes. O nome do parque denota uma homenagem, isso é irrefutável, entretanto o peso maior está no fato de este ser diretamente ligado ao poder federal, indicando fins políticos, articulações, premeditação, ou simplesmente reforça a fragilidade da opção adotada pelo prefeito em não consultar a população nesse processo.

4. A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA DA IMPLEMENTAÇÃO DO PARQUE DONA LINDU

Nos próximos itens, abordamos alguns dos principais conceitos de cidade, pelo menos aqueles mais compatíveis com a produção do espaço público oriundo de dimensões sociais. Discorreremos sobre o processo de implementação do Parque Dona Lindu sob a perspectiva da cidade como uma entidade social, do exercício do direito à cidade, enfocando o surgimento da luta urbana configuradora de significados sociais e políticos. Ao refletir sobre a cidade e suas relações com a construção do espaço público, buscamos compreender as nuances dos movimentos articulados pelos desejosos de um parque verde em detrimento do projeto apresentado pelo escritório do arquiteto Oscar Niemeyer que, segundo seus opositores, privilegiava o concreto armado.

Registramos também um breve histórico do bairro de Boa Viagem com o intuito de compreendermos seu processo de consolidação e de identificarmos os atores mais relevantes no processo de implementação do Parque Dona Lindu. Trata-se da busca de compreender a cidade como fruto de uma ação antrópica, suporte de construções do cotidiano, de interações sociais. Conforme (PARK 1967 apud HARVEY, 2013),

A cidade é a tentativa mais coerente e, em termos gerais, mais bem-sucedida de refazer o mundo em que vive, e de fazê-lo de acordo com os seus mais profundos desejos. Porém, se a cidade é o mundo criado pelo homem, segue-se também que é o mundo em que ele está condenado a viver. Assim, indiretamente e sem nenhuma constância bem definida da sua natureza de sua tarefa, ao criar a cidade o homem criou a si mesmo.

4.1. A cidade: perspectivas

Muito se discute, recentemente, acerca da temática da cidade. De acordo com Rolnik (2004), a cidade é uma obra coletiva que desafia a natureza. Ela nasce com o processo de sedentarização e seu aparecimento delimita uma nova relação homem/natureza. Nela efetivam-se a organização da vida social e a produção coletiva, que podem ser observadas tanto na sua existência material como também em sua dimensão política. Em sua origem percebida como local de cerimonial, a cidade foi tornando-se centro político, administrativo, propulsor de criações simbólicas do vivido. A cidade contemporânea caracteriza-se pela velocidade, intensidade dos acontecimentos, essa é uma cidade efêmera. De acordo com Rolnik (2004, p.9),

Ao contrário da cidade antiga, fechada e vigiada para defender-se de inimigos

internos e externos, a cidade contemporânea se caracteriza pela velocidade da circulação. São fluxos de mercadorias, pessoas e capital em ritmo cada vez mais acelerado, rompendo barreiras, subjugando territórios.

As cidades contemporâneas são resultado de uma série de acontecimentos ocorridos em épocas passadas, ou seja, não surgiram abruptamente, de uma hora para outra, mas em lugares onde existia produção de excedente. Assim, nesse ínterim, sua identidade foi sendo moldada e simbologias foram sendo fortificadas. Cada vez mais a cidade assumia o papel de espaço da liberdade, espaço democrático, bem diferente do que ocorria na Idade Média, com a antiga formação feudal. As transformações da cidade refletem no cotidiano organizacional e no papel de cada um dentro da sociedade. A cidade feita para os vivos também muda de cotação com o tempo. Como argumenta Le Goff (1998, p.11),

O aspecto da cidade construída também mudou quanto ao lugar dos mortos. Os gregos e os romanos impeliam o morto impuro para fora da cidade, o mais das vezes, sobretudo para as pessoas ricas ou importantes, ao longo das principais vias que partiam da cidade. O cristianismo urbaniza os mortos, e a cidade torna-se também a cidade dos mortos; o cemitério, um lugar de sociabilidade.

Nossas cidades atuais estão mais próximas das cidades medievais do que das cidades antigas, apesar de tantas transformações e reformulações nos significados e de, nas construções de significância, algumas características apresentarem-se imunes ao tempo. As configurações das cidades contemporâneas herdaram características da cidade medieval em suas várias dimensões: aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos. São laços de permanência cristalizados no decorrer do tempo histórico. Conforme pontua Le Goff (1998, p.25),

A cidade na Idade Média é uma sociedade abundante, concentrada em um pequeno espaço, um lugar de produção e de trocas em que se mesclam o artesanato e o comércio alimentados por uma economia monetária. É também o caminho de um novo sistema de valores nascido da prática laboriosa e criadora do trabalho, do gosto pelo negócio e pelo dinheiro.

Esse autor apresenta uma visão mais próxima da antropologia histórica também com forte cunho de fatores sociais envolvidos, enquanto David Harvey parte das interferências oriundas do sistema capitalista. Segundo David Harvey (1980; 2001), a cidade é um ambiente tangível, construído, que se apresenta como centro de vida social e política, onde se acumulam não apenas as riquezas como também os conhecimentos, as técnicas e as obras, frutos de uma produção social. Essa cidade é receptora de heranças fixadas, acumulações, refletindo o contexto do seu modo de produção. Seu processo de feitura é um produto e condição dos processos

sociais de transformação em andamento,⁵¹. A cidade conjuga diferentes classes sociais e, como tal, é um lugar de conflitos, mas também de convivência, como indica Harvey (2013)⁵².

A cidade não é apenas um espaço físico, um suporte onde ocorrem determinados fenômenos ou simplesmente uma aglomeração de moradias, e sim um ambiente fruto da construção humana, um produto histórico-social que, ao longo do tempo, deixa as marcas das gerações que se apropriaram dela⁵³. A cidade é uma construção coletiva e, assim, deve ser consumida, como um trabalho social que responde as suas necessidades com crescimento e dinâmica própria de acordo com cada civilização⁵⁴.

Dessa forma, consideramos que, a partir da história da cidade, podemos compreender como foram e são realizadas as intervenções urbanas no Recife, pois cada cidade tem sua peculiaridade, sua evolução histórica, suas dificuldades. Segundo Jacobs (2000, p.13 e p. 498),

As cidades são locais fantasticamente dinâmicos, o que se aplica inteiramente a zonas prósperas, que propiciam solo fértil para os planos de milhares de pessoas [...] As cidades vivas têm uma estupenda capacidade natural de compreender, comunicar, planejar e inventar o que for necessário para enfrentar as dificuldades [...] as cidades vivas, diversificadas e intensas contêm as sementes de sua própria regeneração, com energia de sobra para os problemas e necessidades de fora delas.

O conceito de cidade determina um complexo demográfico formado por importante concentração populacional não agrícola e dada atividade de caráter mercantil, industrial, financeiro e cultural. Além disso, pode ser entendida como urbe ou centro⁵⁵. Ambas as

⁵¹ Rodrigues (2007) enriquece esse entendimento ao acrescentar que a cidade apresenta reflexos de sua sociedade, de sua vivência em um suporte espacial. “Cidade é uma definição. É a projeção da sociedade urbana num dado lugar, política e territorialmente demarcado, marcado e estabelecido. As cidades contêm delimitação espacial. Lugar de concentração da população urbana, produção, circulação e consumo de bens e serviços. A cidade é o centro da decisão política do urbano”.

⁵² “A cidade é o lugar onde as pessoas de todos os tipos e classes se misturam, ainda que relutante e conflituosamente, para produzir uma vida em comum, embora perpetuamente mutável e transitória” (HARVEY, 2013, p.134).

⁵³ De acordo com a Carta Mundial pelo Direito à cidade, de 2006, o conceito de cidade possui duas acepções. “Por seu caráter físico, a cidade é toda metrópole, urbe, vila ou povoado que esteja organizado institucionalmente como unidade local de governo de caráter municipal ou metropolitano. Inclui tanto o espaço urbano como o entorno rural ou semi-rural que forma parte de seu território. Como espaço político, a cidade é o conjunto de instituições e atores que intervêm na sua gestão, como as autoridades governamentais, legislativas e judiciárias, as instâncias de participação social institucionalizadas, os movimentos e organizações sociais e a comunidade em geral”.

⁵⁴ “À medida que a cultura Ocidental aprofunda sua tomada de consciência de si através de uma reflexão sobre as próprias realizações, a cidade tende a tornar-se seu símbolo por excelência, e o comentário sobre a cidade, um lugar privilegiado para expressão de uma visão de mundo e de uma ideia de natureza humana” (CHOAY, 1985, p. 68).

⁵⁵ Segundo a Carta Mundial pelo Direito à Cidade (2006), as cidades devem ser um espaço de realização

interpretações caracterizam o entendimento da cidade contemporânea, entretanto o conceito de cidade abordado neste trabalho apresenta-a como uma construção social, lugar de interação e simbiose, mais próximo da abordagem trabalhada no Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada – CECI, desenvolvida por Zancheti e colaboradores (2008).

A cidade é trabalhada na dimensão espacial, configurada por estruturas físico-naturais, construídas conforme um modo de viver e edificar específicos. A cidade seria resultante da dinâmica social, fruto da criação humana e de suas atividades em determinado espaço definido. É oportuno, contudo, salientar que essa é uma perspectiva adotada pelo CECI, mas há outros conceitos que consideram a cidade em outras dimensões: sistema social, político, econômico e ambiental (ZANCHETI et al, 2008)⁵⁶.

Assim, em linhas gerais, o CECI apresenta a cidade como um artefato concebido pelo gênio humano, constituído de forma coletiva, com especificidades e que transmitem informações da história e da cultura de cada lugar. Em sua maioria, as cidades são concebidas ao longo do tempo e, nesse percurso temporal, passa por inúmeras transformações, refletindo a coexistência harmônica de elementos construídos em diversos períodos. Dessa forma, “deve-se ressaltar que a maior parte das cidades constitui-se em artefatos depositórios da matéria construída ou de resquícios dela acumulado na história” (ZANCHETI et al, 2008. p.08). Há que se destacar ainda que

As cidades são feitas de fragmentos dos vários tempos que se integram desde a origem. Uma nasceu como lugar de repetição, para onde os homens sempre retornam depois de suas viagens nômades; outras como templo onde as forças divinas estabelecem os territórios de culto; outras ainda nascem do entrecruzamento de rotas de trocas e de comércio; ou como fortificações onde o homem soldado guardava os homens da lei e os sábios. As cidades serviram como silo para reprodução da vida humana e como recipiente onde os homens amalgamavam e reproduziam pensamentos e política como novas lentes para olhar o mundo, lugar de fabricar ferramentas e armas para dominar, moldar, adestrar e retirar o seu sustento da natureza. (CASCO, 2001 apud ZANCHETI et al 2008, p.88).

As cidades devem ser um suporte físico das práticas sociais⁵⁷. Deve-se ter como premissa

de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, assegurando a dignidade e o bem-estar coletivo de todas as pessoas, em condições de igualdade, equidade e justiça, assim como o pleno respeito à produção social do habitat. É importante mencionar os enlaces semânticos que ocorrem com relação ao termo “cidade”, conforme o dicionário da língua portuguesa (Aurélio, 2010).

⁵⁶ ZANCHETI, Sílvio Mendes; DOURADO, Catarina; CAVALCANTI, Fábio; LIRA, Flaviana; PICOLLO, Rosane. Da autenticidade nas cartas patrimoniais ao reconhecimento de suas dimensões na cidade. Textos para discussão – Série 3: Identificação do patrimônio cultural. CECI. V 37. Olinda, 2008.

⁵⁷ “Devem ser um espaço de realização de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais,

que a cidade deve proporcionar condições favoráveis ao exercício político, como também suprir determinadas necessidades de realizações, sejam elas de cunho econômico, social ou cultural. Tem, portanto, uma função social a ser exercida coletivamente. As reivindicações da sociedade civil organizada cada vez mais são pautadas na busca de uma cidade que beneficie a comunidade urbana no seu conjunto, tendo como norteadores o respeito à cultura, à sustentabilidade ecológica, ao bem-estar de todos os seus habitantes e à harmonia com a natureza.

As cidades contemporâneas apresentam diferentes dimensões e círculos de influência que refletem em diversas esferas de sua constituição. Levando isso em consideração, na seção seguinte, registraremos uma breve história do bairro de Boa Viagem (recorte geográfico) como mais um componente desse entendimento⁵⁸.

4.2. Boa Viagem e o parque: uma breve história

A configuração espacial atual do bairro de Boa Viagem é o resultado de um processo histórico. Entretanto, as várias intervenções ocorridas nesse período, no campo arquitetônico, urbanístico e paisagístico, têm deixado poucos vestígios que possam ser apreendidos como patrimônio histórico cultural. O bairro está em constante mutação, característica própria das cidades não só no Brasil. A elaboração do projeto de um parque, espaço de vivências, e sua relação com as intervenções urbanas ao longo do seu processo de formação são um fator importante tanto para nossa memória como para criação de nossa identidade enquanto sociedade. Evidenciar, contudo, os sentidos dos discursos, levando em conta suas condições de instauração e produção – de cunho social, histórico e cultural –, é importante na busca de compreender os mecanismos utilizados pelos governantes para viabilizar seus projetos de intervenção no espaço cidadão.

Indagar se o projeto em questão representa um anseio da população, de suas necessidades, identificando se os elementos construídos, idealizados ou potencializados pela gestão pública, realmente, representam e legitimam a identidade do bairro ao longo de sua formação histórico/territorial implica construir formas de pensar e ver o mundo. A própria expansão do território ocupado pela cidade do Recife em direção à zona sul, intensificado no início do século XX, com ênfase no bairro de Boa Viagem, se deu em um ritmo diferenciado pelos administradores que representaram o Estado. Assim, consideramos fundamental conhecer a memória do processo de

assegurando a dignidade e o bem-estar coletivo de todas as pessoas, em condições de igualdade, equidade e justiça, assim como o pleno respeito a produção social do habitat” (idem).

⁵⁸ Carta Mundial pelo Direito à cidade (2006).

ocupação desse espaço da cidade.

Ao mesmo tempo em que o Estado ia fixando os sinais do progresso material no espaço urbano, a própria dinâmica dessa transformação inseria nesse espaço físico da cidade as simbologias que guardavam significados específicos para determinados grupos e que geraram transformações nas práticas coletivas, tais como reformas com fins higienizadores, embelezadores, estruturadores. A industrialização nas cidades e o crescente ideal de progresso, em detrimento de tradições, cada vez mais se tornou rotineiro.

O bairro de Boa Viagem foi fundado em 06 de junho de 1707, a partir de uma doação de terras feita pelo casal Baltazar da Costa Passos e Ana de Araújo. Inicialmente, tratava-se de uma vila de pescadores sem maiores pretensões urbanísticas. O bairro, antes de constituir um povoado, constava no itinerário dos que partiam do Recife em direção ao Sul. Era um núcleo de casas precárias onde posteriormente iria surgir a igreja e o povoado de Boa Viagem, uma área de veraneio para o desfruto dos poucos afortunados da capital. O povoado de Boa Viagem perdurou durante muitos anos dependente do pouco comércio instalado na localidade como também das atividades desenvolvidas em torno da capela da igreja, sejam essas atividades profanas ou religiosas (ARAÚJO, 2007).

Em 08 de fevereiro de 1858, com a construção da ferrovia a um quilômetro da igreja de Boa Viagem, o vilarejo ficou mais acessível, e a ferrovia tornara-se, assim, a principal opção para os desejosos de desfrutar o povoado, desde a inauguração da ponte do Motocolombó. Em 1871, foram inaugurados os serviços de bondes por tração animal e, em 1885, foi inaugurada a Pernambuco Street Railways Company, que proporcionou o acesso a uma estrada para transporte de passageiros, com trilhos de ferro conhecidos como bondes, o que facilitou a chegada ao lugar.

A localidade que até então era uma área de veraneio, um povoado com algumas dezenas de casas, uma capela, coqueirais e alagados, tornou-se a obra forte do governo de Sérgio Loreto (1924 a 1926), o lugar que possibilitaria a ampliação da área habitacional da cidade do Recife em direção à zona Sul, caracterizado como um projeto modernizador, um tipo diferente de experiência urbana que representaria a transformação do processo urbano pelo qual passaria a cidade. No quadriênio do governo de Sérgio Loreto (1922-1924), ocorreu no Recife uma intensa modernização, e o dinheiro desviado das reformas do porto do Recife viabilizou o projeto de expansão urbana (DINIZ, 1994).

Para Antônio Paulo Rezende (1997), o quadriênio do governo de Sérgio Loreto foi caracterizado por um projeto modernizador em diversos espaços da administração pública como também se preocupou com o embelezamento da cidade, a exemplo do Derby e de Boa Viagem.

Esse autor ressalta, porém, que a cidade já teria passado por outros processos de modernização, como o que se deu no período da Gestão do Conde Maurício de Nassau, em que obtiveram grande destaque as ilhas do centro da cidade, e na administração de Francisco do Rêgo Barros, com destaque para Boa Vista. Porém, na administração de Sérgio Loreto, é que o Bairro de Boa Viagem passa a ter importância no processo de urbanização da cidade.

Ainda de acordo com Rezende (1997, p.55),

O quadriênio do governo de Sérgio Loreto viveu sob o signo da modernização [...] a cidade do Recife recebeu reformas urbanas significativas, há o empenho em torná-la moderna dentro dos conceitos gerais de modernização que alimentam as mudanças nos espaços urbanos e atingem também outras cidades brasileiras [...] a valorização de espaços de embelezamento, no caso Derby⁵⁹ e Boa Viagem, do ponto de vista da especulação imobiliária, foi visível, sem falar na ampliação da área de lazer que, no caso de Boa Viagem, beneficiou bastante os mais privilegiados.

Nesse contexto, início do século XX (1924-1926), a elaboração de um projeto “inovador”, uma intervenção urbanística polêmica, a construção da Avenida Beira-Mar (uma avenida de 6Km, margeando o mar, que liga o bairro de Boa Viagem ao bairro do Pina), hoje Avenida Boa Viagem, dava um novo impulso ao projeto de expansão urbanística da cidade. Na década de 1920, o governador à época, Sérgio Loreto, desejava transformar o lugar em um dos maiores símbolos da modernidade do Estado. Assim, a Avenida Beira-Mar tornou-se palco de disputas políticas, interesses pessoais, como também alvo da especulação imobiliária. Essa avenida contava com esgoto sanitário e drenagem pluvial, serviços de transporte realizados pelos bondes elétricos da empresa Tamwys. Foi um empreendimento que alavancou o desenvolvimento da cidade, servindo de indutor ao crescimento urbano em direção da zona sul do Recife. De acordo com Rezende (1997), a década de 1920 foi um dos momentos significativos da tensão entre o moderno e o tradicional bem como representou as múltiplas percepções vivenciadas em uma época visceral por parte dos recifenses que viam seu cotidiano ser alterado de forma alucinante. Era, antes de tudo, o tempo da velocidade que trazia consigo suas benesses e seus males. Assim, ainda segundo Rezende (1997, p.21),

As cidades foram os grandes cenários da modernidade e, hoje, o lugar emblemático de suas ruínas e das suas tentativas de reconstrução. Os tempos modernos se expandiram com as cidades, nelas arquitetaram seus grandes

⁵⁹ “O parque do Derby, hoje praça do Derby, implantado em 1925, como iniciativa do governador Sérgio Loreto na gestão de Antonio Góis, lançou as bases do paisagismo moderno no Recife, antecedendo a atuação do paisagismo de Burle Marx (1935-1937). Um projeto de paisagem urbana que contemplava preocupações estéticas e ecológicas, no sentido de embelezamento e higienização” (SÁ CARNEIRO e SILVA, 2007. p.01).

projetos, acreditando que podiam ser livres como nunca, conviveram com as invenções modernas e seus deslumbramentos.

O atual contexto é outro, mas a ordem do discurso é similar. Nessa perspectiva, Araújo (2007, p.476), acrescenta que

O serviço de construção da avenida estava sendo executado pela administração do Porto, custeado, porém, com verba do Departamento Geral de Viação e Obras Públicas do Estado. Se os melhoramentos – ou a modernização de praias, como se costumava designar –, eram acompanhados com vivo entusiasmo por alguns, vistos com indiferença ou incredulidade por outros, provocavam críticas e reações furiosas dos adversários políticos do governador.

A partir de 1940, o Ministério da Aeronáutica, com o intuito de construir residências para seus comandantes e militares, começa a desapropriar significativas áreas de terrenos localizados em Boa Viagem e Piedade. Segundo Silva (2009), com a criação da Base Aérea do Recife em 1941 e o ingresso dos Estados Unidos da América na Segunda Grande Guerra Mundial, o trecho final da praia de Boa Viagem passou a servir de base brasileiro-americana com o objetivo de proteger a costa recifense de possíveis ataques de navios alemães. O Recife passava a servir de base para as divisões das forças estadunidenses, sendo o final dos terrenos da praia de Boa Viagem ocupados para viabilizar a construção da vila militar. Posteriormente, essa área ganha novas construções, o hospital da aeronáutica e instalações militares. Boa Viagem ia perdendo, assim, suas características de lugar de veraneio para tornar-se cada vez mais espaço de residências fixas.

A especulação imobiliária é recorrente na constituição das cidades contemporâneas. Arelado a isso, ocorreu uma intensa valorização fundiária dessas áreas, essas vilas que até então se tornaram parte da paisagem da avenida Boa viagem até meados da década de 1970, quando foram sendo substituídas por grandes empreendimentos imobiliários. Com a desativação da antiga ponte do Pina somada à construção da ponte Governador Agamenon Magalhães (1953) e tendo como pretexto a ocorrência de grandes cheias na cidade em bairros tradicionais – como Casa Amarela, Casa Forte, Espinheiro, Derby e Madalena –, esses bairros foram perdendo espaço como pretensos locais escolhidos para residência das elites pernambucanas para bairros como Boa Viagem e Pina. Assim, o bairro de Boa Viagem tornou-se protagonista quando o assunto era investimentos em infraestrutura, provenientes do Estado (MERCHAN HERERA, 1992). As ilustrações 06 e 07 exemplificam essa época.

Dentre as décadas de 1970 e 1980, Boa Viagem consolida-se como um centro de comércio e serviços, resultado dessa série de investimentos em infraestrutura por parte do poder público.



Ilustração 06: Ponte Agamenon Magalhães, década de 1950
 Fonte: <http://www.fotolog.com/tc2/archive/> - Acesso em 08/09/2017

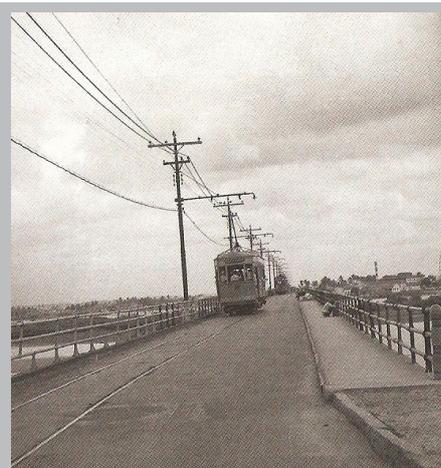


Ilustração 07: Ponte do Pina (década de 1950)
 Fonte: Museu da Cidade do Recife

A construção de edificações de uso misto (com comércio no térreo e residências nos outros andares) contribuiu tanto para o aumento da oferta imobiliária como também para a fixação das empresas e novos empreendimentos no bairro. A própria inauguração do Shopping Center Recife, em 07 de outubro de 1980, trouxe para cidade um modo até então inovador de se fazer comércio, um centro de compras, fruto de investimentos privados, um empreendimento que valorizou uma área onde até então existiam moradias de baixa renda. Boa Viagem efetivava-se, dessa forma, como a área da cidade que mais obteve, nas últimas décadas, investimentos públicos e imobiliários oriundos do setor privado. Assim, o bairro constituía-se como uma nova opção para classe média alta, com alto poder aquisitivo e ávida por serviços de qualidade. Por sua vez,

A Avenida Boa Viagem na década de 1970 sofreu importantes transformações devido à aceleração das construções que modificaram as paisagens que vinham lentamente se verticalizando desde a década de 1950. Com efeito, a lei nº 7427/61 do Código de Urbanização de Obras, com vigência em 1961, determinou, entre outros aspectos, que as construções a serem levantadas na Avenida Boa Viagem, especificamente, mantenham um recuo entre os prédios para manter uma maior ventilação e arborização (MERCHAN HERERA, 1992. p.70).

Como vimos, esse bairro, no decorrer de sua história, passou por inúmeras transformações, sendo hoje uma área de intensa ocupação espacial da cidade. Conforme dados da prefeitura da cidade, Boa Viagem corresponde ao bairro mais populoso da região metropolitana (100.388 hab.). É um bairro efêmero, que vivencia o ideal da busca incessante pela modernidade e a angústia de tentar preservar as tradições ou pelo menos do sonho de ser moderno, cultivado pelos gestores responsáveis pela administração pública.

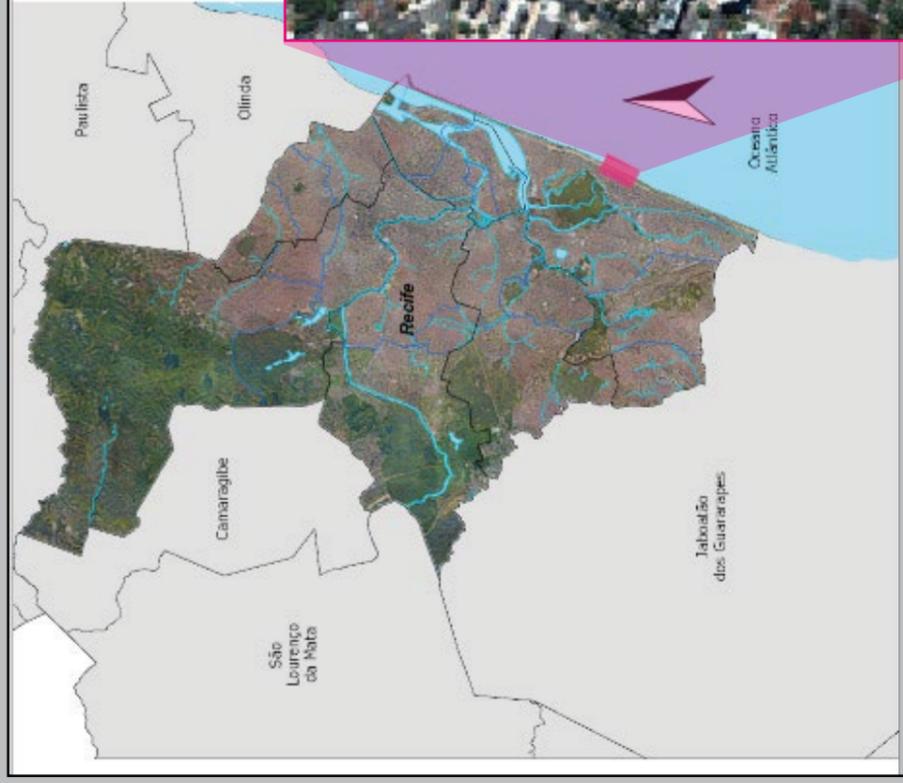
Conforme Silva (2009), na segunda metade do século XX, ocorreu a desativação da vila militar, o alargamento da Avenida Boa Viagem e a conseqüente derrubada de algumas residências no entorno dos terrenos pleiteados pela Prefeitura da Cidade do Recife. Só restou no local um terreno que permaneceu vazio por décadas, sob a responsabilidade da aeronáutica, uma área murada de 27.166,68m², sem construções, preenchido por área verde tão rara e desejada no local, destoante da intensa urbanização do bairro. A área, posteriormente, transformou-se em um dos principais alvos da especulação imobiliária, que viria a se tornar o Parque Dona Lindu. Por meio das ortofotos abaixo (ilustração 08), identificam-se os avanços construtivos intensificados no decorrer do tempo.

Em meados da década de 1950, o entorno dos terrenos ainda era predominantemente ocupado por casas de veraneio. Na década de 1960, já identificamos a existência de alguns edifícios e um maior preenchimento dos lotes vizinhos, enquanto, na década de 1990, a predominância é de edifícios acima de 10 andares, o que se tornou característica da área dos terrenos até os dias atuais.

Tendo-se isso em vista, é imprescindível analisar os conflitos desencadeados pelas contínuas mudanças ocorridas no bairro, modernidades. Nesse contexto, destaca-se a influência do papel dos gestores e dos diversos atores para efetivação do projeto de expansão urbana da cidade em direção ao litoral sul (mar) como um introdutor inicial desse processo de modernização do bairro. O discurso utilizado pelo governador de Pernambuco, Sérgio Loreto, na década de 1920, ressaltava a Avenida Beira-mar, hoje Avenida Boa Viagem, como um lugar moderno na capital (bulevar tropical). Posteriormente, com a construção das pontes (Pina e Agamenon Magalhães), ocorreu o acesso mais fácil ao bairro, garantindo maior mobilidade para os moradores. Segundo a Prefeitura da Cidade do Recife (2002), os estudos para o Plano Diretor, em 1991, que identificavam o centro expandido, assinalavam que Boa Viagem já era uma das maiores áreas construídas da cidade do Recife e concentrava cerca de 929.832m².

Essas intervenções urbanas, porém, adotadas pelos gestores efetivam a continuidade do exercício do poder. Trata-se da permanência na forma do exercício de poder, pois compactua com as ideias posteriormente defendidas no discurso do prefeito da cidade do Recife, João Paulo, ao apresentar o Parque Dona Lindu como o novo cartão postal do Brasil, indicando que o parque garantiria mais crescimento econômico ao bairro⁶⁰ Todos esses projetos buscam um

⁶⁰ “A verticalização constituiu para muitos uma das principais representações de progresso, sendo propagada a necessidade de incentivar a instauração de um padrão construtivo verticalizado, em oposição ao então vigente, segundo o qual as casas pareciam confundir-se com o solo, amesquinhando e conferindo um ar tristemente suburbano à cidade. Entretanto, se a verticalização e as grandes densidades



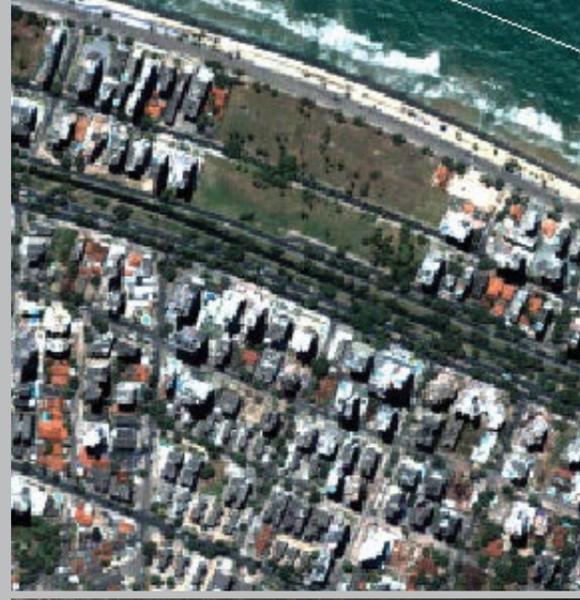
EVOLUÇÃO DO ADENSAMENTO CONSTRUTIVO



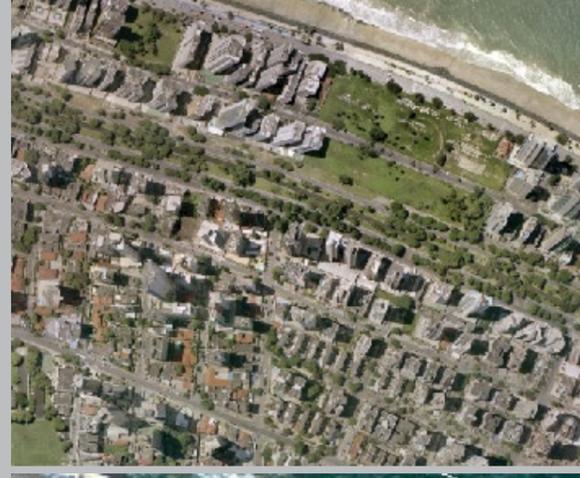
1960



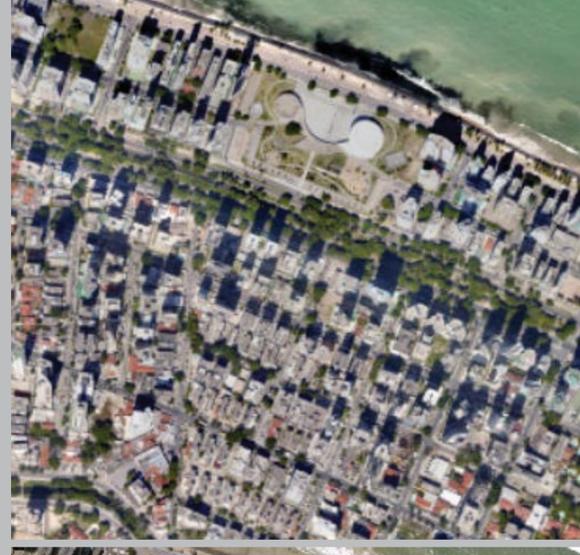
1990



2002



2007



2013-2014

Ilustração 08: Caracterização dos terrenos cedidos para implantação do parque.

Fonte: ESIG/CODEP

ideal de progresso. Conforme pontua Rezende (1997, p.189),

A busca pela modernidade era representada como uma conquista, como resultado da capacidade de se aliar ao progresso técnico de um lado, ou de desafiar formas e conteúdos que se repetem na sociedade. Mais do que um projeto, claramente definido, de modernidade, havia representações fragmentadas, fetichização de objetos, o encanto pelo novo. O moderno ganhava espaço pelo seu poder de sedução, pelas fantasias que alimentava, pela comodidade, pelos aspectos mais confortáveis da sua materialidade, isso estava registrado na imprensa, nas promessas dos anúncios, na fascinação pelo cinema.

Ambas as intervenções (o Parque Dona Lindu e a avenida Beira-Mar) representam a continuação de um processo histórico de configuração urbanística do bairro de Boa Viagem e trazem consigo a simbologia de início de uma nova era para a localidade. São a materialização de obras urbanas feitas na cidade que contribuem para mudança não só dos aspectos estéticos como também do cotidiano da cidade, criando novas mentalidades⁶¹. O bairro foi e continua sendo alvo de grandes investimentos, sejam eles públicos ou privados, o que valida o discurso adotado pela prefeitura para efetivar sua construção, conforme depoimento abaixo transcrito.

O Parque Dona Lindu é a primeira obra pública no Recife do arquiteto Oscar Niemeyer, cuja genialidade é reconhecida mundialmente. O projeto foi criado para atender à crescente demanda por espaços de convivência, cultura, esporte e lazer na cidade. A obra consolida ainda o conjunto de ações estruturadoras do projeto orla, garantindo um espaço democrático e permanente em uma área privilegiada de nossa cidade. (Prefeitura do Recife, 2007).

O parque torna-se protagonista dos processos que incentivam novas práticas e planejamento urbano, indutor de uma urbanidade norteada pela produção de espaços voltados para o consumo. A concepção desses parques ultrapassa critérios funcionais, paisagísticos ou estéticos, pois procuram potencializar o retorno comercial decorrente do aumento das atividades turísticas, frutos da implantação desse espaço público.

Julgamos, ainda, importante trazer para este estudo alguns dos principais atores que participaram das discussões em torno da implementação do parque. É o que faremos na próxima seção.

construtivas eram propagadas por uns e condenadas por outros, restringia-se tal tensão aos lugares onde o modelo buscado era de impessoalidade, elegância e monumentalidade. Nos lugares suburbanos, o modelo mudava para o da cidade-jardim” (PONTUAL, 1999. p.96).

⁶¹ “Quando falamos em (des)encantos modernos, queremos fugir da perspectiva que a construção do espaço nas cidades, na sociedade burguesa, seja vista apenas como produção / reprodução de controle e opressões sociais, onde os dominados passiva e silenciosamente se submetem aos desmandos” (REZENDE, 1997 p.14).

4.3. Pontuando atores: conjunturas e desdobramentos

A implantação do Parque Dona Lindu, na zona sul do Recife, foi envolta por polêmicas. O projeto de um parque público à beira-mar da orla de Boa Viagem, um dos cartões postais mais conhecidos da cidade, numa área intensamente urbanizada, constituía-se no aproveitamento de dois terrenos que resistiram, quase intactos, ao intenso processo de urbanização ocorrido ao seu redor. A área bastante almejada que passaria a possibilitar a construção de um parque público, em meio a um verdadeiro paredão de construções verticais, viria a preencher uma clareira de 27.166.68m², com uma área verde livre de construções. Uma verdadeira joia rara em plena Avenida Boa Viagem.

Nesse terreno, avaliado em R\$ 82 milhões, seriam construídos três novos prédios de quarenta e sete andares, e outros espigões já estavam também sendo projetados para ocupar o local. Essa situação se institui no âmbito da atual problemática urbanística que se constata no Recife. Portanto, entendemos como oportuno estudar o processo de construção da ideia de implementação do Parque Dona Lindu, um espaço público de uso coletivo, pois o estudo dos parques públicos não constitui prioridade na história do urbanismo e do paisagismo em nosso país⁶².

Conforme preceitos do CECI explanados por Sá Carneiro & Silva (2009), é necessário analisar o espaço público ou, no caso, o parque público urbano, como um espaço estruturador da malha urbana.

Entende-se, assim, [que] o espaço público, ou seja, o parque, é um elemento estruturador de um projeto de expansão da malha urbana e vê-se que o conceito de parque carrega não só a ideia de espaço vegetado e saudável, mas também de algo construído, de um complexo arquitetônico que de solidez, [que] o legitime e garanta a sua permanência. (SÁ CARNEIRO & SILVA, 2009. p.05).

Dessa forma, estudar a implementação do Parque Dona Lindu é, antes de tudo, investigar as práticas urbanas realizadas no espaço público da cidade do Recife a fim de compreender as práticas cotidianas resultantes no processo de produção desse espaço. Isso porque esta pesquisa busca contribuir para o debate de como se dá a concepção dos espaços públicos de nossa cidade a partir da leitura dos discursos de vários atores envolvidos.

Face ao que foi exposto e abstraindo da constituição de recortes temporais fixos, inicialmente optamos por apresentar como primeiro passo da construção da narrativa do processo de implementação do Parque Dona Lindu o requerimento nº 487, emitido na Câmara Municipal

⁶² Prefeitura da Cidade do Recife, 2007.

do Recife pelo vereador Luiz Helvécio (PT), datado de 23 de abril de 2003. Tal requerimento pleiteava o contrato de comodato, entre a prefeitura e a União, para transformação e utilização dos terrenos localizados entre a Av. Boa Viagem e a rua Setúbal a fim de serem transformados em parque público. Os terrenos pertenciam à União e estavam na posse da Aeronáutica. E, como finalizador do processo de implementação, indicamos a inauguração do parque. Esses são os marcos adotados para delimitar o recorte temporal.

O processo de efetivação do Parque Dona Lindu é um imenso testemunho da força e conquista dos que almejavam participar no processo de implementação de um parque público em Boa Viagem: uma parcela dos moradores do bairro, representados pela AMPARQUE (Associação Amigos do Parque) e APBS (Associação de Moradores do Pina, Boa Viagem e Setúbal), arquitetos, professores e alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPE, engenheiros florestais da UFRPE, entre outros. Discutia-se tanto a cessão e transformação dos terrenos pleiteados no bairro de Boa Viagem em parque público urbano como também se questionava a posterior decisão do prefeito do Recife, à época João Paulo, em determinar que o escritório do arquiteto Oscar Niemeyer ficaria responsável pela elaboração do projeto e implantação do parque nos terrenos que, juntos, somam em torno de 27.166,68m².

Segundo a edição do Jornal do Commercio, veiculada em 08 de abril de 2007, os alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) apresentaram propostas para o novo parque, sob orientação da professora Circe Monteiro na disciplina Desenho Urbano. Realizaram entrevistas com moradores e estudos sobre a área, finalizando esse trabalho com a entrega de quatro projetos ao prefeito da cidade⁶³.

A desaprovação com relação ao projeto de Niemeyer não foi, porém, unanimidade. Segundo o vice-presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco (CAU-PE), Marcos Germano, “Queriam ali uma grande árvore que dá uma grande sombra, mas o que Niemeyer viu foi um espaço de conagração do povo, que não deixa de contemplar uma área verde. O tempo dará a devida dosagem de reconhecimento. É um orgulho para qualquer cidade ter uma obra de Niemeyer”. Conforme a edição do Jornal do Commercio, veiculada em 07 de setembro de 2006, o Parque Dona Lindu seria o primeiro parque da zona sul da cidade⁶⁴, porém,

⁶³ Parque Dona Lindu: todos contra projeto de Niemeyer, Jornal do Commercio, Recife, Caderno Cidades, 08.04.2007, p.05. O título da matéria generaliza a questão, pois não são “todos” que estão contra o projeto apresentado pelo escritório de Oscar Niemeyer. Situações como essa permeiam os discursos, inseridos em chamadas de jornais ou discursos políticos inflamados, a favor ou contra o projeto.

⁶⁴ União libera terrenos para construir parque. Jornal do Commercio, Recife, Caderno Cidades, 07.09.2006, p.06.

de acordo com a coordenadora do Laboratório da Paisagem do Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Ana Rita Sá Carneiro, Boa Viagem já conta com um parque linear, a orla marítima da praia, que pode ser caracterizada da seguinte forma:

Faixa Litorânea: é o espaço livre com raio de influência metropolitana que se desenvolve na área litorânea, com vegetação predominante de coqueiro, podendo conter tanto equipamento de esporte – quadras, campos de futebol, equipamento de ginástica, pista de skate, playgrounds, pista de cooper, pista de patins – quanto de lazer contemplativo – bancos, quiosques, pergolados, etc. (SÁ CARNEIRO, 2000, p. 28).

Boa Viagem é um bairro litorâneo, consta como um dos mais representativos cartões-postais da cidade do Recife. Seu principal referencial é a Avenida Boa Viagem, que se estende por 6,5Km ao longo da orla do Estado. Caracteriza-se como um lugar de intensa especulação imobiliária, alto índice de processo de urbanização e verticalização. No entanto, no ano de 2004, um grupo de moradores do bairro resolveu lutar pela cessão das duas áreas para construção de um parque público no local. Desejavam um parque vegetado, pois, segundo eles, o bairro necessitava de praças sombreadas, áreas livres de construções e jardins para melhorar a qualidade de vida da população. Nesse mesmo ano o então prefeito, João Paulo, tem a primeira reunião com representantes da Aeronáutica para discutir o repasse dos terrenos a fim de viabilizar a criação do parque. Nesse sentido Harvey (2014, p.15) argumenta que

[...] é nas relações cotidianas que são expressas as negociações a respeito de laços de pertencimento da cidade. A ideia do direito à cidade não surge fundamentalmente de caprichos e modismos intelectuais (embora eles existam em grande número, como sabemos). Surge basicamente das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero.

É importante compreendermos que se trata de dois terrenos relevantes: ficavam na orla e entre prédios de alto gabarito. É uma posição geográfica estratégica, servindo de abertura tanto visual quando para circulação de vento. Trata-se de uma área livre em meio a tanto concreto, ambiente que resistiu ao boom imobiliário, intensificado na década de 1970 com a migração das famílias do centro da cidade para zona sul. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 determina, no Art. 225, que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Também o Documento Oficial da Declaração Universal dos Direitos do Homem, o Art. 21, estabelece que “A vontade do povo é o fundamento da autoridade dos poderes públicos”.

Inicialmente conseguiram o apoio do então vereador Luiz Helvécio (PT), que tinha apresentado, em 23 de abril de 2003, um requerimento em plenário da Câmara Municipal do Recife em que solicitava a cessão dos terrenos à prefeitura com o objetivo de criar mais uma área de lazer em Boa Viagem. O grupo conseguiu 17 mil assinaturas a favor da construção do parque. A cópia do documento com as assinaturas foi entregue ao então presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, reivindicando a cessão e transferência dos terrenos, de posse da Aeronáutica, para o município com o intuito de transformá-lo em um parque público. O Recife até então estava sob uma gestão petista (desde os anos 2.000, o prefeito da cidade era João Paulo, do PT). Com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva para Presidência, em 2003, o governo municipal ganhou um suporte no Governo Federal.

Segundo a edição do Jornal do Commercio, veiculada em 13 de março de 2007, o presidente da AMPARQUE (Associação Amigos do Parque), Petrônio Martins, promoveu um encontro com moradores do bairro para discutir a proposta do primeiro parque público de Boa Viagem⁶⁵. Ressalta-se que essa ideia de primeiro parque público do bairro foi abordagem adotada por alguns veículos da mídia no Estado, entretanto a própria Avenida Boa Viagem pode ser entendida como um Parque Linear. Martins afirma que, em fevereiro 2007, havia encaminhado a prefeitura um ofício com as contribuições do grupo: “A ideia parque de lazer e cultura é interessante, mas não queremos ver ausentes ambientes de estar, exercícios e caminhadas”. As ambições da prefeitura, entretanto, eram outras. Identificavam a necessidade de um Centro Cultural, uma área inserida na metrópole para proporcionar cultura e lazer. Então, a demanda para o escritório de Niemeyer partiu da ideia de um Centro Cultural, “Parque Cultural”, e não um espaço para vivenciar o verde aos moldes do Parque da Jaqueira.

O público precisa se identificar com o lugar. Um projeto de parque verde ou de centro cultural tem que considerar essa necessidade. Boa Viagem é um dos bairros mais populosos do município, segundo dados do censo demográfico de 2010 (IBGE), e nele vive uma população de cerca de 123.000 habitantes. Isso justificaria a necessidade de mais espaços públicos que reverberem atributos constitutivos de espaços de boa qualidade para vida pública.

O espaço público deveria cumprir pelo menos com três papéis básicos da vida das pessoas: o de ser aquilo que elas tenham por necessidade; aquilo que tem por direito; e aquilo que para elas tenha significado. Os espaços públicos, na condição de espaços democráticos, seriam a representação concreta de um direito, o direito à liberdade de usar o lugar. (SÁ CARNEIRO, 2010. p.56).

Nesse contexto, é importante salientar o pensamento de Serpa (2007), para quem um

⁶⁵ Novo Parque vai ter até teatro. Jornal do Commercio, Recife, Caderno Cidades, 13.03.2007, p.06.

parque vai além de suas concepções: é em linhas gerais uma concretização de uma vontade política.

Antes mesmo de tornar-se esse espaço de lazer caro aos urbanistas ávidos de natureza, o parque é uma ideia, um conceito, uma utopia, um desejo [...] Concebido como equipamento urbano e recreativo, o parque público está ligado, sobretudo, a uma vontade política. A história de um parque começa sempre com uma vontade política [...] para realizar seu “sonho” de parque público, o poder (real, imperial ou presencial) sempre soube buscar o auxílio de profissionais de prestígio. (SERPA, 2007. p.70).

As áreas disputadas pertenciam ao Governo Federal e estavam cedidas à Aeronáutica, sendo administradas pelo Comando Aéreo Regional (COMAR). No mesmo período, um conjunto composto de 06 pessoas representadas pelo empresário Paulo Andrade de Sampaio, que discutia a possibilidade da construção de várias torres imobiliárias no local, reivindicava a propriedade dos lotes. No entanto, embora a Agência Regional do Patrimônio da União tenha informado que as áreas haviam sido consideradas indisponíveis, os pleiteantes argumentavam possuir 20% dos terrenos em 1998. Apesar dos questionamentos a respeito da posse dos terrenos, o que viabilizou várias disputas na justiça, o projeto a ser efetivado foi o do parque público⁶⁶.

Após algumas intervenções realizadas pelo prefeito junto ao presidente da república, este resolveu ceder os dois terrenos ao município do Recife, conforme Diário Oficial da União, dia 05 de setembro de 2006. De acordo com a Portaria no 254 do Ministério do Planejamento, a cessão dos imóveis seria realizada gratuitamente pelo prazo de 20 anos, renováveis por igual período. Finalmente, estavam, assim, resolvidas as questões relativas à posse do terreno⁶⁷.

Em 12 de março de 2007, no aniversário dos 470 anos da cidade do Recife, a prefeitura divulgou a proposta para a construção do parque público, cuja obra ficaria a cargo do escritório do arquiteto Oscar Niemeyer. A demanda ao arquiteto foi de um centro metropolitano de cultura e lazer, algo como um parque cultural. Segundo Oscar Niemeyer (2009), o teatro é o elemento principal do projeto e, como tem um gabarito menor do que as edificações do entorno, garante uma pausa no paredão lá existente. Consta de área ajardinada, teatro, prédio de apoio com escritórios, lojas e salão de exposições.

O projeto deste teatro estabelece uma pausa neste correr de prédios que variam entre quatro e dez pavimentos a desmerecer a maioria das praias brasileiras. É claro que tudo começou em função do poder imobiliário e sua ânsia invencível

⁶⁶ Centro Cultural em Boa Viagem é aprovado. Jornal do Commercio, Recife, 03 de março de 2007. Caderno Cidades, p. 06.

⁶⁷ União libera terrenos para construir parque. Jornal do Commercio, Recife, 07 de setembro de 2007. Caderno Cidades, p. 06.

de lucro sem o menor respeito pelas mais primárias regras de correção e bom gosto. Isso sem falar do aspecto urbanístico que essas avenidas litorâneas apresentam. Quando destinadas a tráfego mais intenso, cortam a ligação mais íntima da cidade com as praias. Numa grande área ajardinada serão situados o teatro, o prédio de apoio com escritórios, lojas etc., o salão de exposições e um mirante, que, a 20 m de altura, dará aos visitantes uma visão panorâmica extraordinária⁶⁸.

Entretanto, as configurações adotadas para o projeto não caracterizam um parque, conforme afirmou a coordenadora do Laboratório da Paisagem do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco (CAU – UFPE), Ana Rita Sá Carneiro. Seria, sim, a construção de um centro cultural para o local. Começava nesse momento um dos maiores impasses da atual problemática urbana da cidade⁶⁹. O lugar, até então, era palco de disputas, as quais representaram o exercício da cidadania, do direito à cidade, da materialização do intervir e participar diretamente no processo de construção da cidade. Essa construção, que deveria corresponder às expectativas e aos anseios da população que foi às ruas, objetivando criar um espaço que proporcionasse convivência e contemplação homem/natureza, um jardim urbano, passará a representar as frustrações daquele momento.

Segundo Petrônio Martins (2007), presidente da Associação Amigos do Parque, os moradores sugeriram uma concha acústica para um público estimado em mil pessoas, biblioteca, sala para leitura e vídeo, entretanto o projeto tão almejado teria sido trocado, conforme seu depoimento ao *Jornal do Commercio*, por um equipamento público destinado à realização de shows⁷⁰. Isso representaria uma distorção, pois, de acordo com as informações oficiais da Prefeitura do Recife, o parque tem 60% de área verde, mas, segundo Martins, esse projeto não era condizente com os anseios dos moradores do bairro, porque

Há uma predominância da obra do arquiteto sobre a área verde, o teatro e o salão de exposições se destacam no projeto, só a parte de trás do terreno, próximo à rua Setúbal, contempla nossa concepção de parque, com sua área verde, equipamento de ginástica e brinquedos infantis. Na verdade, o parque verde é o quintal do teatro. É preciso harmonizar a obra do arquiteto com os anseios da população, queremos aumentar a área verde. (Depoimento de

⁶⁸ NIEMEYER, Oscar. Oscar Niemeyer: 1999-2009. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p.90.

⁶⁹ “Niemeyer é um arquiteto de edificações, e não um paisagista. Não considero o Dona Lindu um parque, pois não atende a um projeto de parque, com solo natural, com mais árvores, como as pessoas queriam. É, na verdade, um centro cultural. Há um choque de conceitos” SÁ CARNEIRO, Edição do *Jornal do Commercio*, Recife, 06 de dezembro de 2012. Caderno Cidades, p. 06.

⁷⁰ Comunidade quer mudar traçado da orla. *Jornal do Commercio*, Recife, 15 de março de 2007. Caderno Cidades, p.04. Na verdade, o título da matéria generaliza a questão, pois provavelmente não são todos os membros da comunidade que desejam alterar o projeto da forma como foi apresentado pelo escritório de Oscar Niemeyer. É preciso analisar a representatividade de cada grupo.

Petrônio Martins, concedido ao JC em 15.03.2007).

O processo de construção da concepção do parque até então articulado deveria levar em consideração o que as intervenções físicas acarretariam ao caráter social, ambiental, histórico e cultural. Essas talvez tenham sido ausências no processo. A conflitante relação de poder em que a decisão final, que supostamente não levaria em conta os anseios do povo soberano, foi propulsora de inúmeras ações que suspenderam as licitações para construção do parque como também processo na 4ª Vara da Fazenda Pública, consulta encaminhada à Promotoria de Defesa do Ambiente e do Patrimônio Histórico-Cultural, intervenções do Ministério Público de Pernambuco e tramitação no Tribunal de Justiça de Pernambuco. Portanto, estabelece-se como oportuno o entendimento das dimensões e valores atribuídos a esse conflito.

Segundo informações constantes no site da prefeitura, a área do parque seria composta de gramado, três mil espécimes vegetais, entre elas palmeiras, coqueiros, ipês roxos, paus-brasil, acácias cubanas, craibeiras, felícios, lagestromias, paus-de-formiga, mororós, jasmins, filodendronias, guiambês, orelhas de onça, clúsias, ciças, lírios, panamás vermelho e rosa, ixoras, açucenas e barras de serpente. Os 60% de área verde equivalem a 16.300,20 m², enquanto a área construída chegaria a 6.280.65 m²⁷¹. O custo do parque foi, inicialmente, estimado pela prefeitura em R\$ 18 milhões. De acordo com esses dados, o parque seria ocupado em sua maior parcela por espaços vegetados, bem diferentes das impressões dos opositores ao projeto divulgado pela prefeitura. Podemos observar a diversidade vegetativa, através do inventário das espécies encontrada no local antes da implantação do parque. (apêndice).

A concepção de um parque deve levar em conta os fatores físicos – tais como vegetação, clima e topografia –, os fatores socioeconômicos e a história do lugar. Além dessas diretrizes, é importante a habilidade técnica e artística do paisagista que deverá prezar por espaços que atendam ao interesse da população, pois devem também representar um equilíbrio mínimo entre o número de áreas de contemplação e o de áreas para as práticas esportivas. (SÁ CARNEIRO, 2010). Conforme edição do Jornal do Commercio, veiculada no dia 15 de outubro de 2007, o parque contava com um orçamento de R\$ 18 milhões, mas custou R\$ 28.714.470,16 milhões. Foram realizadas algumas alterações no projeto original.

Nessa polêmica, Niemeyer ressalta a importância da construção de um teatro moderno para cidade. De acordo com esse arquiteto,

⁷¹ De acordo com a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Recife, os terrenos do Parque Dona Lindu poderiam ser ocupados por edifícios que totalizariam 108.666,72 m² de área construída. A área verde exigida pela Lei é de 25%.

Não fiz uma coisa monumental, fiz uma coisa moderna, de bom gosto, bem distribuída, os edifícios criando uma harmonia entre eles [...] é isso assim. É uma arquitetura que não é figurando o monumental, mas é uma arquitetura pura, moderna, de formas simples, cumprindo o destino. É uma coisa simples, vai ter museu, auditório, vai distribuir um espaço grande. Agora tem que, quando a arquitetura está presente assim, com 2 ou 3 edifícios, não pode ter um jardim em volta dela. Eu deixei para dar ênfase, mostrar a grandeza da arquitetura, você tem que ver os prédios em conjunto, ver um contrastando com o outro, mostrando a ligação que se procurou no plano geral, de modo que é muito importante. Acho que o que tem de vegetação lá já era o bastante para ligar com a arquitetura sem cobrir os prédios⁷².

Segundo o então prefeito João Paulo, o projeto de Niemeyer iria incentivar diretamente o turismo e a cultura no Recife: “O gerenciamento do Parque terá a participação da comunidade, incluindo os eventos”. A área poderia, eventualmente, abrigar espetáculos artísticos dimensionados para até 5 mil pessoas. Teria, a fim de satisfazer o público em geral, uma programação diversificada definida por um Conselho Gestor. 1 De acordo com o site da Prefeitura do Recife, o Parque Dona Lindu abrigaria também um moderno teatro coberto, com capacidade para 540 espectadores e palco reversível, com paredes que poderiam abrir para a área externa. Em outra construção, o Parque teria dois salões de exposições, sendo um no térreo e outro no mezanino. Restaurante e lojas completariam o centro de lazer e cultura contido no Parque Dona Lindu. O pátio que envolveria as construções seria entrecortado com faixas de grama, aumentando a área verde e evitando a impermeabilização do solo. Haveria 327 vagas para estacionamento.

Niemeyer, em depoimento sobre a importância do Parque Dona Lindu, assim se posicionou:

Ali deve ser qualquer coisa de que dê a ideia que o ***Recife está rejuvenescendo com prédios novos***, com o problema da cultura se expandindo [...] era muito importante para Recife como cidade. Poder ir ao Recife para ver o museu novo, a cidade para cidade, para ela crescer, um Recife diferente, vai ter um museu fantástico, vai ter ligação com o exterior, faz projeções para fora, reúne o povo em volta. Isso é que é importante. A gente trabalha em função do ambiente. Que de um prédio você visse os outros, que do prédio você visse o mar. ***Agora é um parque, um conjunto assim cultural e que tem que ter um sentido arquitetônico, cultural e diferente.*** Que os prédios sejam vistos ao mesmo tempo, um contrastando com o outro. Ali é uma coisa cultural, é a cidade crescendo, mostrando que está modernizada, não só a coisa dos prédios antigos que contam a cidade, mas ela está no tempo atual também com os

⁷² Transcrição, na íntegra, de depoimento do arquiteto Oscar Niemeyer sobre a concepção do Parque Dona Lindu, veiculada no endereço virtual <http://www.youtube.com/watch?v=-7k1guJyPuc> em 2007.

grandes museus, os grandes shows⁷³ (grifos nossos).

Subjacente à escolha do escritório de Oscar Niemeyer para elaboração do projeto do Parque Dona Lindu, existe a utilização do objeto arquitetônico, de seu valor como imagem publicitária, como marketing urbano. É a arquitetura empregada como um objeto político. A partir disso, percebe-se que a arquitetura também é uma forma de discurso, produz sentido, desempenha um papel social, político, econômico e cultural.

No alvorecer do século XXI e do cenário do maior arquiteto brasileiro do século passado, e quiçá deste, o desejo de edificar uma obra com sua assinatura é um desejo de políticos interessados em consagrar uma marca pessoal para o futuro: de intelectuais apreciadores das manifestações tardias do nosso modernismo sedutor; de cidadãos comuns de todo o mundo, pois suas obras sempre serão objetos do interesse das hordas cada vez maiores de turistas [...] Afinal, para atender ao receituário dos empreendimentos renovadores de paisagens urbanas, faz-se necessária a presença de obra magnífica de autor magistral. Para todos esses interessados em adquirir uma peça de grife. (AMORIM, 2010. p.29).

É fato, contudo, que parte do bairro de Boa Viagem está incluída nas áreas de preservação ambiental e espaços públicos, e insere-se na Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife, ZEPH-21 (constitui o Sítio Histórico Igreja de Nossa Senhora de Boa Viagem, contém um único setor de preservação rigorosa), em ZEPA-2, nas quais o município do Recife institui suas Unidades de Conservação e também é abrangido pelo Plano Diretor do Recife. Conforme a lei 16.176/96 (Lei do Uso e Ocupação do Solo), o bairro de Boa Viagem também está inserido na ZUP-1, que o caracteriza como um bairro de alto potencial construtivo⁷⁴.

Neste capítulo, abordamos a História do bairro de Boa Viagem e também alguns atores que participaram do processo de implementação do parque no bairro. Dessa forma, procuramos mostrar uma perspectiva que possa explorar a formação de uma narrativa desse fato-social e sua relevância para compreensão do processo de produção do espaço público na cidade contemporânea. No próximo, trataremos da participação cidadã como busca do exercício do direito à cidade.

⁷³ Depoimento do arquiteto Oscar Niemeyer sobre a concepção do Parque Dona Lindu, registrado no endereço: <http://www.youtube.com/watch?v=-7k1guJyPuc>.2007.

⁷⁴ As ZEPH (Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural) são áreas formadas por sítios, ruínas, conjuntos ou edifícios isolados, de expressão artística, cultural, histórica, arqueológica ou paisagística, considerados representativos da memória arquitetônica, paisagística e urbanística da cidade; as ZEPA (Zonas Especiais de Proteção Ambiental) são áreas de interesse ambiental e paisagísticos necessários à preservação das condições de amenização do ambiente e aquelas destinadas a atividades esportivas ou recreativas de uso público, bem como as áreas que apresentam características excepcionais de matas, mangues e açudes. Já as ZUP (Zonas de Urbanização Preferencial) são áreas que possibilitam alto e médio potencial construtivo, compatível com suas condições geomorfológicas, de infraestrutura e paisagística (Plano Diretor do Recife, Lei Municipal nº 17.511/2008).

5. A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ COMO PRENÚNCIO DO DIREITO À CIDADE

Este capítulo trata da luta pelo direito à cidade, do parque observado como um objeto de consumo e do processo de produção do espaço social. Nas páginas que o compõem, não se vislumbra senão a compreensão dos elementos norteadores da possível rejeição do projeto desenvolvido pelo escritório do arquiteto Oscar Niemeyer para implementação de um parque público em Boa Viagem por parte de entidades que pretendiam representar a sociedade civil. De igual modo, é importante caracterizá-los como agentes produtores de significado, relevante para o entendimento da práxis social presente na produção dos espaços públicos das cidades contemporâneas.

5.1. Vamos que vamos, vamos à luta

Segundo a Carta Mundial pelo Direito à Cidade (2006),

O Direito à Cidade amplia o tradicional enfoque sobre a melhora da qualidade de vida das pessoas centrado na moradia e no bairro até abarcar a qualidade de vida à escala da cidade e de seu entorno rural, como um mecanismo de proteção da população que vive nas cidades ou regiões em acelerado processo de urbanização.

De acordo com essa mesma Carta, “a correlação entre esses direitos e a necessária contrapartida de deveres é exigível de acordo com as diferentes responsabilidades e situações socioeconômicas de seus habitantes, como forma de promover a justa distribuição dos benefícios e responsabilidades resultantes do processo de urbanização”.

Muito se discute na atualidade sobre a configuração das cidades e cada vez mais vem se tornando um desafio analisar a produção e reprodução do espaço público urbano. Estudar esse processo é importante para enriquecer as discussões a respeito das formas como esse processo acontece e que, de certa forma, retratam a diversidade cultural humana, constituindo, assim, um saber histórico.

A busca de resgatar, por meio da história, o processo de implementação do Parque Dona Lindu apresenta diferentes visões de mundo e de espaços vividos, mostrando, em nuances, focos e interesses, a complexidade dos agentes transformadores do espaço. Escrever história é gerar um passado, passado que emerge como uma ficção fruto das interpretações do presente. As vivências humanas expressam o contexto histórico de cada época. Indicam signos que

legitimam fatos os quais constroem no presente uma razão, referências que estimulam refletir sobre questões políticas, sociais e culturais, construindo, assim, um saber. Em linhas gerais, é oportuno entender esse fato-social como mais um aspecto da implantação de espaços que são suportes das práticas espaciais cotidianas as quais fazem parte da história da urbanização do Recife em suas novas formas de produção do espaço público. “Tudo o que foi um dia poderá vir a ser contado de outra forma, cabendo ao historiador elaborar uma versão plausível, verossímil, de como foi” (PESAVENTO, 2003, p. 51).

Assim, a adoção de um foco tão estreito se explica pela singularidade que foi o processo de implementação do parque, não apenas pelos seus aspectos históricos ou sociais, ou por ter sido responsável por uma série de conflitos. Entretanto é importante avaliar, de acordo com a visão atual sobre o fato, a posição do capital imobiliário e do capital comercial como influenciadores desse processo que continuamente reverbera nas relações de classe. Isso suscita algumas observações interessantes: as cidades, no seu desenvolvimento, revelam contradições impostas pelo sistema capitalista; o papel desempenhado pelas lutas e movimentos civis organizados, que pretendiam debater e discutir essa intervenção urbana, é relevante para o entendimento das funções sociais da cidade e da propriedade; abordar o tema dos movimentos de resistência existentes na cidade do Recife, que lutaram por um parque verde, é importante para entender como as transformações espaciais têm sido produto e condição das intervenções urbanas.

Nesse contexto, as preocupações com essa intervenção no bairro resultaram em várias queixas realizadas por uma parcela da população, representada principalmente pela AMPARQUE (Associação Amigos do Parque), uma ONG voltada para a defesa e preservação dos parques públicos, em especial o Parque Dona Lindu em Boa Viagem, na cidade do Recife. É uma entidade de caráter civil, sem fins lucrativos, fundada em 2005 com a “finalidade de representar os anseios da população de Boa Viagem junto às autoridades, visando à criação de um parque, de uma grande área verde nos últimos terrenos ainda existentes”.

Essa parcela da população se posicionava contra a concepção do Parque Dona Lindu nas configurações como foi apresentado pelo escritório de Oscar Niemeyer. No cerne dessa luta, estava exercendo o direito de participar do projeto do parque, o direito à cidade, pois não desejava um parque com o solo predominantemente impermeabilizado, o que contribui para o aumento da temperatura em um bairro, já tão intensamente ocupado por edificações, com poucas áreas de lazer, elevado custo e trânsito intenso etc. Essa questão ia além da aquisição de um parque para o bairro: era preciso discutir de que tipo de parque necessitava o bairro.

Conforme a AMPARQUE, ao invés de receberem um projeto de “Parque Verde” aos

moldes do Parque da Jaqueira (Recife-PE), receberiam um “Centro Cultural”. Assim, apresentase como eixo central, articulador e motivador da parcela dos moradores do bairro descontentes com o projeto, discutir que tipo de cidade desejavam, ou de que necessitavam. Dessa forma, não podem estar dissociados do tipo de vínculos sociais que estavam sendo construídos. Nesse sentido, a legislação da Carta Mundial pelo Direito à Cidade exerce a função de “um instrumento dirigido ao fortalecimento dos processos, reivindicações e lutas urbanas”.

O Direito à Cidade é definido como o usufruto equitativo das cidades dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia, equidade e justiça social. É um direito coletivo dos habitantes das cidades, em especial dos grupos vulneráveis e desfavorecidos, que lhes confere legitimidade de ação e organização, baseado em seus usos e costumes, com o objetivo de alcançar o pleno exercício do direito à livre autodeterminação e a um padrão de vida adequado⁷⁵.

Os movimentos pelo direito à cidade encontram-se em plena atividade em dezenas de cidades em todo o mundo. Não se trata de caprichos ou modismos intelectuais, mas de vozes que vêm das ruas, dos bairros, “como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero” (HARVEY, 2014). Um exemplo disso é a AMPARQUE e a APBS (associação comunitária)⁷⁶.

Apesar disso, inúmeros questionamentos afloraram a respeito da legitimidade da AMPARQUE e da APBS em representar os interesses dos moradores do bairro, porém o que fica evidente é que parte desses moradores se sentiram representados pela entidade e pela associação. As associações comunitárias, ou de bairros, têm como objetivo captar e organizar os moradores de determinada comunidade ou grupo social para representá-los de maneira mais eficaz, visando viabilizar a efetivação dos interesses em comum em prol do bem coletivo⁷⁷. Na ilustração 09, observamos um exemplo da mobilização da AMPARQUE com o intuito de conseguir a adesão da comunidade.

Segundo Monteiro (2016), a luta dos moradores do bairro pela aquisição dos terrenos

⁷⁵ Carta Mundial pelo Direito à Cidade. Documento produzido a partir do Fórum Social Mundial Policêntrico de 2006.

⁷⁶ É necessário ressaltar que o Estado, representado pelo prefeito da Cidade do Recife, João Paulo, também realizou algumas mobilizações, convocando a população a continuar as manifestações em defesa do parque a ser implantado em Boa Viagem. Dona Lindu: PCR faz mobilização em defesa do Parque. *Jornal do Commercio*, Recife, 03 de março de 2007. Caderno Cidades, p.06.

⁷⁷ A Constituição Federal de 1988 prevê a criação de associações, independentemente de autorização, no artigo 5º, inciso XVIII, em que determina: a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento. O Ministério Público exerce o controle das associações comunitárias e o Código Civil rege os seus fundamentos (art. 54). São formais, constando de registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (C.N.P.J).

e posterior transformação da área em um parque foi muito significativa por toda simbologia que representou: era a construção de um movimento anticapitalista, que abdicava de partidos, de sindicatos e majoritariamente desejava o exercício dos seus direitos sociais. Pretendiam participar do processo de definição do projeto arquitetônico do referido parque. A gestão municipal não conseguiu, contudo,



Ilustração 09: mobilização (faixa) para o 1º evento da AMPARQUE (05.06.05)
Fonte: arquivo pessoal de Alberto Carrano (vice-presidente da AMPARQUE)

compreender as peculiaridades do movimento e passou a descaracterizá-lo, não incentivando, dessa forma, conforme Monteiro, o diálogo com a sociedade e deixando passar a possibilidade de aumentar a participação cidadã, o que geraria maior legitimidade para as ações do Estado.

A classe média é muito difícil de se mobilizar, geralmente são estereotipados como isolacionistas e movidos pelos seus próprios interesses, entretanto, quando passaram a reivindicar um parque público, uma área de uso coletivo, de acesso a todos, inclusive a outras pessoas de outras localidades, logo os opositores do movimento começaram a tachar de movimento burguês político. O Estado perdeu a chance de aproveitar as benesses que poderiam frutificar disso tudo. (Depoimento de Circe Monteiro, profa. da UFPE, concedido em 26/05/16).

É importante mencionar que a Constituição brasileira garante o direito à cidade. A lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, baseada nos artigos 182 e 183 da Constituição, estabelece, em seu artigo 1º, diretrizes gerais da política urbana assim como determina as normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental⁷⁸. No artigo 2º, essa lei prescreve que a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana mediante as seguintes diretrizes gerais: II

⁷⁸ Art. 182. Capítulo II – Da política Urbana: a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. Em seu § 1º determina que o Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

– gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. Essa mesma lei, no capítulo IV, que trata da gestão democrática da cidade (Art. 43), prevê que, para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos: I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal; II – debates, audiências e consultas públicas; III – conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal; IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Face ao que foi exposto, percebemos a legalidade do exercício do direito à cidade. Conforme Souto Maior (2003, p.85),

Os movimentos sociais, que representam as parcelas consideráveis da sociedade que se encontram em posição inferiorizada e que lutam por melhores condições de vida – e contra todas as estruturas que privilegiam, de forma totalmente injustificada, alguns setores da sociedade – querem, primeiro, que a lei não seja usada como instrumento para impedi-los de lutar, de apontar desajustes econômicos, políticos e culturais de nossa sociedade e de conduzir, por manifestações públicas, suas reivindicações, e, segundo, pretendem demonstrar que, em verdade, agem amparados pela Constituição Federal.

De acordo com a lei no 10.257, capítulo IV – Da Gestão Democrática do Plano Diretor do Recife –, Artigo 45, a participação da população é um indicativo do pleno exercício da cidadania⁷⁹. As cidades contemporâneas cada vez mais se distanciam das premissas do estatuto da cidade em prol do planejamento estratégico. Há uma inversão de valores a qual coloca em polos opostos esses dois certames. As diretrizes desse estatuto exigem a gestão democrática por meio da maior participação da população e intensificação da criação de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formação, execução e o acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Cada vez mais os movimentos sociais ganham aderência e, assim, cresce sua importância política e sua relevância no cumprimento da função social da cidade. A inserção dessas novas

⁷⁹ “Art. 45. Os organismos gestores das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas incluirão obrigatória e significativa participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, de modo a garantir o controle direto de suas atividades e o pleno exercício da cidadania” (Lei 10.257/2001, cap. IV).

questões de diferentes tendências e abordagens torna possíveis as discussões sobre a cidadania e suas formas de exercício. Dessa forma, ao analisar-se o Parque Dona Lindu como um objeto de consumo, é essencial o entendimento da produção desses consumidores, de como se dá o seu uso ou consumo. Em decorrência da decisão do Estado em efetivar o projeto concebido pelo escritório do arquiteto Oscar Niemeyer, emerge a execução de estratégias de resistência por parte de alguns moradores do bairro, notoriamente exercida pela AMPARQUE e APBS.

Existe, nesse caso, um processo de imposição e resistência em que ocorrem as práticas efetivas e cotidianas as quais, para Certeau (1998), são táticas (exercidas pelos hipossuficientes) e estratégias (exercidas pelo poder do Estado). São relações mantidas à base de negociações em que o poder do Estado tenta submeter os indivíduos às suas regras. Assim, a invenção do cotidiano se dá graças às artes de fazer e, dessa forma, ocorrem os embates entre as táticas de resistência e a estratégias de dominação. Essas táticas de resistência aparecem como uma releitura do que é imposto aos indivíduos que, como defesa, alteram os objetos e códigos, estabelecendo uma desapropriação do espaço e do uso que lhe é dado. Isso reflete nas operações dos usuários que, supostamente entregues à passividade e à disciplina, encontram maneiras de resistência, jogando constantemente com os acontecimentos para transformá-los em ocasião, oportunidade de ganho (CERTEAU, 1998).

Em outra mediação, as estratégias são um tipo específico de saber, cálculos ou, de certo modo, manipulações das relações de forças organizadas por um poder, ações que, graças a um postulado, elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes). Isso requer um lugar para ser a base de onde se podem gerir as interações com uma exterioridade de alvos ou ameaças as quais privilegiam as relações espaciais. Nesse sentido, pode-se dizer que “a nacionalidade política, econômica e científica foi construída segundo esse modelo estratégico”. É o lugar onde as forças dominantes exercem o seu poder (CERTEAU, 1998). A partir das articulações da prefeitura que objetivaram efetivar a implantação do parque (já trabalhadas em capítulos anteriores), como também das táticas de resistência utilizadas pelos moradores do bairro que lutaram por um espaço verde em Boa Viagem, podem-se perceber as nuances das negociações existentes nas relações conflituosas entre táticas e estratégias.

Historicamente, os movimentos sociais dependem da existência de mecanismos de comunicação específicos: boatos, sermões, panfletos e manifestos passados de pessoa a pessoa, a partir do púlpito, da imprensa ou por qualquer meio de comunicação disponível. (CASTELLS, 2013. p. 23).

Nas ilustrações abaixo, vemos manifestantes a favor da criação do parque em Boa

Viagem se apropriando das ruas do entorno dos terrenos como forma de pressionar o poder público municipal a optar por um projeto de parque verde.

Nesse contexto, o direito à cidade é exercido coletivamente. Em sua obra *Cidades rebeldes: do direito à cidade a revolução urbana*, Harvey (2014) defende que reivindicar o



Ilustrações 10 e 11: Mobilização dos moradores de Boa Viagem
Fonte: arquivo pessoal de Alberto Carrano (vice-presidente da AMPARQUE), 2007.

direito à cidade é reclamar um tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização, sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas. Assim, usa como base o conceito anteriormente utilizado por Lefebvre (2013): o papel exercido pelo espaço urbano como canal de absorção capital excedente do sistema capitalista. Nos últimos anos, muito se tem discutido a importância que vêm tomando os movimentos sociais urbanos. Frutifica cada vez o desejo coletivo de transformar a cidade, tendo como pauta de suas reivindicações mais qualidade de vida em ambiente urbano, maior mobilidade, acesso à saúde, educação, entre outros⁸⁰. Conforme Harvey (2014, p.28),

O direito a cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização.

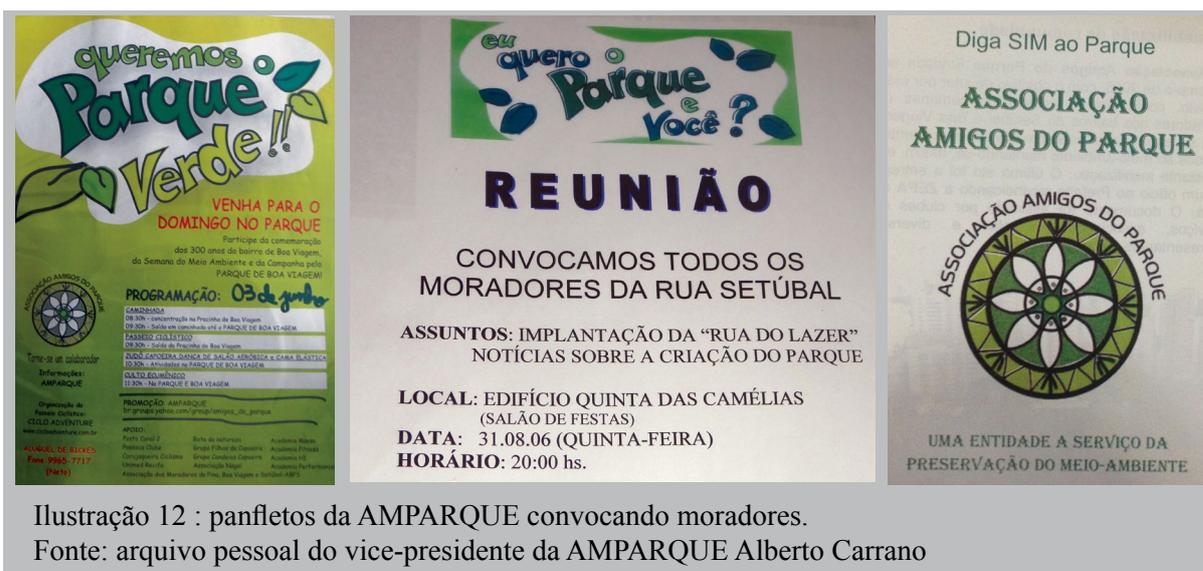
Segundo Manuel Castells (2013), os movimentos sociais de reivindicação se espalham por contágio num mundo ligado pela internet sem fio e caracterizado pela difusão rápida de imagens e ideias. Assim, tornam-se com muita facilidade movimentos sociais da sociedade em

⁸⁰ “O direito à cidade é interdependente a todos os direitos humanos internacionalmente reconhecidos, concebidos integralmente, e inclui, portanto, todos os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais que já estão regulamentados nos tratados internacionais de direitos humanos”. Carta Mundial pelo Direito à Cidade, documento produzido a partir do Fórum Social Mundial Policêntrico de 2006.

rede.

No caso em estudo, a implementação do Parque Dona Lindu, as reivindicações em rede também caracterizam o movimento liderado por membros da comunidade de Boa Viagem, representados pela AMPARQUE e APBS. No período em questão, a AMPARQUE mantinha endereço na rede social Orkut e em página na web para divulgar o andamento das mobilizações.

De acordo com o vice-presidente da AMPARQUE, Alberto Carrano, a maioria da atuação da associação era realizada por meio de mobilizações nas ruas do bairro com faixas e panfletos, buscando a participação da comunidade, daqueles que se sentiam incomodados com o projeto disponibilizado pelo escritório de Oscar Niemeyer e, verdadeiramente, acreditavam que o bairro precisa de áreas verdes. Além disso, foram utilizadas as redes sociais com o intuito de viabilizar maior aderência e visibilidade por parte da população. O objetivo era que o processo de definição do projeto arquitetônico do parque fosse o mais democrático possível, conforme os panfletos que constam na ilustração 12.



Numa sociedade norteada pelo sistema capitalista, que incentiva o crescimento a qualquer custo, ainda que prive o empoderamento e participação do cidadão na escolha da configuração da cidade em que quer morar, em que os produtores do espaço (Estado, empreendedores imobiliários, comunidade, mercado, grandes empresas, comerciantes, etc.) convivem com os conflitos sociais resultantes desse processo de transformação da cidade, repercutindo diretamente na forma de produzir o espaço urbano, as políticas de gestão pública podem se configurar de múltiplas formas⁸¹.

⁸¹ “Somente quando se entender que os que constroem e mantêm a vida urbana têm uma exigência fundamental sobre o que eles produziram, e que uma delas é o direito inalienável de criar uma cidade

O espaço funciona como um centro importante da ação e revolta política. Assim, as características atuais de cada localidade são importantes como também a reengenharia física e social, juntamente com a organização territorial desses lugares são entendidas como armas nas lutas políticas. Esse poder político procura frequentemente reorganizar tanto as infraestruturas como a vida urbana com o objetivo de manter as populações insatisfeitas sob controle. Nesse sentido, o direito à cidade não é um direito individual exclusivo, mas coletivo concentrado, um poder coletivo ungido para remodelar os processos de urbanização, incluindo todos aqueles que facilitam a reprodução da vida cotidiana. É importante ressaltar, contudo, que se trata de um direito complicado devido não só às condições contemporâneas da urbanização capitalista como também à natureza das populações que poderiam lutar por esse direito (HARVEY, 2014).

Reivindicar o direito à cidade equivale, de fato, a reivindicar um direito a algo que não mais existe (se é que, de fato, alguma vez existiu). Além do mais, o direito à cidade é um significativo vazio. Tudo depende de quem lhe vai conferir significado [...] reivindicar o direito à cidade no sentido que aqui proponho equivale a reivindicar algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização, sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas, e pressupõe fazê-lo de maneira radical e fundamental. (HARVEY, 2014. p. 20-21 e 30).

Ao longo da história, os movimentos sociais formulam novos valores e objetivos em torno dos quais as instituições da sociedade se transformaram com o intuito de representar esses valores através de novas formas de organizar a vida social. “Os movimentos sociais exercem o contrapoder, construindo-se, em primeiro lugar, mediante um processo de comunicação autônoma, livre do controle dos que detêm o poder institucional ” (CASTELLS, 2013).

No caso em estudo, podemos dizer que o espaço de resistência original foi constituído a partir da expressão da indignação de parte dos moradores do bairro com a possibilidade de dois terrenos denominados pela comunidade de Sítio dos Dendezeiros – pertencentes à União e localizados em Boa Viagem, que ainda permaneciam como áreas sem construções – serem transformados em edifícios residências. Posteriormente, essa resistência se construiu contra o projeto concebido pelo escritório de Oscar Niemeyer, contratado pela PCR, representada pelo então prefeito do Recife, João Paulo.

A mobilização de parte dos moradores do bairro (em sua maioria representados pela AMPARQUE e APSB), somada às articulações da classe política do município (tendo em João

mais em conformidade com os seus verdadeiros desejos, chegaremos a uma política do urbano que venha a fazer sentido” (HARVEY, 2014. p. 21).

Paulo o seu maestro), foi eficiente, resultando na cessão dos terrenos à Prefeitura. Entretanto, o que ocorreu no decorrer desse processo foi um desgaste de ambas as partes. Inicialmente, por conta da escolha do equipamento a ser implantado (um centro cultural, quando o desejado pelas duas entidades que apoiavam o prefeito era um parque verde) e, posteriormente, devido aos valores a serem investidos, ao nome a ser dado ao parque e assim por diante.

Aqueles momentos de mobilização, pouco a pouco se transformaram em um palco de guerra. De um lado, representantes do Estado acusavam aqueles que antes eram aliados de “elite intransigente”, de desejarem fazer do parque um quintal de seus prédios. De outro, membros da AMPARQUE diziam que o prefeito queria bajular o Poder Federal e, para isso, utilizava-se do parque. Podemos compreender quão significativa foi essa questão a partir da interpretação da charge do *Jornal do Commercio*, ilustração 13, que apresenta um embate entre João Paulo, então prefeito do Recife, e Petrônio Martins, presidente da AMPARQUE à época). Acabaria, assim, o pacto social e acionava-se o gatilho de uma luta de classes?

Segundo Jean-Jacques Rousseau (2006), o pacto social tem como premissa a igualdade entre os cidadãos, garantindo a todos as mesmas condições: as mesmas obrigações e os mesmos direitos. Assim, a vontade particular não poderá representar o geral e, quando isso ocorre, insulta-se o direito social. “As coisas mais perigosas que há são a influência dos interesses privados nos negócios públicos, e é menor mal o abuso das leis pelo governo do que a corrupção do legislador, resultado infalível de alvos particulares” (ROUSSEAU, 2006. p.67). Essas ideias políticas do autor perduram até os dias atuais, servindo de base para a construção de um Estado ideal que garanta o direito de todos os cidadãos, de sua participação na concepção do que seja melhor para vida coletiva. Ainda conforme esse pensador,

[...] se não é possível que uma vontade particular concorde em alguma coisa com a geral, impossível é ao menos que seja durável e constante essa harmonia. Porque a vontade particular tende por sua natureza às preferências, e a vontade geral à igualdade, e ainda é mais impossível que haja uma garantia dessa consonância, até devendo ela sempre existir, efeito não de arte, mas fortuito. (ROUSSEAU, 2006. p.36).

Rousseau (2006) analisa a ordem civil identificando regras para a administração legítima e segura, tenta construir concepções que possam caracterizar o que é interesse e o que é justiça. Compreende que as instituições humanas assim como o próprio homem representam produtos históricos do seu tempo. Dessa forma, podemos perceber os conflitos que ocorreram na implementação do parque como uma leitura das atuais condições de nossa sociedade. De um lado, os desejosos da prevalência das questões ambientais, tão em voga, entretanto áreas

vegetadas como uma praça, um parque verde, também valorizam economicamente as edificações do entorno. Do outro, os que defendiam interesses políticos, econômicos, e que respaldavam o capital imobiliário tão atuante na determinação da forma urbana adotada pela cidade



Ilustração 13: Campanha aumenta polêmica
Fonte: JC, 21.04.07

contemporânea, e que naquele momento representavam o poder do Estado.

O Estado, porém, ao proporcionar um projeto de Centro Cultural que possibilite as pessoas, não só da comunidade, a terem acesso a espetáculos e exposições é um modo de democratizar um espaço público. O nexos assim estabelecido por esses questionamentos contribuem para esclarecer o cenário onde

ocorreram tais questões. Essas são apenas conjecturas, não cristalizam uma verdade, mas constituem pontos de vista, leituras e interpretações que procuram deixar transparentes as relações de interesses existentes em cada uma das posições.

Na busca de resolver a polêmica em torno do projeto do Parque Dona Lindu, foram promovidos pela UFPE, representada pela professora Circe Monteiro, dois debates sobre o seguinte tema: a possibilidade de a implantação do projeto do escritório do arquiteto Oscar Niemeyer ser deslocado para outra área da cidade e o agendamento de uma audiência entre os professores da UFPE e os técnicos do IAB-PE (Instituto de Arquitetos do Brasil) para discutirem o tema. A ideia central era levar o projeto para outro terreno. Dentre as alternativas, estava o deslocamento do projeto para um dos seguintes bairros: Pina (na entrada de Brasília Teimosa), Cais José Estelita (entre o Forte das Cinco Pontas e a Bacia do Pina), Vila Naval (terrenos ao lado da vila, pertencentes à Marinha), ou para Rua da Aurora (próximo ao monumento “Tortura Nunca Mais”).

Segundo Circe Monteiro (2007), a Vila Naval seria o local mais adequado para a configuração de parque proposto pelo escritório de Niemeyer. O arquiteto projetou um parque de caráter metropolitano que encaixaria perfeitamente com o outro projeto já em execução no

entorno (Centro Cultural Tacaruna)⁸²

Uma obra de Oscar Niemeyer é importante para cidade, entretanto deveria estar em outro lugar. Pela própria definição de parque: lugar de encontro, mas que tenha uma qualidade de natureza ambiental, o projeto do autor não era condizente com o local para qual foi concebido. Sugeri várias propostas, pois acredito que uma obra de Niemeyer poderia ficar bem à beira do Rio Capibaribe. (Depoimento da prof.^a do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano – MDU, Circe Monteiro, cedido em 26/05/2016).

Depois de muito resistir-se ao projeto disposto pelo escritório de Oscar Niemeyer, recorrendo-se ao poder judiciário e ao poder legislativo, no dia 08 de maio de 2008 foi cassada a última liminar que barrava a continuação da construção do Parque Dona Lindu. Assim, quebrou-se a frágil resistência liderada pela AMPARQUE e pela APBS, que representavam parte dos moradores do bairro em nome da comunidade de Boa Viagem. Dessa forma, João Paulo, prefeito à época, pôde dar continuidade à efetivação de sua obra mais polêmica. Segundo ele, as alterações no projeto realizadas pelo escritório de Oscar Niemeyer atenderam às demandas dos moradores do entorno, porém elas só poderiam ser percebidas em longo prazo. Para ilustrar essa prospecção, a Prefeitura do Recife disponibilizou maquetes (perspectivas do parque conforme ilustração 14 a seguir) que exploravam como o parque ficaria. Nelas, é perceptível o aumento da área verde em relação ao projeto anterior.

Outro movimento que ganhou projeção nacional, embora tenha especificações que o diferenciam do movimento liderado pela AMPARQUE, inclusive nas táticas de resistência, foi o movimento “Ocupe Estelita”. Inspirado no movimento “Occupy Wall Street”, esse movimento, surgido em meados de 2011 no Recife como reação a um grandioso empreendimento imobiliário chamado Novo Recife⁸³, teve o apoio de milhares de recifenses. A pretensão dos resistentes era a transformação do terreno localizado no Cais José Estelita em um parque público, ao invés de o lugar ser ocupado por edificações de alto gabarito, não condizentes com a paisagem do local, deixando em segundo plano a história e memória da cidade. Esse fenômeno foi baseado também em outros movimentos sociais de protesto pautados em reivindicações peculiares em

⁸² Obra de Niemeyer é alvo de enquete. *Jornal do Commercio*, Recife, 26 de maio de 2007. Caderno Cidades, p.06.

⁸³ O Projeto Novo Recife é comprovadamente a imposição dos interesses das grandes construtoras que exploram o mercado imobiliário em nossa cidade. Atenta contra a paisagem e a memória do lugar, agredindo a paisagem histórica dos bairros de Santo Antônio e São José. Esse empreendimento não respeita a escala urbana, não considera o uso e a apropriação pública do espaço urbano e desrespeita a relação historicamente estabelecida entre o seu entorno e suas águas. É um verdadeiro paredão de edifícios a encobrir sítios históricos da cidade (VERAS, panfleto distribuído no movimento Ocupe Estelita, 2011).

cada região que já vinham acontecendo simultaneamente em outros lugares do mundo (África, Europa, EUA e América do Sul). Protestos que culminaram na derrubada de ditaduras em países do norte da África (Tunísia, Egito, Líbia, Iêmen) e em greves e revoltas nos demais países⁸⁴.

Os movimentos “Ocupe Estelita”, “Queremos um parque verde” assim como as mobilizações realizadas pela AMPARQUE tinham em comum a necessidade de repensar-se o modelo de cidade que estamos adotando para as gerações futuras. Buscavam inserir nas pautas governamentais o fato de que o espaço para participação e diálogo deve ser uma das premissas do papel do Estado. Ambos os movimentos sinalizam a necessidade de requalificar os nossos espaços públicos. Os protestos contra a construção do projeto do Parque Dona Lindu, conforme concebido pelo escritório de Niemeyer, foi um movimento de vanguarda na cidade pela mobilização de setores adversos da comunidade, pela participação e interesse da população e pela ampla discussão em veículos midiáticos.

Pela primeira vez, em nosso Estado, repercute, nas mídias oficiais e digitais, a atuação de um movimento que enfrenta os seus mais poderosos opositores (o poder do dinheiro e o poder do Estado) em prol de participar da concepção do espaço público urbano. Evidentemente, as dimensões da organização, comunicação e estratégias são diferentes, pois

são movimentos sociais de protesto, entretanto cada um deles tem sua especificidade, interesses e atuação. Tais discordâncias, contudo, apontam para um viés em comum: a luta em busca do



Ilustração 14: Maquetes em 3D, Parque Dona Lindu
Fonte: Arquivo URB – Recife (2008)

⁸⁴ O movimento “Occupy Wall Street”, nos Estados Unidos, surge em decorrência da crise financeira que atingiu o núcleo do capitalismo global desde 2008. É um movimento de reivindicação, cujo lema questionava desigualdades sociais e políticas: 99% cujo bem-estar fora sacrificado em benefício de 1% que controla 23% das riquezas do país. (CASTELLS, 2013. p.23).

direito de opinar sobre a configuração da cidade em que vivemos. É o conturbado exercício do direito à cidade que estava sendo posto em xeque. Dessa forma, constroem-se elementos e significações, a exemplo do Parque, um ícone a ser consumido.

5.2. O parque como objeto de consumo

A cidade cada vez mais tem sido tema de análises históricas inspiradas em conceitos e metodologias oriundas de diversas áreas do conhecimento. A compreensão da cidade apresenta diversas perspectivas, constroem-se várias verdades de acordo com os interesses daqueles detentores do poder e de seus opositores, em detrimento dos que querem ser ouvidos, percebidos. Quando se observa a partir do viés da gestão urbana das cidades contemporâneas, identificam-se dois eixos norteadores baseados na busca de obterem mais produtividade e serem mais competitivos.

O processo de implementação do Parque Dona Lindu apresenta duas linhas de pensamento, dois paradigmas centrais a serem observados. Ambos servirão para o desenvolvimento da discussão acerca da questão urbana que foi a implementação do parque. O primeiro é compreender como o poder do Estado viabilizou a implantação desse equipamento de consumo coletivo e o segundo busca o entendimento de quais foram os processos de negociação efetivados com alguns movimentos sociais urbanos. Cada vez mais as cidades contemporâneas priorizam o chamado planejamento estratégico⁸⁵, tão comum na gestão de empresas privadas. Utilizam-se do marketing urbano como um de seus mecanismos mais eficientes.

Para este estudo, recorreremos às observações de Vainer (2003), Borja (1996) e Castells (1996; 2013), para quem

Não basta disponibilizar os atributos e recursos infraestruturais e simbólicos que constituem, em última instância, os valores de uso que os grandes capitais transnacionais reconhecem na mercadoria cidade [...] transformar em coisa a ser vendida e comprada [...] a cidade não é apenas uma mercadoria mas também uma mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite de potenciais compradores. (BORJA, 1995 apud VAINER, 2003).

O modelo de cidade do século XXI, influenciado pela experiência de sucesso alcançada em Barcelona, conquista espaço e atrai discussões acerca da política urbana brasileira e da gestão urbana das grandes cidades densamente povoadas. Essas cidades buscam não só tornar-se

⁸⁵ Segundo Castells e Borja (1996), “o planejamento estratégico é um projeto de cidade que unifica diagnósticos, concretiza atuações públicas e privadas, e estabelece um marco coerente de mobilização e de cooperação dos atores sociais urbanos [...] tem como resultado não uma norma ou um programa de governo, e sim, um contrato político entre as instituições públicas e as da sociedade civil”.

atrativas nesse cenário de intensa competição interurbana como também criar espaços públicos que sejam efetivamente equipamentos de uso coletivo associados a um potencial turístico. É o que David Harvey (1996) caracterizou como “empresariamento da gestão urbana”, cuja base é a gestão condicionada à lógica do mercado.

O empreendedorismo urbano tornou-se importante tanto nacional como internacionalmente nas últimas décadas. Refiro-me ao padrão de comportamento na governança urbana que mistura os poderes públicos (locais, metropolitanos, regionais, nacionais ou supranacionais) com um grande número de formas organizacionais da sociedade civil (câmaras de comércio, sindicatos, igrejas, instituições educacionais e de pesquisa, organizações comunitárias, ONGS, etc. e interesses privados (corporativos ou individuais) para formar coalisões capazes de promover ao administrar o desenvolvimento urbano ou regional de um tipo ou de outro. (HARVEY, 2013. p.188).

Segundo Vainer (2003), esse modelo de planejamento estratégico, que tem como objetivo primordial formular cidades competitivas, baseia-se em três eixos discursivos: cidade-empresa, cidade-mercadoria e cidade-pátria. Nesta abordagem discutimos o parque público, especificamente o Parque Dona Lindu, Recife-PE, com status de mercadoria, como um objeto de consumo. Isso nos reporta a algumas reflexões: para quem foi elaborado o parque público? Qual papel é exercido pelo parque urbano nessa cidade tão competitiva? É o que Vainer (2003, p. 02) claramente aborda, quando afirma que

A cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo em que outras cidades também estão à venda. Isto explica que o marketing urbano imponha-se cada vez mais como uma esfera específica e determinante do processo de planejamento e gestão das cidades. (VAINER, 2003. p.02).

Ao partir da perspectiva de analisar a produção da cidade como uma mercadoria a ser vendida, tem-se que observar que atributos necessariamente serão potencializados, que público alvo pretende-se atingir. É necessário compreender em que mercados essa cidade pode ser vendida. Porém, nesta pesquisa, não é analisado mais profundamente a questão urbana da construção da cidade como uma totalidade, ou sua apropriação pelos interesses empresariais, mas pretende-se compreender a produção do espaço público discutido, que é um parque urbano, enfim, como esse espaço é trabalhado, inúmeras vezes, como uma mercadoria, um objeto atrativo nessa cidade à venda. É interessante observar as considerações de Vainer (2003) a respeito da “cidade-empresa” para melhor compreensão do propósito da implementação do Parque Dona Lindu. Segundo autor,

Algumas cidades tomam como protótipo de gestão a empresa privada, enquanto que o urbanismo modernista teve como modelo ideal a fábrica

taylorista e suas premissas: racionalidade, funcionalidade, regularidade e produtos estandarizados. (VAINER, 2003. p.02).

Assim, essa cidade-empresa age como agente econômico voltado para o mercado, é uma empresa enquanto unidade de gestão de negócios que se torna protagonista, transformando-se em “sujeito-ator” econômico. Por mais enérgicas que fossem as críticas em torno da visão empresarial da cidade, esse modelo gradativamente ganha espaço nas cidades contemporâneas que buscam retorno mercadológico, voltados para a competição, pela formulação de diferenciais e pela gestão eficiente, a partir de determinadas posturas perante o mercado extremamente competitivo (VAINER, 2003).

Já a “cidade-pátria” tem como cerne a concepção do projeto ideológico de cidade dos desejos. Para construção desse status, é necessária, de um lado, a consciência de crise e, de outro, o patriotismo de cidade. Observa-se que, no caso da implementação do Parque Dona Lindu, o que imperou foi o desejo dos representantes do Estado de construir o patriotismo de cidade, pois apresentavam como meta o urbanismo monumentalista patriótico, um dos componentes da construção de identidade e pertencimento. O parque foi concebido com esse intuito “monumentalista”.

Cabe ainda ao governo local a promoção interna à cidade para dotar seus habitantes de *patriotismo cívico*, de sentido de pertencimento, de vontade coletiva de participação e de confiança e crença no futuro da urbe. Esta promoção interna deve apoiar-se em obras e serviços visíveis, tanto os que têm um caráter monumental e simbólico como os dirigidos a melhorar a qualidade dos espaços públicos e o bem-estar da população. (CASTELLS & BORJA, 1996 apud VAINER, 2009. p.160 – grifo do autor).

Ainda de acordo com Vainer (2003, p.99),

[...] não há como desconhecer a centralidade da ideia de competição entre cidades no projeto teórico e político do planejamento estratégico urbano. É a constatação da competição entre cidades que autoriza a transposição do modelo estratégico do mundo das empresas para o universo urbano, como é ela que autoriza a venda das cidades, o emprego do marketing urbano, a unificação autoritária e despolitizada dos cidadãos e, enfim, a instauração do patriotismo cívico.

Identificamos as práticas dessas estratégias defendidas por Castells & Borja (1996) a partir das pesquisas realizadas principalmente em jornais regionais que circulavam na cidade no período em questão. Ao observarmos a ilustração 15, é possível visualizarmos o então prefeito

da cidade do Recife-PE, João Paulo, ao lado de um dos cartazes que serviam de propaganda a favor da implantação do parque Dona Lindu. Conforme o cartaz, o parque seria o novo cartão-postal do Brasil, um diferencial para o município dispor de ambiente tão singular, um “orgulho do Recife”. Sendo essas as bases nas quais as estratégias do governo para implantar o parque se fundavam, fortaleciam-se na prática com eficácia. Podemos identificar esse posicionamento na edição de 02 de junho de 2007 do Jornal do Commercio.



Ilustração 15: Ex-prefeito João Paulo ao lado do cartaz do Parque Dona Lindu.

Fonte: Parque terá 65% de área verde. JC, Recife, Caderno Cidades, p.06. 02.06.07



Ilustração 16: Alceu Valença em propaganda da Prefeitura em prol do Parque Dona Lindu
Fonte: Jornal do Commercio, propaganda, Recife, 2007.

Ou em campanha intensamente divulgada pela prefeitura do Recife, veiculada na imprensa escrita e audiovisual, como consta em jornais, revistas e no próprio jingle cantado por Alceu Valença, baseado na canção “La Belle de Jour” de sua interpretação⁸⁶. O material disponibilizado em canais da TV aberta ressaltava que o Recife iria ganhar mais vida com a construção do Parque Dona Lindu. Dessa forma, apresenta esse novo espaço a cidade como um grande centro de convivência, cultura e lazer que seria a nova paixão do povo que ama a cidade. Na ilustração, nº 16, podemos observar uma foto do cantor Alceu Valença, ícone da cultura do Estado, tendo ao fundo uma maquete eletrônica do Parque, campanhas publicitárias como essas apresentam como intuito viabilizar a criação de identidade como o lugar: *Um lugar que vai atrair e encantar turistas do mundo inteiro.*

⁸⁶ O grupo musical “Quanta Ladeira” também fez uma paródia, amplamente divulgada nas mídias digitais, baseada no jingle cantado por Alceu Valença nas propagandas do Parque Dona Lindu, veiculadas pela prefeitura (anexo).

Julgamos importante o registro desse jingle.

Até o mar vai ficar com ciúme, ao ver nascer tanta beleza aqui
na beira da praia de Boa Viagem que é feita de luz e paisagem eu vi de verdade
Pra seu lazer, seus momentos de paz
Pra belas artes, o verde e as flores
A vida com novos sabores e a cidade linda demais.
Até o mar.
Assim como o frevo e o maracatu
O Parque Dona Lindu será a nova paixão do povo que ama a cidade
e tem Recife no coração.
Parque Dona Lindu, orgulho do Recife. Cartão postal do Brasil.

O espaço econômico da concorrência entre as cidades mudou de forma e de escala ao longo do tempo. Conforme Ney Dantas (2016), em entrevista cedida em 17.05.2016, a escolha do projeto do arquiteto Oscar Niemeyer é o reflexo do que já vinha ocorrendo em outras cidades do Nordeste.

O projeto do Parque Dona Lindu, ao ser assinado por um arquiteto renomado, starchitets (arquiteto celebridade), Oscar Niemeyer, reforça a ênfase na arquitetura de grife, agregando valor e maximizando as possibilidades de conservação da obra (patrimonialização eternizadora). É fruto de amarrações de políticos que almejam deixar suas marcas na cidade, fazer parte da história do lugar, conforme o depoimento abaixo transcrito.

Niemeyer no período em questão vendeu vários projetos que representavam mais conchavos políticos. Estava fazendo ao longo do Brasil inteiro, com o argumento de notória especialização, vários projetos. Representavam muito mais o desejo de prefeitos de deixarem as marcas deles na cidade, uma visão arcaica, oriunda os tempos dos barões do açúcar do começo da política imperial de organização das cidades brasileiras onde elas deveriam expressar o poder imperial através das reformas urbanas. (Depoimento do professor Ney Dantas coordenador, à época, do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal, concedido em 17.05.2016).

Essa opinião condiz com o que argumenta Mahfuz (2007), ao afirmar que

A arquitetura de Oscar Niemeyer sempre despertou interesse internacional, a partir de sua divulgação, nos anos 1940, no livro *Brazil builds*, de Philip Goodwin. Esse interesse parece ter atingido seu auge no ano em que o arquiteto comemora 100 anos, em plena atividade profissional, o que por si só já seria motivo para comemorações. É inevitável perceber a grande dose de oportunismo insincero que rodeia esse cenário: há uma corrida pelos projetos do mestre detonada pela notoriedade atual, parte de políticos que pouco tempo atrás não lhe davam nenhuma atenção.

Essa dinâmica estrutural centrada nas benesses oriundas do fato de não só se ter um parque no bairro, um grande espaço de cultura e lazer para população, mas também uma obra de Niemeyer, vislumbra trazer ganhos econômicos advindos do turismo. É importante, porém,

salientar que faziam parte de projetos políticos, não só urbanos ou sociais, conforme ressaltado em discursos dos representantes do Estado. São as nuances claras das facetas dos gestores da cidade que inúmeras vezes são percebidas como mercadoria, são administradas como uma empresa e representam a identidade de seus cidadãos, como mostra material de divulgação da prefeitura:

Oscar Niemeyer, um dos arquitetos mais renomados do século XX, artista cuja genialidade é reconhecida mundialmente, aos seus cem grandiosos anos de idade, concebeu o seu primeiro projeto no Recife, o Parque Dona Lindu. A obra, pela sua grandiosidade, tem importante valor como espaço cultural, de turismo e lazer, na cidade e todo o entorno metropolitano. O parque potencializará o desenvolvimento urbano da área, marcando uma nova opção de entretenimento, valorizando e incentivando o turismo no Recife, além de gerar mais renda para população. A capital pernambucana merecia uma obra de Niemeyer não só pela beleza que encerra, mas pelos diversos benefícios gerados pelo empreendimento. (Prefeitura do Recife, 2007).

Assim, é fundamental entender as colocações de Vainer (2003) para melhor compreensão do processo de implementação do Parque Dona Lindu. Dessa forma, constrói-se uma argumentação com três estruturas conceituais – cidade-empresa, cidade-mercadoria e cidade-pátria – que convergem nas propostas dos planejadores estratégicos urbanos das cidades contemporâneas a cada dia mais voltadas para o mercado, visando à inserção de estratégias oriundas do mundo empresarial. E a cidade do Recife não está longe de adotar esse modelo que inevitavelmente incentiva a competição entre as cidades que passam a utilizá-las como parâmetro de gestão. Esses três polos discursivos não são inflexivos e inúmeras vezes podem ser percebidos atuando ao mesmo tempo.

Ao adotar esse modelo de planejamento estratégico, os gestores da cidade correm o risco de incentivar a negação da cidadania e passar a caracterizar o cidadão como consumidor de mercadorias, acionista de empresa ou patriota. Perspectiva que fortalece a suposta negação da participação do cidadão na construção da cidade em que vive, onde a construção do espaço público é voltada para a criação de atrativos mercadológicos em detrimento dos anseios da população (VAINER, 2013). Pode-se identificar essa postura discursiva adotada pelo Estado na recomendação nº 02/05, emitida pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM), divulgada em 31 de maio de 2005, em que enfatiza como razões para implementação do Parque Dona Lindu não só as questões ambientais que já seriam razões por si sós para implantação do parque.

Recomendar como interesse para o desenvolvimento econômico da Cidade do Recife, e em especial para os interesses do turismo e do meio ambiente,

a implantação do projeto do Parque Setúbal, situado à beira-mar, no bairro de Boa Viagem, no terreno do Ministério da Aeronáutica a ser realizado em provável parceria com o setor privado⁸⁷.

A venda da imagem da “cidade moderna”, democrática, cheia de atrativos fica, em si, como primeiro plano dos prefeitos das cidades, mais um aspecto do marketing urbano. Como argumentam Castells & Borja (1996, p.155)⁸⁸,

“As grandes cidades devem responder a cinco tipos de objetivos: nova base econômica, infraestrutura urbana, qualidade de vida, interação social e governabilidade. Somente gerando uma capacidade de resposta a esses propósitos poderão, por um lado, ser competitivas para o exterior e inserir-se nos espaços econômicos globais, por outro, dar garantias a sua população de um mínimo de bem-estar para que a convivência democrática possa se consolidar.

Um parque público pode impulsionar a efetivação desses propósitos, o que corrobora o entendimento das nuances do processo de implementação dos parques urbanos em nossa cidade. Segundo a justificativa técnica para contratação dos serviços de arquitetura e engenharia do escritório do arquiteto Oscar Niemeyer para elaboração do projeto executivo do Parque Dona Lindu (Boa Viagem, Recife-PE), emitido pela URB-Recife (Empresa de Urbanização do Recife) com data de 20 de março de 2007, a escolha por Oscar Niemeyer representaria a possibilidade de ampliação da capacidade de captação de recursos a serem destinados à viabilização da construção do parque.

Esse mesmo documento ressalta que a implementação desse projeto possibilita a ostentação do primeiro e talvez o único exemplar da expressão artística do autor (Oscar Niemeyer) em nosso Estado, o que poderá incluir o município no circuito internacional da arquitetura. Além disso, reafirma o compromisso turístico da proposta do equipamento a ser instalado na orla de Boa Viagem. O Parque Dona Lindu significaria um atrativo na busca de divulgar o nosso município nacional e internacionalmente, o que implicaria o aumento do fluxo de turistas à capital do Estado – por isso a escolha estratégica de um ícone da arquitetura internacional para concebê-lo.

A representação da cidade-coisa, da cidade-objeto, da cidade-mercadoria (de

⁸⁷ Recomendações COMAM, edição nº 60, cadernos do Poder Executivo da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente.

⁸⁸ “O conceito de cidade e, com ele, os conceitos de poder público e de governo da cidade são investidos de novos significados, numa operação que tem como um dos esteios a transformação da cidade em sujeito/ator econômico...e, mais especificamente, num sujeito/ator cuja natureza mercantil e empresarial instaura o poder de uma nova lógica, com a qual se pretende legitimar a apropriação direta dos instrumentos de poder público por grupos empresariais privados” (VAINER, 2013. p.07).

luxo) coexiste com uma outra em que a cidade aparece como sujeito-sintático, isto é lógico: as cidades em competição buscam por todos os meios aumentar seu poder de atração para manter ou desenvolver sua capacidade de inovação e difusão. (BORJA & FORN, 1996 apud Vainer, 2003, p.33).

Esse modelo de cidade, que gradativamente tem centralizado a criação e dinamização de bens simbólicos e do bem-estar dos cidadãos, assume a articulação entre a sociedade civil, a iniciativa privada e as mais diversas instancias estatais. Assim, “As cidades adquirem, cada dia mais, um forte protagonismo tanto na vida política como na vida econômica, social, cultural e nos meios de comunicação” (CASTELLS & BORJA, 1996). Assim, as cidades atuam como atores sociais complexos com múltiplas dimensões e particularidades. É necessário, entretanto, partir-se do entendimento de que convivemos em diversas cidades em uma só, espaços multifacetários, democráticos e articuladores.

Essa gênese da cidade reflete-se no espaço público, que deve ser compreendido nesta pesquisa como um lugar que possui informações específicas de cada momento, as quais não são estanques. São espaços de interação, com diversidade de usos e suporte de conexões globais. Nessa perspectiva, os parques urbanos vêm, no decorrer da história, servindo como instrumento de valorização fundiária do solo localizado na região metropolitana. Boa Viagem é um bairro de crescimento habitacional constante e, a partir da década de setenta, o bairro, devido ao excesso de usos comerciais das edificações das zonas centrais da cidade, tornou-se uma alternativa para aqueles desejosos de mais qualidade de vida e, além disso, representa a oportunidade de desfrutar de um ambiente praiano.

Esse fato contribuiu para aceleração do crescimento urbano da localidade, consolidando-se, no decorrer de sua história, como um bairro densamente povoado, carente de áreas livres de uso coletivo (quando nos referimos a áreas livres, em especial tratamos de parques e praças efetivamente)⁸⁹. Os parques públicos em geral estão ligados a um contexto de programa imobiliário, e os discursos oficiais, ao abordarem a temática do parque público, enfatizam as virtudes desse tipo de equipamento, sem excluir seu potencial econômico que serve como atrativo para efetivação desse tipo de operação urbana. Elaborado e concebido como um equipamento urbano, o parque público concretiza-se como um vetor para valorização do

⁸⁹ “As cidades devem inibir a especulação imobiliária mediante a adoção de normas urbanas para uma justa distribuição dos ônus e benefícios gerados pelo processo de urbanização e a adequação de todos os instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano equitativo e sustentável”. Carta Mundial pelo Direito a Cidade (2006).

patrimônio construído da cidade (SERPA, 2007)⁹⁰

Os parques públicos sempre representam e expressam valores éticos e estéticos, que ultrapassam largamente os seus limites espaciais. Qualquer que seja a época, esses valores estão presentes no discurso oficial e nas políticas públicas aplicadas à cidade: higienismo, pacifismo, beleza e estética. Essa reunião de valores reforça uma metáfora, ainda hoje pertinente, de que o parque público é um instrumento de integração social e espacial das cidades (BARTHES, 1997 apud SERPA, 2007. p.42).

De acordo com Serpa (2007), os novos parques urbanos em Salvador – acrescentamos aqui o caso do Dona Lindu no Recife pela semelhança quanto aos modos operantes – inserem-se em zonas residências de alto padrão (Boa Viagem representa muito bem isso), onde o espaço construído resulta em circuitos exclusivos que servem de elemento de valorização do solo urbano. Esses parques, geralmente, são concebidos como espaços verdes públicos, porém o caso do Parque Dona Lindu foge a esse tipo de caracterização, pois, em seu conceito, efetiva-se um Centro Cultural.

Os novos parques [...] vêm [...] alimentar [...] um processo de valorização imobiliária das áreas nobres da cidade, acrescentando novas amenidades físicas aos bairros que possuem melhor infraestrutura de comércio e serviço, bem como vias expressas para circulação de veículos particulares [...] obedece também ao princípio de áreas com algum interesse turístico. (SERPA, 2007. p.53).

Essas estratégias conduzem a um modelo ideal de cidade “onde a criação de espaços públicos e o embelezamento urbano” constituem estratégias de marketing urbano. Assim, o parque público confere identidade ao espaço urbano, servindo de item a colaborar com a valorização da cidade, pois, ao longo da história, codificam na sociedade signos a serem consumidos como qualquer outra mercadoria. (SERPA, 2007).

Em propaganda veiculada no Jornal do Commercio, em 15 de dezembro de 2005, pouco depois de os terrenos pleiteados para transformação em parque público terem sido concedidos à Prefeitura da Cidade do Recife, pode-se perceber a intenção de transformar o parque em um atrativo capaz de valorizar o entorno, aspectos da valorização fundiária, de ser um objeto de consumo (“Você pode ouvir de sua casa o canto dos pássaros e o barulho das ondas”).

⁹⁰ Segundo Rodrigues (2007), “a cidade mercadoria não é trocável no ‘mercado como um objeto’. Não se transmite, em tese, a ‘propriedade da cidade em sua totalidade’. O que se vende são fragmentos de lugares, pólos de investimentos para capitalistas nacionais e estrangeiros com o objetivo de aumentarem lucros, rendas e juros. Os fragmentos de lugares para eventos, atividades turísticas e de investimento, visando à incorporação imobiliária de bairros nobres, de condomínios murados e, como totalidade, a cidade-mercadoria vende imagem de prefeitos como ‘gestores’ capitalistas”.

Conforme anúncio (ilustração 17), é um atrativo ressaltar as benesses de morar no entorno do parque público.

A ideia de parque verde, um refúgio em meio a um ambiente densamente construído, reafirma o interesse cada vez maior pela valorização da natureza, das causas ecológicas tão em voga na atualidade. A ilustração evidencia o papel da natureza como matéria-prima de espaços que implicam valores econômicos e políticos. São espaços estratégicos que inúmeras vezes diluem o papel de meros lugares de contemplação, de reserva ambiental, substituindo, de acordo com interesses, o protagonismo de espaço-natureza por espaço-produto. No entanto, outras perspectivas, além da ambiental, nortearam os argumentos que embasaram a justificativa técnica de contratação dos serviços de arquitetura e engenharia do escritório do arquiteto Oscar Niemeyer para elaboração do projeto executivo do Parque Dona Lindu, emitida pela URB-Recife, em 20 de março de 2007, que enfatiza as características desejadas para o novo parque público⁹¹.

O espaço público, o parque, transformou-se em um objeto de consumo. A construção de parques públicos tem cada vez mais sido desejada, pois é um ganho para o bairro que na maioria das vezes valoriza o entorno e vai ao encontro dos interesses dos promotores imobiliários: é um tipo de espaço livre de edificações. Conforme Serpa (2007, p.56),

A concepção e implantação dos parques [...] deveriam constituir-se em equipamentos para toda aglomeração [...] oferecendo aos bairros vizinhos espaços atrativos de lazer e recreação, assim como uma nova identidade que contribuísse para sua valorização [...] parque e bairro estão perfeitamente articulados, o que demonstra um desejo claro de “simbiose”.

Os parques por si sós não são capazes de estabilizar o valor dos bens imóveis tampouco funcionar como âncoras da comunidade. Se o parque não for apropriado pela população, ele não estará cumprindo com sua função. São as pessoas que dão utilidade ao parque, tornando-os populares ou não (JACOBS, 2000).

Podemos constatar as observações dessa autora observando o Parque Dona Lindu, pois o espaço atualmente (2016) apresenta inúmeros problemas relativos à segurança pública, ao aumento da sensação de insegurança por parte dos moradores, comerciantes e visitantes, dentre outros. O parque, assim como outros espaços públicos, extrapolando a ideia de um ambiente que concentra grupos humanos e diversas atividades, é propulsor de conexões de espaços

⁹¹ “Além da presença de equipamentos voltados a atividades de lazer para todas as faixas etárias, o caráter cultural e turístico a eles incorporado permitirá uma perfeita sintonia com o conjunto de exigências oriundas da natureza de negócios e convenções às quais o nosso turismo está associado. É nessa região do município onde estão situados o aeroporto da cidade e o maior polo hoteleiro do Estado”.

simbióticos e simbólicos que refletem em fatores econômicos, políticos, culturais e sociais.

Em face do que foi exposto, percebemos que a concepção e implantação do Parque Dona Lindu apresenta-se como a materialização de uma narrativa que tem como fundamento os discursos de atores que influenciaram na implementação desse espaço, sejam eles associados à reprodução do sistema capitalista presentes nas operações imobiliárias e seus interesses, nos discursos dos representantes do Estado que pleiteavam deixar suas marcas na cidade, no desejo de criar espaços democráticos de convivência, ou nos discursos dos que acreditavam que poderiam exercer o direito à cidade, de ter um espaço público ecológico e sustentável. O parque, como outras intervenções públicas que materializam uma

vontade política, é o suporte dessas negociações presentes na sociedade do espetáculo na qual tudo vira representação. Assim,

As características positivas do parque público são sempre evidenciadas nos discursos oficiais. Ressaltam-se as vantagens da implantação desses equipamentos para o conjunto dos habitantes das cidades assim como a melhoria da qualidade de vida para gerações futuras, garantida pela criação dos novos parques. (SERPA, 2007. p.56).

As diversas inquietações oriundas da complexidade e heterogeneidade acerca da compreensão do processo de produção do espaço público das cidades contemporâneas, com foco em uma visão social e espacial, colaboram para que o investigador sinta a necessidade de ampliar as contribuições que indicam sua conceitualização. Nessa perspectiva, a teoria do espaço social desenvolvida por Henri Lefebvre (2013) apresenta-se como basilar para compreensão da problemática da cidade e em especial do espaço público urbano. Nos últimos anos a interpretação da dinâmica da concepção desses espaços têm recebido grande atenção, estendendo-se aos estudos desenvolvidos por arquitetos e urbanistas, e aproximando-se a cada dia mais das ciências sociais, como é o caso da história e da geografia.

Em muitos casos, isso está ligado à busca de entender o intenso processo de urbanização



Ilustração 17: Propaganda de venda de apartamentos (Edifício Vereda do Mar)
Fonte: Jornal do Commercio, propaganda, 15/12/2005.

e globalização que ocorre nas grandes cidades. Assim, surgem novas configurações em escalas diferentes, procuram-se novos conceitos de espaço que respondam às necessidades impostas pelas condições sociais contemporâneas. Contudo, independentemente das correntes teórico-metodológicas adotadas, é interessante abordar o entendimento da produção do espaço público urbano contemporâneo sob a luz das perspectivas da teoria social na busca de compreender que categorias se apresentam como significativas, servindo, assim, para esclarecer os elementos que formam sua estrutura básica.

A partir dessas considerações, na próxima seção, “Parque Dona Lindu: um espaço em discussão e em contínua produção”, buscaremos discutir a teoria de Henri Lefebvre (2013) sobre a produção do espaço social – considerando esse espaço como espaço público –, aplicado ao processo de implementação do Parque Dona Lindu, Recife, Pernambuco, Brasil.

5.3. Parque Dona Lindu: um espaço em discussão e em contínua produção

Após a trajetória percorrida até então, percebemos a necessidade de recorrer à teoria da produção do espaço social de Henri Lefebvre (2013). O espaço social norteou o entendimento de espaço público adotado neste trabalho, especificamente de produção do espaço para melhor compreensão do processo de implementação do Parque Dona Lindu (Recife-PE).

O espaço é resultado de um processo de produção que acontece em três dimensões dialeticamente interligadas: a prática espacial, a representação do espaço e o espaço de representação. A prática social material seria o ponto de partida onde ocorrem as questões perceptuais. Por sua vez, a representação do espaço, que seria baseada na produção do conhecimento, constitui-se no nível do discurso, na linguagem e na palavra falada e escrita. Já o espaço de representação seria aquele em que ocorre a criação dos signos e simbologias, trata-se do próprio processo de significação que se conecta ao símbolo (LEFEBVRE, 2013).

Essa concepção converge para pontos focais, que são a materialidade da prática social e o papel central do corpo humano nesse processo. Assim, o espaço seria uma intensa rede de relações que é produzida e reproduzida continuamente; atrela-se à realidade social, sendo produzido ao mesmo tempo que ela, que não é isenta de contradições nem existe por si mesma. Ou seja, o espaço é produzido socialmente, um produto social oriundo de interações vivenciadas no cotidiano. Portanto, é historicamente constituído (LEFEBVRE, 2000 apud SCHMID, 2012).

Um espaço social inclui não somente a materialidade concreta como também um conceito pensado e sentido – uma experiência. Nessa perspectiva, a centralidade do pensamento de Henri

Lefebvre (2013) sobre a produção do espaço situa-se em três momentos ou dimensões de sua produção: a produção material, que dá origem ao suporte da construção do espaço percebido; a produção do conhecimento, que constrói fundamentos técnico-científicos da produção, norteadores do pensamento basilar necessário para evidenciar o espaço concebido; e a produção de significados, resultado de uma leitura material que pode ser feita de forma individual ou coletiva e dá origem ao espaço vivido. A partir disso, Lefebvre (2013) constrói uma dialética triádica (SCHMID, 2012)⁹². Essa tríade conceitual advém de interações individuais e sociais, decorrentes da autoprodução do homem e da sociedade. Convergem, em si, para dimensões que dão origem à produção do espaço. Sobre as interações entre esses conceitos, Schmid (2005) explica que

Espaço percebido: o espaço pode ser aprendido por meio dos sentidos, essa percepção é um componente da prática social. Esse aspecto sensualmente perceptivo do espaço relaciona-se diretamente com a materialidade dos elementos que constitui o espaço. Espaço concebido: o espaço para ser percebido precisa primeiramente ser pensado. É produzido intelectualmente. Espaço vivido: é a experiência vivida do espaço. É experimentada pelos seres humanos na prática da vida cotidiana.

De acordo com esquema abaixo:



Assim, para se pensar a cidade, o urbano, tem-se que analisar o espaço que ela ocupa, as áreas que são apropriadas ou desapropriadas pelos usuários e como é constituído esse processo a partir da concepção dessas cidades como um produto. Isso não apenas respalda as ideias trabalhadas anteriormente sobre o processo de constituição do Parque Dona Lindu como um objeto de consumo como também facilita a compreensão da construção da produção do espaço

⁹² Segundo Schmid (2012), “enquanto a dialética hegeliana e marxista repousa em dois termos em contradição entre si e que são suprassumidos por meio de um terceiro termo, a dialética triádica de Lefebvre postula três termos. Cada um deles pode ser compreendido como uma tese e cada um se refere aos outros dois e permanecerá uma mera abstração sem eles. Essa figura triádica não termina numa síntese como no sistema hegeliano. Ela liga três momentos, que permanecem distintos entre si que só existem em interação” (LEFEBVRE, 2004 apud SCHMID, 2012. p.12).

social. De acordo com essa concepção, a sociedade constrói novos modos de produção, novas formas de apropriação, as quais ela organiza conforme seus fins os espaços preexistentes, modelados anteriormente.

A prática espacial é a projeção no espaço físico de aspectos e momentos da prática social, que engloba conjuntos espaciais próprios de cada formação social. Esse espaço social incorpora os atos sociais oriundos de sujeitos coletivos ou individuais, formados em negociações cotidianas (LEFEBVRE, 2013)⁹³. Essa prática ocorre quando determinada sociedade apropria-se do espaço e está diretamente ligada ao espaço percebido, à realidade cotidiana. Na atualidade, essa prática poderia ser entendida como a vida cotidiana, ou seja, esse espaço não é produzido apenas pela imposição do Estado quanto à forma como devem ser os espaços públicos (a partir de leis, projetos urbanísticos, dentre outros dispositivos), pois o modo como os cidadãos o usam, fazem a leitura dele interfere na sua produção. A prática espacial é, então, a dimensão material da atividade e interação social, consiste em um sistema resultante da articulação e conexão de elementos presentes na vida cotidiana. É resultado da articulação e conexão de elementos ou atividade presentes na cotidianidade, podendo ser definida e delimitada pelo discurso da língua, do conhecimento e da constituição de uma representação. O percebido isoladamente, sem conectá-lo à prática espacial, não responde e perde o sentido. Assim, é necessária uma materialidade concreta, produzida, que vá além da dimensão mental (LEFEBVRE, 2013).

Já a representação do espaço é responsável por dar uma imagem ao espaço e, assim, representá-lo. Descrições, definições, teorias científicas do espaço, mapas, fotos, signos e plantas resultam dessa dimensão. A ordem material cria referências, significados, desenvolve referenciais simbólicos do espaço, remetendo a experiências sociais. Segundo esse pensamento, o espaço público é o suporte das práticas cotidianas e, nele, tornam-se perceptíveis as interações sociais (HARVEY, 2013)⁹⁴. Nesse sentido, as representações do espaço (espaço concebido) – aquele dos cientistas, urbanistas, planejadores, tecnocratas etc. – são o espaço dominante na cidade contemporânea, numa sociedade, baseada em sua maioria por um sistema de signos construído intelectualmente.

93 “A cidade se manifesta como um grupo de grupos, com sua dupla morfologia (prático-sensível ou material, de um lado, e social do outro). Ela tem um código de funcionamento centrado ao redor de instituições particulares, tais como a municipalidade com seus serviços e seus problemas, com seus canais de informações, suas redes, seus poderes de decisão” (HARVEY, 2001. p. 66).

94 “As qualidades humanas da cidade emergem de nossas práticas nos diversos espaços da cidade, mesmo que eles sejam passíveis de cercamento, controle social e apropriação, tanto pelos interesses privados como pelos públicos estatais.” (HARVEY, 2013. p.143).

La representación del espacio, ligada al saber como al poder, sólo deja em hueco a los espacios del representación, los cuales son reducidos a obras, imágenes y recuerdos cuyo contenido (sensorial, sensual, sexual) resulta tan desplazado que apenas roza el simbolismo. (LEFEVBRE, 2013. p.108)⁹⁵.

A representação do espaço está ligada às representações tanto do poder quanto do capital, ou seja, reflete complexas negociações. É o espaço concebido pelo Estado, fruto de suas imposições apresentadas a partir dos projetos dos arquitetos, planejadores, urbanistas, entre outros. Essa dimensão do espaço é a predominante nas sociedades contemporâneas, estaria impregnada de um saber sempre relativo e em transformação. Insere-se na prática social e na política, nas relações estabelecidas entre os objetos e as pessoas no espaço, representando-os, dependendo da lógica que o faz (LEFEBVRE, 2013).

Já os espaços de representação são impregnados de imaginário e de simbolismo, e sua gênese é a história. São envolvidos por um centro afetivo, por situações vividas, por práticas que influenciam a produção deles. As relações sociais de produção ocorrem desde que tenham uma existência espacial, elas são projetadas em um espaço, produzindo-o (LEFEBVRE, 2013). Ainda conforme Lefebvre (2013, p.104),

Es posible suponer que la práctica espacial, las representaciones del espacio y los espacios de representación intervengan de forma diferente em la producción del espacio: según sus cualidades y propiedades, según las sociedades (modo de producción) según las épocas. Las relaciones entre esos tres momentos – lo percibido, lo concebido y lo vivido – no son nunca simples ni estables⁹⁶.

O espaço de representação é uma dimensão simbólica do espaço, refere-se na verdade não só ao espaço em si, mas a algo mais. Indica um processo de significação do espaço que se conecta a um símbolo material, seja ele um edifício, um monumento ou um ambiente construído (SCHMID, 2005). Assim, o espaço social pressupõe uma prática espacial que é entendida como uma cadeia ou rede de atividades interligadas que ocorre sobre um suporte material determinado que lhe serve de base, a exemplo de um ambiente construído. Essa prática espacial constitui uma representação desse espaço, pode surgir a partir de uma representação linguística, iconográfica

⁹⁵ “A representação do espaço, ligada ao saber como ao poder, reserva apenas um lugar mínimo aos espaços de representação, reduzidos às obras, às imagens, às lembranças, onde o conteúdo afastado (sensorial, sensual, sexual) aflora apenas o simbolismo”. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins, 4ª éd. Paris. Éditions Anthropos, 2000. 1ª versão, fev/2006.

⁹⁶ “Pode-se supor que a prática espacial, as representações do espaço e os espaços de representação intervêm diferentemente na produção do espaço: segundo suas qualidades e propriedades, segundo as sociedades (modo de produção), segundo as épocas, as relações entre os momentos concebidos, percebidos e vividos nunca são estáveis”. (LEFEVBRE, 2013. p.46). Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins, 4ª éd. Paris. Éditions Anthropos, 2000. 1ª versão, fev/2006.

etc. Assim, existe a necessidade de abordar os três momentos da construção do espaço social como diretamente inter-relacionados, conectados entre si, sem graus de hierarquia. Necessitam um do outro para adquirir sentido (LEFEBVRE, 2013).

Já o conceito de espaço vivido, para ser compreendido historicamente, para alcançar sentido, necessita ser correlacionado com o concebido. O espaço vivido seria a própria cotidianidade.

Diante dessas considerações, podemos perceber a fragilidade do processo de produção na concepção do Parque Dona Lindu, pois o arquiteto autor do projeto aparentemente não interagiu na primeira fase da produção do espaço, não visitou in loco os terrenos que iriam ser transformados em parque. Nesta dissertação, contudo, não adentramos mais profundamente na análise das alterações realizadas no projeto inicial do Parque Dona Lindu a partir da apropriação dos usuários, pois pretendemos realizar essa análise de forma mais consistente em uma tese de doutorado a ser construída futuramente. Sobre a necessidade de o responsável pela concepção do projeto conhecer a área, Menezes (2012) argumenta que

O desastre foi a escolha do lugar. É natural que, pela idade, Niemeyer não tivesse mais condições de viajar e ver de perto a área em que o parque ficaria. Se tivesse observado de perto, acho que ele não projetaria do jeito que fez para um projeto tão exíguo [...] as obras de Niemeyer têm que ser vistas a distância. É o caso da praça dos três poderes, em Brasília, e os prédios em sua volta. No Dona Lindu, os objetos caem na sua cabeça, fica tudo em cima.

Ainda ao se referir a essa produção do espaço, Lefebvre (2013) faz uma analogia com o corpo humano. Segundo ele, a prática espacial englobaria o uso do corpo, membros, órgãos sensoriais, contatos com outros indivíduos. É o percebido, é nele que temos a percepção do mundo exterior. As representações do espaço social poderiam ser comparadas às representações do corpo, elas são provenientes de um saber, um saber científico (anatomia, fisiologia etc.), exige conhecimentos específicos para prover sua leitura. O espaço vivido é altamente complexo, pois é influenciado pela cultura, por símbolos – o coração “vivido” difere do coração pensado e percebido. Formam, assim, uma triplicidade: percebido - concebido - vivido ou, espacialmente, prática do espaço - representação do espaço - espaço de representação (LEFEBVRE, 2013).

Ao analisarmos o processo de implementação do Parque Dona Lindu, percebemos a importância atribuída à assinatura do arquiteto Oscar Niemeyer como mais um atrativo para efetivação desse espaço público. Isso se concretizou devido aos esforços de diversos

representantes do Estado, correspondendo à efetivação de uma vontade política. Mesmo a concepção de parque adotada pelo escritório de Niemeyer supostamente não correspondendo aos anseios da comunidade, de acordo com a AMPARQUE e APBS, o parque foi inaugurado em 26 de março de 2011.

Niemeyer projetou um parque mesclado com atividades culturais, concebeu um centro cultural e de lazer à beira-mar do bairro de Boa Viagem. O seu projeto inicial contava com um teatro para 500 lugares, com um palco que viabilizaria shows ao ar livre, comportando aproximadamente 20 mil pessoas, salas de exposição, parques infantis, fraldário, quadra polivalente, rampa de skate, equipamentos para ginástica e malhação, e 300 vagas para estacionamento. Do total dos 27.166,68 metros quadrados correspondentes à área do terreno, 50% seriam destinadas à área construída e os outros 50%, a área verde e de solo natural, conforme ilustração 19.

Após vários embates entre a prefeitura e a sociedade civil, orquestrados pela AMPARQUE, que almejava um parque verde aos moldes do Parque da Jaqueira (Recife-PE) e que percebia naquele projeto de parque a predominância do concreto, conforme já registrado neste estudo, o projeto foi alterado pelo escritório de Oscar Niemeyer. Acrescentou-se ao projeto original pista de cooper e ciclovia, como também foram diminuídas as dimensões de área construída, que passou de 50% para 27%, e a área verde, de 50% para 73%. Dados esses que destoam dos presentes no projeto executivo de acessibilidade que se encontra no arquivo da EMLUB-Recife (PE), (apêndice). A esplanada, que também seria utilizada para shows e abrigaria 20 mil pessoas, reduziu seu espaço para 5 mil, e o estacionamento, de 300 vagas iniciais, passou a ofertar apenas 140 vagas. Conforme ilustração 20, pode-se perceber a maior incidência do verde.

Essas modificações no projeto inicial até a efetivação do Parque do Lindu ao longo dos seus mais diversos conflitos constituem um exemplo de que um projeto de um parque não é definitivo. “Pode acompanhar as mais variadas formas de mudança social, e este é um fator determinante a ser considerado por planejadores e paisagistas em suas decisões” (SÁ CARNEIRO, 2010, pág. 98). Essas alterações, que passaram por decisões políticas e resultaram de conturbações sociais, contribuem para confirmar a teoria da produção do espaço defendida por Henri Lefebvre (2013).

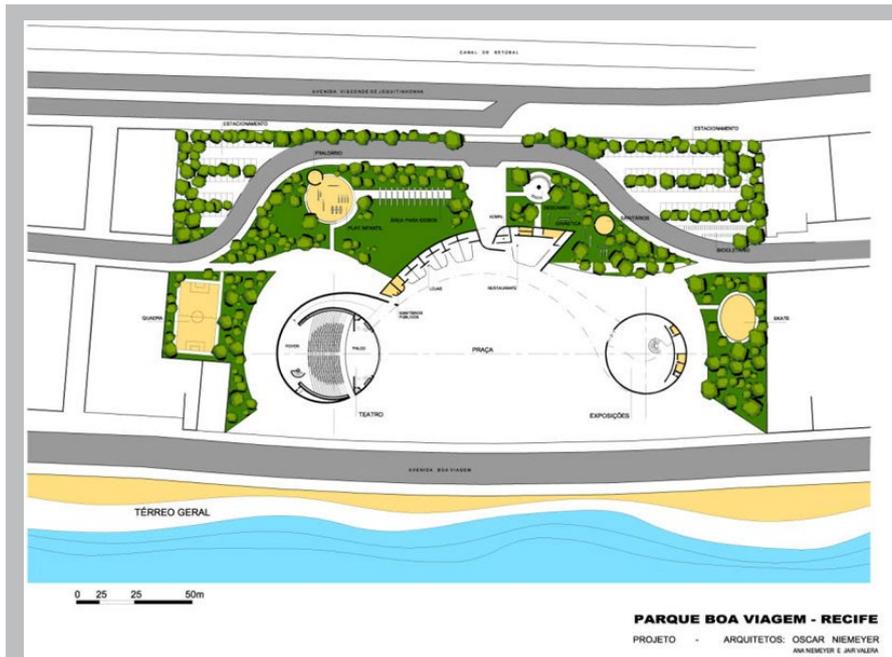


Ilustração 19: Planta Parque Dona Lindu (inicial)
 Fonte: Fundação Oscar Niemeyer

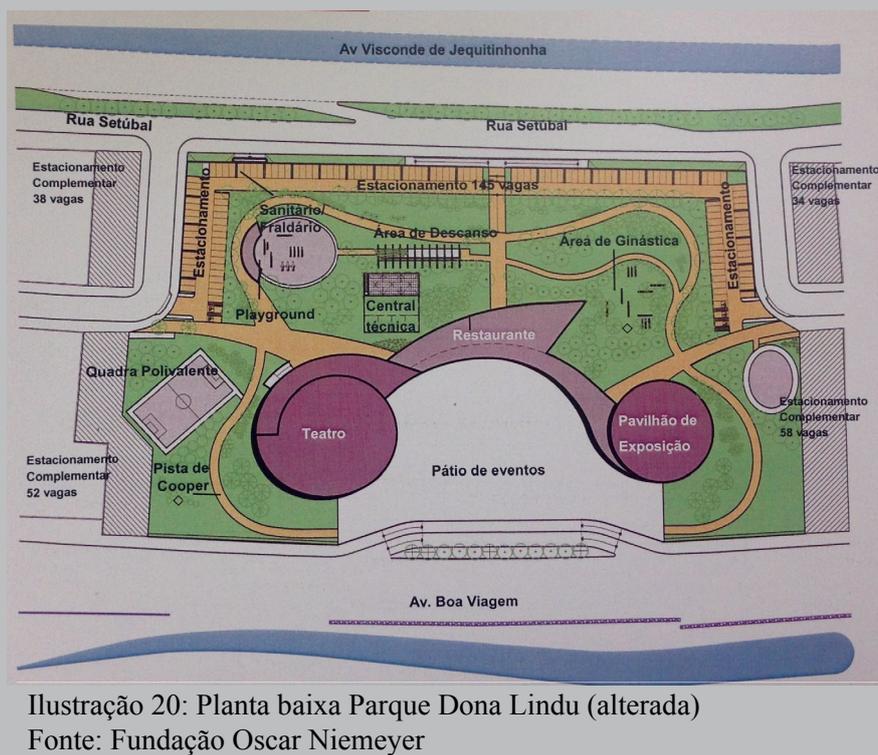


Ilustração 20: Planta baixa Parque Dona Lindu (alterada)
 Fonte: Fundação Oscar Niemeyer

José Mota Menezes identificou que o cerne da questão foi o erro na escolha do local a ser implantado o parque, pois julga interessante para cidade ter uma obra de Oscar Niemeyer, entretanto é imprescindível analisar se o tipo de equipamento solicitado ao escritório do arquiteto não correspondia aos anseios da comunidade local. Percebemos, assim, que não é um consenso a rejeição à obra de Niemeyer. Talvez o erro maior não tenha sido a concepção de parque adotada para o projeto, e sim a escolha do bairro de Boa Viagem para implantá-lo.

6. RECIFE: CIDADE DOS SONHOS

A cidade é feita de sonhos e de desejos. Sonhos e desejos que, um dia, se tornarão recordações, se incorporarão aos inúmeros labirintos da memória, revelarão as faces escuras do passado ou deixarão que elas permaneçam desconhecidas para sempre. Mas sonhos e desejos que se reinventam e se transformam. Assim é a cidade, a grande moradia dos homens. (REZENDE, 1997, p. 21).

O intuito de discutir a implementação do Parque Dona Lindu à luz da teoria da produção do espaço desenvolvida por Henri Lefebvre (2013) é demonstrar as possíveis contribuições advindas dessa teoria na busca de compreender as possibilidades de sua aplicação e relevância como suporte constituinte da compreensão da leitura do espaço público contemporâneo. É necessário analisar as contribuições dessa teoria, partindo da leitura da cidade com suas diversas configurações e tendo o entendimento da utilização do método como um mecanismo de auxílio ao planejamento urbano com seus diferentes arranjos. A teoria da produção do espaço social desenvolvida por Henri Lefebvre (2013) surge como mais um suporte analítico para análise do que é o espaço público na cidade, de que forma ele é produzido, de como determinados fenômenos urbanos ocorrem. Assim, a partir do estudo da implementação do Parque Dona Lindu, procuramos compreender de que forma a utilização desses conceitos emergem na apreensão do espaço público como palco das transformações urbanas no decorrer da história da cidade e a relevância de seus diversos atores.

Determinados movimentos sociais urbanos, na atualidade, buscam cada vez mais discutir a melhor forma de ocupar o solo citadino, o mais democraticamente possível. Esses movimentos vêm, nos últimos anos, tomando corpo não só na esfera estadual como em todo o território nacional. Objetivam, em sua maioria, tornar acessível o direito à cidade. Emerge atualmente, dessa forma, uma incipiente tomada de consciência política na construção de movimentos anticapitalistas, que abdicam de partidos políticos e vínculos sindicais, assumindo como principal “camisa” o desejo de participar da formulação da cidade, cumprindo, assim, um papel de vanguarda revolucionária.

Ao analisarmos o processo de implementação do Parque Dona Lindu, percebemos que as reivindicações não se encerraram com a conquista dos terrenos a serem transformados em parque público. Mais do que ir às ruas, colocar na ordem do dia atos públicos contra o poder estabelecido e ter acesso aos recursos do meio ambiente, esse movimento em estudo buscou criar novas possibilidades de mudança, observar, a partir desse caleidoscópio perspectivas, as

que podem transformar a cidade, independentemente dos diferentes atores do mercado. Isso significa, por exemplo, observar questões que representavam diretamente desigualdades sociais, econômicas, históricas e culturais. Podemos realçar algumas características desse movimento social de resistência à implantação de um parque público em Boa Viagem (Recife-PE), nos moldes como foi efetivado, como, por exemplo, a ativa participação de parte dos moradores de Boa Viagem e entorno: muitos dos manifestantes eram participantes da classe média alta do bairro, considerada de “elite” (advogados, médicos, arquitetos etc.), bem diferentes dos atuais movimentos sindicais de trabalhadores ou daqueles que buscam ter acesso à moradia ou à terra, mais comumente observados. São os novos modos operantes de movimentos sociais que agem no plano da cotidianidade.

Temos que analisar esse fato social e sua conjuntura de causas estruturais com objetividade e inseridos em determinados contextos históricos. É preciso entendermos até que ponto movimentos de resistência, como o ocorrido no caso do Parque Dona Lindu, influenciaram a condução de pautas governamentais, como também buscar compreender qual foi o impacto da ação conjunta desses indivíduos sobre as instituições da sociedade e de que forma esse movimento pôde criar efetivas conexões entre diferentes redes de mudanças sociais que pretendiam remodelar o processo de urbanização da cidade do Recife.

Podemos constatar, na atualidade, outros frutos que também foram semeados em momentos conturbados: o movimento “Ocupe o Estelita” (para transformação dos terrenos do Cais José Estelita em parque público) e o “Amigos da Tamarineira” (em prol da transformação dos terrenos do Hospital da Tamarineira em parque público). Ambos são movimentos populares com ativa participação da sociedade, que procuram participar da escolha da forma que o ambiente urbano deveria assumir. Cada um desses movimentos apresentava características próprias, especificidades nas suas táticas de resistência, mas tinham em comum o fato de representarem as ressonâncias de processos reivindicatórios, continuidades da luta em prol da participação nos processos decisórios sobre a configuração urbana que a cidade deve adotar.

A prefeitura do Recife, ao contratar um projeto do escritório do arquiteto Oscar Niemeyer, mundialmente conhecido, para conceber o Parque Dona Lindu, tinha o intuito de agregar valor a esse novo espaço público da cidade. Uma obra de Oscar Niemeyer iria atrair mais turistas para o bairro, pois “o parque seria o novo cartão postal do Brasil”, representava um patrimônio para a capital pernambucana. Pelo menos é o que se pretendia. Entretanto, o conceito de patrimônio está longe de ser consensual, pois várias são as abordagens e as áreas que ele abrange. É importante ressaltar que o parque é um patrimônio urbano construído,

porém, para se tornar um patrimônio histórico-cultural, exige uma complexidade de elementos que, no momento, constitui limites que não permitem ser ele classificado como tal. São limites independentes do interesse mercadológico, do clientelismo ou da manipulação midiática. Se o Parque Dona Lindu, por ser uma obra de Niemeyer, se tornará um patrimônio cultural, isso só o futuro esclarecerá.

A escolha de um arquiteto cuja assinatura atesta uma genialidade unânime seria “fechar” o projeto do primeiro parque público em Boa Viagem com chave de ouro. A realidade da implementação do parque, entretanto, inúmeras vezes teve atos dignos de um folhetim novelesco.

A profunda contradição entre os interesses da sociedade civil e os do Estado nivela uma narrativa sobre injustiças de ambas as partes. Aos poucos, o movimento de mobilização em torno de um parque verde ganhou vida própria, formulou um programa capaz de gerar propostas de políticas específicas, o que propiciou uma projeção nacional. O que se evidencia na análise da implementação do parque é o fato de ser preciso compreender que o processo de mobilização popular contribuiu para o pensamento crítico a respeito da luta contra a especulação imobiliária e valorizou a democratização do processo decisório sobre as políticas urbanas que pleiteiam potencializar o valor de uso em detrimento do valor comercial. A busca de significados a respeito da relação entre a cidade e o urbanismo tem na história urbana uma fonte de interpretação, e essas práticas discursivas fundamentam concepções de narrativas, pontuam matrizes conceituais.

Entender como se concebe a cidade, palco das práticas sociais, a incorporação de espaço e imagem, a partir do que defendem os múltiplos nexos conceituais entre as distintas vertentes que abordam a questão do espaço público, da produção do espaço social, aprofunda as discussões da aparente contradição segundo a qual a cidade do Recife necessita de mais espaços públicos. Que tipos de espaços desejamos ou dos quais precisamos? Não se trata apenas de um reflexo, mas também de um motor indutor de novos paradigmas. Mais do que dotar o bairro de Boa Viagem de um parque público, o que se buscava e ressoava nos discursos dos opositores ao projeto do arquiteto Oscar Niemeyer era “resgatar o direito a uma vida urbana de qualidade”⁹⁷.

Atualmente, as configurações do sistema capitalista cristalizam a cada dia mais a cidade como um centro de consumo voltado para o mercado, e os parques públicos não estão isentos

97 Os parques urbanos, geralmente associados a áreas arborizadas, oferecem ganhos ao ambiente citadino, tais como amenização da poluição atmosférica, um microclima que favorece o conforto ambiental, ameniza a percepção de aridez da cidade e proporciona áreas de contemplação a natureza. Ao dotar o bairro com um Centro Cultural, esses ganhos descolavam-se para uma maior diversidade de opções de lazer, cultura, arte e entretenimento. Porém é necessário enfatizar que em sua maioria ambos os empreendimentos representam uma valorização imobiliária do entorno.

das tensões e conflitos gerados por essas mudanças de perspectivas. A imposição, questionável, do projeto do parque, por parte dos representantes do Estado, gerou processos de mobilização popular, nem sempre espontâneos, que surgiram a partir da convocação de parte da sociedade civil, inicialmente incentivadas pela AMPARQUE e ABPS. Essa resistência foi importante para germinação de uma cultura política de debate, seja ela decorrente do ativismo social, ou não. Dar visibilidade a esses movimentos, apoiando as suas principais formas organizacionais – assembleias, piquetes, mobilizações nas plataformas virtuais etc. –, incentiva a participação popular e a renovação das práticas e instrumentos do planejamento urbano de nossa cidade.

Não por acaso os conflitos em torno da implantação do Parque Dona Lindu tinham como centralidade a ausência de mais espaços verdes em nossa cidade e a necessidade da simples existência de processos participativos que confirmam ao cidadão o direito de escolher a cidade em que querem viver. Cria-se a cidade-mercadoria, a cidade-empresa e a cidade-pátria, mas não seriam essas outras facetas das cidades uma releitura de uma cidade que se apresenta múltipla, como já discorria Ítalo Calvino em “As cidades invisíveis”? Não estariam essas cidades apresentadas como o suporte físico de mudanças e permanências que vão além de suas funções sociais e econômicas?

As cidades contadas por Calvino (1972) deixavam florar seus cheiros, traços, toda a sua subjetividade. Inúmeras vezes, femininas e sinuosas, essas cidades traziam consigo o mistério do imaginário de quem vive suas constantes inquietações e contradições, as ideias daqueles que fazem registros diferentes dos seus significados. Além disso, outros encantos dessa cidade desafiadora que é o Recife, e mostra isso no decorrer de sua história, é tornar-se palco de embates que tinham como foco a questão social e a necessidade de mais atenção por parte do setor público. Não há dúvidas de que essas críticas hoje aparecem na plataforma de reforma urbana da capital, estão presentes na história da cidade e de suas lutas.

Essa é a dinâmica de transformação de algo constante, efêmero, que é a cidade. O Recife e seus projetos urbanísticos trazem na essência ciclos de discursos justificáveis pela implacável “modernização” de seus espaços públicos. Nesta pesquisa, o cenário maior da luta foi o bairro de Boa Viagem. Lá se deu o combate entre os desejosos por mais espaços de contemplação da natureza em um bairro da Zona Sul, caracterizado pelo forte adensamento construtivo, e os que buscavam a prevalência de interesses políticos ou interesses dos grandes proprietários de construtoras ávidas por explorar o mercado imobiliário. Ou, visto de outro ângulo, era a luta dos desejosos por um quintal de luxo que valorize ainda mais os seus imóveis contra aqueles que viam na construção de um centro cultural a forma mais democrática de viabilizar o local.

São perspectivas. Talvez essa seja uma visão estritamente simplista desse fato-social que foi a implementação do Parque Dona Lindu ou, pior, uma visão maniqueísta que caracteriza determinado lado como o representante do bem e o outro como o “lado sombrio da Força”, o que faz dessa análise um caminho perigoso a ser percorrido. O projeto apresentado por Niemeyer destoava do entorno? Não era uma obra significativa, bem diferente do que pretendia a prefeitura quando optou pela concepção do projeto ficar a cargo do escritório de Oscar Niemeyer? São questões conceituais que, como não foram abordadas nesta dissertação, não podem ser respondidas, pois não temos o arcabouço técnico suficiente para tratar dessas análises arquitetônicas.

Usando uma justificativa de cunho ideológico, poderíamos, a partir da hipótese de que a escolha do Escritório de Niemeyer como responsável pela concepção do Parque Dona Lindu faz parte da tentativa de popularizar as obras de um arquiteto tão renomado (incentivada pelo Governo Federal), pois outras gestões de cidades do Brasil, inclusive cidades nordestinas, já tinham tomado postura similar à do então prefeito da cidade. Contudo é de conhecimento notório que o parque atualmente é bastante utilizado pela comunidade e seu entorno. E, mesmo sendo uma obra de Oscar Niemeyer, esse complexo de lazer recém-inaugurado já apresenta características de falta de manutenção e vários equipamentos já estão danificados.

É inegável o entendimento de que a construção de um parque público naqueles terrenos ainda carentes de edificações foi importante, e caracterizá-lo como um parque ou como um centro cultural e comercial pode ser que não tenha tanta relevância. O Parque Dona Lindu é cercado por residências da classe média alta e evidencia o ambiente construído de suas edificações e esplanada, diferentemente do parque verde almejado por parte dos moradores do bairro. O que percebemos, no entanto, é que foi eficiente o processo de apropriação desse espaço pelos usuários. Talvez pela extrema necessidade de espaços públicos no bairro, o que justificaria que qualquer equipamento público seria bastante utilizado naquele local. Enfim, determinados projetos urbanos conseguem realmente remodelar a cidade, pois, ao mesmo tempo em que transformam o espaço, mudam também a imagem da cidade, alterando a sua fisionomia e suas identidades.

A concepção de parque solicitado pela prefeitura ao escritório de Niemeyer causou bastante discórdia. Representantes da sociedade civil (AMPARQUE e APBS) questionavam o modelo adotado, pois não representava os anseios da população, e passaram a discutir a implantação do proposto Centro Cultural em outro local da cidade (Cais José Estelita, Pina, rua da Aurora e Vila Naval), como já mencionado nesta pesquisa. As pessoas precisam criar laços de identificação com o espaço em que vivem e de que se apropriam. A impressão que temos

é que aquele equipamento público poderia muito bem ser deslocado para outro ambiente da cidade sem maior comprometimento de sua concepção.

Ao adentrarmos no cerne desta questão, traçamos um paralelo com a temática trabalhada no romance do escritor angolano, José Eduardo Agualusa, em seu livro *O vendedor de Passados*. Agualusa, nesse romance, constrói uma sátira da sociedade angolana. O personagem principal, Félix Ventura, tem como profissão inventar passados gloriosos para os seus clientes, em sua maioria emergentes sociais. Ventura elabora árvores genealógicas de luxo para seus contratantes que não tinham um passado notório. Essas amarrações têm o intuito de construir identidades, senso de pertencimento, valorização e reconhecimento social, apesar de serem passados falsos.

Neste momento em que procuramos estabelecer enlaces entre o romance de Agualusa e o Parque Dona Lindu, emerge o questionamento acerca do papel do historiador em contar ou criar histórias, que não são, e nem devem ser, compreendidas como verdades absolutas. Ao buscarmos construir a narrativa perceptível na implementação do parque, evidenciamos que a História não se restringe a uma mera descrição cronológica de fatos ou feitos realizados por ilustres personagens. Questionamos, nesse processo de implantação do Parque, envolto por polêmicas e discórdias, se em algum momento se necessitará de um passado glorioso. A história do parque, que já apresenta um presente e um futuro próspero, talvez necessite de um passado à altura, e o historiador, assim como o escritor, deixa, mesmo sem querer, escapar as marcas de sua ausência de imparcialidade.

O que também pretendemos, no decorrer desta dissertação, foi dar voz aos descontentes, àqueles que insistentemente propagavam suas ideologias, pois a constituição do movimento de implementação do parque no bairro de Boa Viagem efetivou-se como um movimento regional de protesto. As táticas do movimento o qual primeiramente almejava transformar um espaço em desuso em um espaço público, em um espaço político, aberto ao debate, gradativamente, consolidou-se como um instrumento simbólico. E assim conseguiu o que tanto almejava: participar do processo de implementação do Parque. Entretanto, temos a consciência de que, subjacentes a determinados atos, existiam interesses que permeavam todo o discurso. A partir da interpretação das informações constantes nos jornais, revistas e depoimentos daqueles que colaboraram, direta ou indiretamente, com a construção das relações existentes nesse fato-social, pudemos captar como os diversos atores reagiam aos momentos de conflitos, construíam suas reflexões e revelavam seus descontentamentos. Dessa forma, conseguimos tecer essa trama inquietante cujo protagonista foi a implementação de um parque público no bairro de Boa viagem (Recife-PE).

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Sérgio Luís. Espaço público: do urbano ao político. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.
- AGUALUSA, José Eduardo. O vendedor de passados. Editora Gryphus, 2ª edição. Rio de Janeiro, 2011.
- ALBERNAZ, Paula. Reflexões sobre o espaço público atual. IN: LIMA, E. e MALEQUE, M. (org.). Espaço e cidade: conceitos e leituras. Rio de Janeiro. 7 letras, 2007.
- ALBERTI, Verena. De versão a narrativa no manual de história oral. História Oral, v. 15, n. 2, p. 159-166, 2012.
- AMORIM, Luiz Manuel do Eirade. Obituário arquitetônico: Pernambuco Modernista. Recife, Gráfica Santa Marta, 2007.
- ARANTES, Otília. VAINER, Carlos. MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ. Editora Vozes. 2000.
- ARANTES, Pedro Fiori. O grau zero da arquitetura na era financeira. Novos estudos 80. p. 175-191. 2008.
- ARAÚJO, Rita de Cássia Barboza de. As praias e os dias: história social das praias do Recife e de Olinda. Recife, Fundação de Cultura Cidade de Recife, 2007.
- ARRAIS, Raimundo. O Pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo, Humanistas/FFLCH. USP, 2004.
- ARENDT, Hannah. A condição Humana. 10ª edição Editora Florence Universitária, 1999.
- _____. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.
- BARATA, Mário. A arquitetura como plástica e a importância atual da síntese das artes. In: XAVIER, Alberto. Depoimento de uma geração. 2003. p.318-322.
- BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BLOCH, Marc. Apologia da história ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. O poder do simbólico. Lisboa: Difel, 1986.
- CALVINO, Ítalo. As cidades invisíveis. Tradução Diogo Mainardi. 2ª edição, 14ª reimpressão.

Companhia das Letras, 1972.

CAMPOFIORITO, Quirino. Artes plásticas na arquitetura moderna brasileira. In: XAVIER, Alberto, Depoimento de uma geração, 2003. p.322-326.

CAPANEMA, Gustavo. Depoimento sobre o edifício do Ministério da Educação. In: XAVIER, Alberto. 2003. p.121-131.

CARDOZO, Joaquim. Arquitetura Brasileira. in Módulo, Rio de Janeiro; nº 1, mar. 1955.

_____. Forma Estática – Forma Estética. Módulo, Rio de Janeiro; nº 10, p. 3-6. 1958.

_____. Algumas Ideias novas sobre arquitetura. Módulo, Rio de Janeiro; nº 33, p. 1-7. 1963.

_____. Sobre o problema do ser e do estruturalismo arquitetônico. Revista do IAB_GB. n.45. 1966.

_____. O episódio de Pampulha. In: XAVIER, Alberto. Depoimento de uma geração. São Paulo, 2003. p.145-8.

_____. Dois episódios da Arquitetura Moderna Brasileira. In Módulo 4. Rio de Janeiro. 1956.

_____. O episódio de Pampulha. In: XAVIER, Alberto. Depoimento de uma geração. São Paulo, 2003. p.145-8.

CARTA DO DIREITO À CIDADE. Documento produzido a partir do Fórum Social Mundial Policêntrico de 2006.

CASTELLS, Manuel. Redes de Indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Tradução Carlos Alberto Medeiros. 1ª Edição. Rio de Janeiro, Zahar, 2013.

CASTELLS, Manuel & BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. In: novos estudos, CEBRAP nº 45, 1996.

CAVALCANTE, Lauro. LAGO, André Corrêa. Ainda moderno? Arquitetura Brasileira Contemporânea. Revista Vitruvius, Arquitextos 066, ano 06. 2005.

CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2ª edição, Rio de Janeiro. Florense Universitária, 2007.

_____. A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer; 20 ed. Tradução de Ephraim

Ferreira Alves. Petropolis, RJ: Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: Entre as Práticas e as Representações. Rio de Janeiro, 1985.

CHOAY, Françoise, Alegoria do Patrimônio, tradução de Luciano Vieira Machado. 3ª edição. São Paulo. UNESP, 2006.

_____, A regra e o modelo. São Paulo: Editora Perspectiva, 1985.

COMAS, Carlos Eduardo. Arquitetura Moderna Brasileira: uma experiência a reconhecer. In GUERRA, Abílio. Arquitetura moderna estilo Corbu, Pavilhão brasileiro. AU n.26. 1989. p. 92-101.

_____. Sobre história da arquitetura moderna brasileira, 1. São Paulo: Romano Guerra, 2010. p.63-78.

_____. Textos fundamentais da arquitetura moderna brasileira. Parte 2. São Paulo: Romano Guerra, 2010, p.131-168.

CORDEIRO, Aristóteles Lobo de Magalhães. IRELAND, Mariama da Costa. Um projeto de Niemeyer marca o ponto mais oriental das Américas. 111.07ano 10, ago. 2009. <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.111/38>. Acesso em 21.11.2015.

COSTA, Lúcio. Ministério da Educação e Saúde. Lucio Costa; sobre arquitetura. Porto Alegre. Uniritter, 2007, p.57-62.

_____. “Razões da nova arquitetura (1936)”, “Uma Escola Viva de Belas Artes”, “A situação do ensino das Belas Artes” In: XAVIER, Alberto. Depoimento de uma geração, 1987. p.39-52, 47-51, 57-63.

COSTA, Lúcio. WARCHAVCHIK, Gregori. BURLE MARX, Roberto. Síntese entre arquitetura e natureza tropical (1) Abilio Guerra. 029.05ano 03, out. 2002. <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.029/740>. Acesso em 04.02.2014.

COSTA, F. A. Pereira da. Arredores do Recife. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2013.

DE LUCA, Tânia Regina. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes históricas. São Paulo, editora Contexto. 2006.

DINIZ, Fernando. A construção de uma cidade moderna: Recife (1909-1926). Dissertação Mestrado em Desenvolvimento Urbano. Centro de Artes e Comunicações. UFPE, Recife, 1994.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa. Coordenação e edição Marina Baird Ferreira. 8. Edição. Curitiba, Positivo, 2010.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. Arqueologia do saber. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7 edição. Florença Universitária, 2005.

_____. O que é um autor? (1996). Tradução: Inês Autran Dourado Barbosa. In: Ditos e escritos, III: Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

GUIMARÃES, Arthur Marcel Brasileiro. Projeto de Oscar Niemeyer para João Pessoa. Turismo e degradação da paisagem natural. 062.02 João Pessoa PB. Brasilano 06, set. 2005. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/06.062/1968>. Acesso em 25 de maio de 2014.

HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1983.

_____. O Discurso Filosófico da Modernidade, Lisboa, Publicações Dom Quixote. 1990.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HARVEY, David. A justiça social e a cidade. Prefácio e tradução de Armando Corrêa da Silva. Editora Hucitec, São Paulo, 1980.

_____. A produção capitalista do espaço. São Paulo. Annablume, 2005.

_____. Cidades rebeldes: do direito a cidade à revolução urbana. Tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. Tradução Ermínia Maricato...[et al]. 1. Ed. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

_____. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. In: Espaço e Debates, São Paulo, ano XVI, n.39, 1996.

_____. Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas. Tradução João Alexandre Peschanski... São Paulo, Boitempo: Carta Maior, 2012.

_____. Para entender o capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo, SP:

Boitempo, 2013.

HOLANDA, Frederico de. Oscar Niemeyer: de vidro e concreto. Brasília: FRBH, 2010.

HUNT, Lynn. A Nova História Cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

IPHAN. Cartas Patrimoniais. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

JACOBS, Jane. Morte e vida das grandes cidades. Tradução Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KLIASS, Rosa Grena. Parques urbanos de São Paulo e sua evolução na cidade. São Paulo, Pini, 1993.

LAKATOS, Eva Maria. Fundamento da metodologia científica. 6 edição, 7ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2009.

LE CORBUSIER. O espírito sulamericano. In: PEREIRA, Margareth et al. Le Corbusier e o Brasil. São Paulo: Tessela/Projeto, 1987. p. 70-71.

LE GOFF, Jacques. A História Nova. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

_____. História e memória. Tradução de Bernardo Leitão. 5ª edição. Campinas – SP. Editora da UNICAMP, 2003.

_____. Por amor às cidades. Conversação com Lebrun. Tradução: Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo. Fundação Editora da UNESP, 1998.

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

_____. O direito à cidade. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo. Editora Centauro, 2001.

_____. La producción del L'espace. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins, 4ª éd. Paris. Éditions Anthropos, 2000. 1ª versão, fev/2006.

_____. La producción del espacio. Introdução e tradução de Emilio Martínez Gutiérrez. Coleção Entrelíneas, 2013.

LEITÃO, Lúcia. As praças que a gente tem, as praças que a gente quer: manual de procedimentos para intervenção em praças. Recife, 2002.

LEITE, R. P; PEIXOTO, P. Políticas urbanas de patrimonialização e contra revanchismo: o Recife Antigo e a Zona Histórica da Cidade do Porto. Cadernos Metrópole 21. ano 2009.

LINO, Sulamita Fonseca. A arquitetura moderna latino-americana nas publicações do MOMA: uma modernidade inventada? Revista Vitruvius, Arqtextos 153. 03, ano 13, fev. 2013. <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/13.153/4662>.

LIRA, Jose Tavares. Fraturas de vanguarda. São Paulo: Cosac & Naify, cap 5 Antinomias da Vanguarda, 2010, p.81-105.

MARX, Karl. ENGELS, Fridrich. Manifesto do partido comunista. Tradução de Sueli Tomazzini Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2006.

MARX, Karl. O Capital: critica da economia política. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Editora Nova Cultural. São Paulo, 1996.

MARX, Roberto. “Conceitos de Composição em Paisagismo” e “Considerações Sobre Arte Brasileira” in: MARX, Roberto Arte e Paisagem. Conferências escolhidas. São Paulo: Nobel, 1987.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. Tempo de Jornal. Apresentação e organização de Leonardo Dantas Silva. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1998.

MERCHAN HERENA, Cristobal Vicente. A dinâmica da transformação: resgate da memória do processo de urbanização da Avenida Boa Viagem. Dissertação de mestrado Universidade Federal de Pernambuco, Desenvolvimento Urbano, 1992.

MOREIRA, Fernando. Le Corbusier na terra das “serpentes gigantes”: sobre paisagem e projeto moderno. In Cadernos de Arquitetura e Urbanismo (PUCMG), v. 15, p.61-77, 2008.

NIEMEYER, Oscar. “A forma na arquitetura”, “Contradição na arquitetura”, “Depoimento” In: XAVIER, Alberto. Depoimento de uma geração, pp.141-145, 238-240, 245-248.

_____. Considerações sobre a arquitetura brasileira. In Módulo, Rio de Janeiro, 1957.

NIEMEYER, Oscar. Forma e função na Arquitetura. In Módulo, v.4, n.21, 1960.

_____. Oscar Niemeyer: 1999-2009. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

NOVO RECIFE EMPREENDIMENTOS LTDA. Relatório de empreendimento de impacto: empreendimento Novo Recife, 2011.

PANERAI, Philippe. Análise urbana. Tradução Francisco leitão. Brasília. Editora Universitária de Brasília, 2014.

PEDROSA, Mário. O depoimento de Oscar Niemeyer. in XAVIER, Alberto, Depoimento de

NUNES, Luiz. Uma diretoria de arquitetura. In: XAVIER, Alberto. Depoimento de uma geração, 2003. p.255-259.

PEREIRO PÉREZ, Xerardo. “Património cultural: o casamento entre património e cultura”, em ADRA n.º 2. Revista dos sócios do Museu do Povo Galego, 2006.

_____. “Patrimonialização e transformação das identidades culturais”, em Portela, J. e Castro Caldas, J. (coords.): Portugal Chão. Oeiras: Celta editora, 2003.

PESANVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra História: imaginando o imaginário. Revista Brasileira de História, n.29, 1995.

_____. História & História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. Muito Além do espaço: por uma história cultural do urbano. Estudos históricos, Rio de Janeiro: CPDOC, n.16, 1995.

PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes históricas. São Paulo, editora Contexto. 2006.

PONTUAL, Virginia. O urbanismo no Recife: entre ideais e representações. R.B. Estudos Urbanos e Regionais, nº 2, 1999.

PREFEITURA DO RECIFE DA CIDADE DO RECIFE. Código do Meio Ambiente e do Equilíbrio Ecológico, Lei n. 16.243/1996.

PREFEITURA DO RECIFE. Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife. Lei n. 16.176/1996. Disponível em <http://www.legiscidade.recife.pe.gov.br/16176>. Acesso em 16 de março de 2014.

PREFEITURA DO RECIFE. Revisão do Plano Diretor do Município do Recife. Lei n. 17.511/2008.

PREFEITURA DO RECIFE. Folder, 2007. Arquivo EMLURB.

RESENDE, Antônio Paulo. Desencantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX. Recife: FUNDARPE, 1997.

_____. O Recife: histórias de uma cidade. Organização Magda Almeida – Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2002.

RIBEIRO, Rafael Winter. Paisagem Cultural e Patrimônio. Rio de Janeiro. IPHAN/COPEDOC. 2007.

RIEGL, Alois, O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese, Goiana, Editora

da UGG, 2006.

ROLNIK, Raquel. Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de Reforma Urbana no Brasil”. In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.11, n. 2, nov. 2009.

_____. O que é cidade. São Paulo. Editora Brasiliense, 2004. (Coleção Primeiros Passos, 203).

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social ou princípio do direito político. Tradução Pietro Nassetti. Editora Martins Claret. 2006.

RUBINO, Silvana. Gilberto Freyre e Lucio Costa ou a boa tradição. In GUERRA, Abílio. Sobre história da arquitetura moderna brasileira, 1. São Paulo: Romano Guerra, 279-298.

SÁ, CARNEIRO, Ana Rita; MESQUITA, Liana de Barros. Espaços livres do Recife. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife. Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita e SILVA, Aline de Figueiroa. Os prenúncios do paisagismo moderno: O Parque do Derby no “Novo Recife de 1925”. Textos para discussão – Nº 09: Série Conservação Urbana. CECI. Olinda, 2007.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita. Parque e paisagem: um olhar sobre o Recife. Editora Universitária da UFPE, 2010.

SEGAWA, Hugo. Ao amor do público: jardins do Brasil. São Paulo. Studio Nobel: FAPESP, 1996.

SALDANHA, Nelson. O jardim e a praça: o privado e o público na vida social e histórica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão e outras reflexões. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães. 2011. (Coleção o pensamento político V.3).

SERPA, Angelo. O espaço público na cidade contemporânea. São Paulo; Contexto, 2007.

SILVA, V. R. F. Patrimônio, Memória e Mercadoria: uma reconstrução arquitetônica em Ouro Preto, Minas Gerais. Pelotas: 2011. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural).

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. A vez do direito social e da discriminação dos movimentos sociais. In: Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. Editora Boi Tempo: Carta Maior. São Paulo, 2003.

- THOMPSON, E.P. Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- THOREAU, Henry. Desobediência Civil. Tradução Sérgio Karam. Porto Alegre: L&PM, 2011.
- VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: nota sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. Rio de Janeiro, IPUR, 2003.
- VAINFAS, Ronaldo. Micro-história. Os protagonistas anônimos da História. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- VELOSO, Marisa O Fetiche do Patrimônio. Revista Habitus. Goiânia, v.4, n.1, p.437-454, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://seer.ucg.br/index.php/habitus/article/viewFile/363/301>.
- WARCHAVCHIK, Gregori. “Acerca da Arquitetura Moderna” e “Arquitetura do Século XX” (partes 1-3) in Gregori Warchavchik. Arquitetura do Século XX e outros escritos. São Paulo: Cosac Naify, 2008, pp.33-38, 63-87.
- ZANCHETI, Sílvio Mendes; DOURADO, Catarina; CAVALCANTI, Fábio; LIRA, Flaviana; PICOLLO, Rosane. Da autenticidade nas cartas patrimoniais ao reconhecimento de suas dimensões na cidade. Textos para discussão – Série 3: Identificação do patrimônio cultural. CECI. V 37. Olinda, 2008.

Sites consultados:

<https://www.change.org>
<http://www2.condepefidem.pe.gov.br>
<http://www.diariodepernambuco.com.br>
<http://www.jconline.ne10.uol.com.br>
<http://www.portal.iphan.gov.br>
<http://www.planalto.gov.br>
<http://www.prefeitura>
<http://www.recife.pe.gov.br>
<http://seer.ucg.br>
<http://www.ufpe.br>
<http://www.vitruvius.com.br>
<http://www.youtube.com>

Jornais

Jornais

1. Diário de Pernambuco:

Áreas em Boa viagem podem virar parque, Recife, Caderno Vida Urbana, 29.04.2004, p. B12;

Domingos no parque, Recife, Caderno Vida Urbana, 29.04.2004, C1; Mutirão pede parque para Boa viagem, 29.08.2004; Parque une moradores de Boa Viagem, Recife, Caderno Vida Urbana 18.07.2004, p. A15; Boa Viagem pode ganhar nova praça, 26.12.2004; PEREIRA, Luce. Briga pelo parque, Recife, coluna Vida Urbana, 03.02.2005, p. B08; Estado Promete apoio a criação de parque. Recife, Caderno Vida Urbana, 06.07.2005, p.A7; Parque em Boa Viagem recebe aval da União, 10.10.2005; Domingo de manifestação por parque, Recife, Caderno Vida Urbana, 27.11.2005, p. C1; Por que um parque em Boa Viagem?, 05.04.2006; Nome do parque, 29.09.2006; Niemeyer falsificado, 28.02.2007; Parque tem falso projeto apresentado, Recife, Caderno Vida Urbana, 28.02.2007, p.C1; Projeto promete polêmica, 21.03.2007; MUNIZ, Petrônio R. G. O Parque de Boa Viagem: devagar com andor, Recife, 27.03.2007, Caderno Opinião; Manifestantes plantam 120 mudas em protesto, 22.04.2007; O equívoco de Niemeyer, 28.04.2007; Prefeitura recua e apresenta nova versão de projeto, 02.06.2007; Associação quer mudança, 31.10.2007.

2. Diário Oficial

Requerimento propõe a criação de um parque em Boa Viagem, Recife, 24.07.2004, ano XIV nº 263, Poder Legislativo Municipal; Parque, 19.10.2006; Câmara aprovava nome do Parque Dona Lindu, 26.10.2006; Parque em Boa Viagem recebe nome de Dona Lindu.

3. Jornal do Comercio:

Moradores defendem parque em Boa Viagem, Recife, 01.06.2005, capa, p.04; Manifestação pede construção de parque, 06.06.2005; União libera terrenos para construir parque, Recife, Caderno Cidades, 07.09.2006, p.06; Oscar Niemeyer conclui em um mês projeto de parque na orla recifense, Recife, Caderno Cidades, 26.09.2006, p.03; Juiz avalia pendência de parque em 15 dias, Recife, Caderno Cidades, 15.02.2007, p.04; Centro Cultural em Boa Viagem é aprovado, Recife, Caderno Cidades, 03.03.2007, p.06; Projeto de parque será apresentado no dia 12, Recife, Caderno Cidades 09.03.2007, p.02; Novo Parque vai ter até teatro, Recife, Caderno Cidades, 13.03.2007, p.06; Comunidade quer mudar traçado do parque na orla, Caderno Cidades, Recife, 15.03.2007, p.04; BARROS e SILVA, Paulo Roberto de. Cadê o parque, Recife, Caderno Opinião, 18.03.2007, p. C; Parque Dona Lindu: todos contra projeto de Niemeyer, Recife, Caderno Cidades, 08.04.2007, p.05; COSTA, João. Um parque para cidade, Recife, Caderno Opinião, 17.04.2007; Sugerida outra área para obra de Niemeyer, Recife, Segunda Capa, 17.04.2007, p.02; Área de parque pode virar Zepa, Recife, Caderno Cidades, 19.04.2007, p.04; Arquitetura e marketing, Recife, Caderno Opinião, 21.04.2007; Mudas em

sinal de protesto contra parque, Recife, Caderno C, 22.04.2007, p.A16; Prefeitura isola área e restringe plantação, Recife, Segunda Capa, 22.04.2007, p.02; SILVA, Leandro Dantas. O parque da discórdia, Recife, Caderno Opinião, 01.05.2007; O parque de Boa Viagem, 01.05.2007; Grupo quer embargo de projeto, Recife, Caderno Cidades, 01.05.2007, p.10; Projeto final de parque sai em 30 dias, Recife, Caderno Cidades, 11.05.2007, p.12; Prefeito ataca opositores do parque, Recife, Caderno Cidades, 12.05.2007, p.10; Deputados propõem plebiscito para parque, Recife, Caderno Cidades, 17.05.2007, p.12; Manifesto repudia ação de prefeito, Recife, Caderno Cidades, 19.05.2007, p.10; CARNEIRO, Raimundo. O parque Dona Lindu, Recife, Caderno Opinião, 20.05.2007, p.A15, MUNIZ, Petrônio R. G. O parque da cidadania, Caderno Opinião, 24.05.2007, p.07; Obra de Niemeyer é alvo de enquete, Recife, Caderno Cidades, 26.05.2007p.06; Parque terá 61% de área verde, Recife, Caderno Cidades, 02.06.2007, p.06; Maquete de parque exposta na orla recifense, Recife, Caderno Cidades, 07.06.2007, p.04; Custo do parque sobe R\$ 11 milhões, Recife, Caderno Cidades, 15.10.2007, p.12; Desapropriação vai custar caro, Recife, Caderno Cidades, 16.06.2007, p.02; Parque Dona Lindu fica 64% mais caro, Recife, Capa, 15.10.2007, p.01; BUARQUE, Sérgio C. O parque da discórdia, Caderno Opinião, 15.11.2007; Licitação de parque ameaçada, Recife, Caderno Cidades, 23.11.2007, p.06; SILVA, Paulo Roberto de. Burla no parque, Caderno Opinião, 18.12.2007. p.13; Nova ação suspende licitação do parque, Recife, Caderno Cidades, 28.12.2007, p.08; Associação pede que TCE fiscalize parque, Recife, Caderno Cidades, 09.01.2008, p.10; Protesto pede área verde na Zona Sul, Recife, Caderno Cidades, 23.02.2008, p.06; Licitação de parque é suspensa novamente, Recife, Caderno Cidades, 15.03.2008, p.06; Ação quer anular licitação de parque, Recife, Caderno Cidades, 26.03.2008, p.05; Prefeituráveis sugerem alternativa ao parque Dona Lindu, Recife, Caderno Cidades, 31.03.2008, p.08; Entidade critica postura de prefeito, Recife, Caderno Cidades, 05.04.2008, p.10; Justiça libera obra de parque, Recife, Caderno Cidades, 11.04.2008, p.06; Obra de parque é suspensa outra vez, Recife, Caderno Cidades, 19.04.2008, p.10; Grupo alerta para impactos do parque, Recife, Caderno Cidades, 07.06.2008, p.05; Lula voltará ao Recife para inaugurar Parque, Recife, Caderno Política, 12.2008, p.04; Lula inaugura o Dona Lindu no próximo dia 30, Recife, Caderno Cidades, 12.12.2008, p.06; Lula abre parque Dona, Recife, Caderno Política, 30.12.2008, p.06; João Paulo de alma lavada, Recife, Caderno Política, 31.12.2008, p.06; Ano marcado por polêmicas, Recife, Caderno Cidades, 31.12.2008, p.06; Dona Lindu ainda sem prazo para ficar pronto, Recife, Caderno Cidades, 01.02.2009, p.06; Dona Lindu agora só no segundo semestre, Capa dois, 06.03.2009, p.02; Dona Lindu sem data de entrega, Recife, Caderno Cidades, 12.11.2009, p.06; Prefeitura sem prazo para concluir

o parque, Capa, 12.11.2009, p.01; Dona Lindu agora só fica pronto em julho, Recife, Caderno Cidades, 13.11.2009, p.08; Dona Lindu agora é prá valer, Recife, Caderno Cidades, 23.03.2011, p.06.

4. O Globo

Parque Dona Lindu causa polêmica em Recife, Caderno O País, 20.05.2007, p.13.

Lista de Entrevistados:

Alberto Carrano Moreira (Prof. UFRPE e vice-presidente da AMPARQUE à época)

Circe Monteiro (Prof.^a UFPE)

Isabelle Meunier (Prof.^a UFRPE)

João Paulo Lima e Silva (Prefeito da cidade do Recife à época)

José de Souza Brandão (Prof. UFPE)

Luce Pereira (Jornalista)

Luiz Manuel do Eraide Amorim (Prof. UFPE)

Lúcia Leitão (Prof.^a UFPE)

Lúcia Veras (Prof.^a UFPE)

Luiz Gois Vieira Filho (Prof. UFPE)

Luiz Helvécio (Vereador à época)

Ney de Brito Dantas (Prof. UFPE e Coordenador do Curso de Arquitetura e Urbanismo UFPE à época)

Onilda Bezerra (Prof.^a. UFPE)

Petrônio Martins (Presidente da AMPARQUE à época).

APÊNDICE

1. QUESTIONÁRIO

Nome do entrevistado:

Profissão:

Data da entrevista:

01) Para você o que significou a assinatura do arquiteto Oscar Niemeyer para efetivar o projeto do Parque Dona Lindu? É um projeto de um parque público?

02) É um projeto de um parque público?

03) Pode-se afirmar que o que predominou na implementação do Parque Dona Lindu foi uma vontade política?

2. Transcrição: Campanha veiculada pela Prefeitura do Recife para viabilizar a implantação do Parque Dona Lindu, Prefeitura do Recife, 2008.

Boa Viagem,

Aqui a natureza caprichou de verdade e criou uma das paisagens mais bonitas do Brasil. Mas aqui também, há um problema grave: a grande concentração de prédios. Apesar da orla, da praia, as pessoas vivem sufocadas entre tanta pedra e cimento. Era preciso agir. E a prefeitura do Recife agiu. Agora a cidade vai respirar melhor. Nesse terreno de 33 mil metros quadrados. Avaliado em R\$ 82 milhões de reais, o setor imobiliário estava pronto para construir 3 novos prédios de 47 andares. Outros espigões também já estavam sendo projetados. Construções que serviriam apenas ao lucro e ao prazer de poucos privilegiados. Essa gigantesca parede de concreto e aço seria mais uma nova provocação à natureza. Esconderia o verde e as ondas do mar. Fecharia o céu. Apagaria as estrelas. Você, certamente, não ficaria feliz com isso. Por essa razão a prefeitura do Recife disse não a essa ideia. Junto ao governo federal, a prefeitura do Recife conseguiu a cessão da área e, atendendo a maioria das sugestões da comunidade, vai construir no local um grande parque: um lugar de encontro, área verde, espaço de cultura e lazer para pessoas de toda cidade.

O Parque Dona Lindu terá 60% de área verde, teatro moderno, salas de exposição, praça, jardim, pistas para caminhada, mirante, área livre para eventos culturais, quadras poliesportivas, parque infantil e áreas de lazer. Como acontece com obras de Oscar Niemeyer, em grandes cidades do mundo. Porque vai virar também atração turística. Vai gerar negócios, emprego e renda para muita gente. Vai ser bom para o Recife. E bem melhor para você.

3. Transcrição: Campanha veiculada pela Prefeitura do Recife para viabilizar a implantação do Parque Dona Lindu. Prefeitura do Recife, 2008.

Sede do Partido Comunista – PARIS

Serpentine Galery – LONDRES

Editora Mondado – MILÃO

Pampulha – BELO HORIZONTE

Parque do Ibirapuera – SÃO PAULO

Museu da Arte Contemporânea – NITERÓI

Congresso Nacional – BRASÍLIA

Algumas das cidades mais importantes do mundo exibem com orgulho obras de Oscar Niemeyer, um gênio da arquitetura. E agora é a vez de Recife.

4. Transcrição: Campanha veiculada pela Prefeitura do Recife para viabilizar a implantação do Parque Dona Lindu. Prefeitura do Recife, 2008.

Boa Viagem,

Nesse terreno seria construído 3 grandes edifícios de 47 andares,

outros espigões também já estavam sendo projetados,

mas a prefeitura do Recife disse NÃO.

Aqui vai surgir o novo parque da cidade com lazer, cultura e área verde para as pessoas se encontrarem.

Parque Dona Lindu,

Orgulho do Recife,

Cartão postal do Brasil.

5. Depoimento de Oscar Niemeyer (transcrição),

“Não fiz uma coisa monumental, fiz uma coisa moderna, de bom gosto, bem distribuído os edificios criando uma harmonia entre eles...é isso assim. É uma arquitetura que não é figurando o monumental, mas é uma arquitetura pura, moderna, de formas simples, cumprindo o destino. É uma coisa simples, vai ter museu, auditório, vai distribuir um espaço grande. Agora tem que quando a arquitetura está presente assim com 2 ou 3 edificios não pode ter um jardim em volta dela. Eu deixei para dar ênfase, mostrar a grandeza da arquitetura, você tem que ver os prédios em conjunto, vê um contrastando com o outro, mostrando a ligação que se procurou no plano geral de modo que é muito importante. Acho que o que tem de vegetação lá já era o bastante para ligar com a arquitetura sem cobrir os prédios.

A importância do Parque Dona Lindu: ali deve ser qualquer coisa de que a ideia que o Recife está rejuvenescendo com prédios novos, com o problema da cultura se expandindo...era muito importante para Recife como cidade, poder ir ao Recife para ver o museu novo, a cidade para cidade, para ela crescer, um Recife diferente, vai ter um museu fantástico, vai ter ligação com o exterior, faz projeções para fora, reuni o povo em volta. Isso é que é importante. A gente trabalha em função do ambiente. Que de um prédio você vice os outros, que do prédio você vice o mar. Agora é um parque, um conjunto assim cultural e que tem que ter um sentido arquitetônico, cultural e diferente. Que os prédios sejam vistos ao mesmo tempo, um contrastando com o outro. Ali é uma coisa cultural, é a cidade crescendo, mostrando que está modernizada, não só a coisa dos prédios antigos que contam a cidade, mas ela está no tempo atual também com os grandes museus, os grandes shows”⁹⁸.

98 depoimento do arquiteto Oscar Niemeyer sobre a concepção do Parque Dona Lindu veiculada no endereço virtual <http://www.youtube.com/watch?v=-7k1guJyPuc> em 2007.

6. Transcrição: Letra da paródia do Grupo Quanta Ladeira baseado do jingle cantado por Alceu Valença para a propaganda em prol do parque Dona Lindu⁹⁹.

Dona Lindu

Fizeram um parque esquisito na praia de Boa Viagem

Botaram dois prédios redondos em formato de XXXX.

O parque é feio de cima, de costa e de frente

Fizeram tudo diferente

Foderam a mãe do presidente

A Dona Lindu

Dona Lindu é o parque mais feio de Boa Viagem.

É todo concreto, e num tem nem um pé de bambu

Oscar Niemeyer, arquiteto idoso

Fez um projeto feioso

Só para comer o velho XXXX de Dona Lindu

⁹⁹ (Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=c66MMstNTBE>).

APÊNDICE



2008



05.2008



06.2008



07.2008



07.2008



07.2008 (Aterro do Estacionamento)



07.2008 (Restaurante, Bilheteria, Adm., segurança)



07.2008 (Bloco de Exposição)



07.2008



07.2008



2011

Ilustração 21: Evolução da obra

Fonte: autor, baseado em dados disponíveis no Arquivo URB-Recife

ANEXOS

Dados do Projeto	
Quadro de áreas	
Área total do terreno.....	27.166,68m ²
Área total construída.....	6.280,65m ²
Área verde total (60%).....	16.300,20m ²
Valor da obra:.....	28.717.470,16
População beneficiada:.....	400.000 habitantes
Início: 07.04.2006 e término: 03.11.2008	
Áreas de construção	
Teatro.....	3.784,10m ² (nº de assentos 540 lufares)
Pavilhão de Exposições.....	1.491,50m ²
Administração, bilheteria e segurança.....	65,90m ²
Restaurante.....	266,50m ²
Central técnica.....	371,15m ²
Sanitários, fraldário e posto médico.....	78,50m ²
Pista de cooper:.....	500m
Pista de skate:.....	01 unidade
Playground:.....	01 unidade
Quadra poliesportiva:.....	01 unidade
Passeios:.....	3.053,43m ²
Nº de vagas no estacionamento:.....	327
Vegetação:.....	3.064 unidades

Ilustração 23: Dados do Projeto do Parque Dona Lindu

Fonte: autor, baseado em dados coletados no arquivo da URB-Recife

ANEXOS

Nome comum	Nome científico	Quantidade	Condição
Azeitona	<i>Syzygium cumini</i>	2	A
Baobab	<i>Andansônia digitata</i>	1	M
Caibreira	<i>Tabebuia caraiba</i>	1	A
Cajueiro	<i>Anacardium occidentale</i>	4	M
Carolina	<i>Adenantha pavonina</i>	1	M
Coqueiro	<i>Cocos nucifera</i>	56	A
Coração-de-negro	<i>Poecilanthe parviflora</i>	17	A
Fruta-pão	<i>Artocarpus altílis</i>	1	A
Jambo	<i>Syzygium malacensis</i>	1	A
Jucá	<i>Caesalpineia ferrea</i>	5	M
Mangueira	<i>Mangifera indica</i>	2	A
Mata-fome	<i>Pitheclobium dulce</i>	25	A
Oitizeiro	<i>Moquilea tomentosa</i>	1	A
Paineira	<i>Chorisia speciosa</i>	2	M
Sibipiruna	<i>Caesalpineia occidentale</i>	6	M
TOTAL		125	
		A = árvore adulta	
		M = árvore jovem	

Ilustração 24: Inventário das árvores presentes nos terrenos antes da construção do parque

Fonte: autor (baseado em documento integrante do arquivo pessoal de Alberto Carrano, UFRPE – Departamento de Ciência Florestal – Área de Recursos Naturais Renováveis)¹⁰⁰

¹⁰⁰ Terrenos: lote 1 localiza-se na Avenida Boa Viagem entre os números 5.888 e 6.214 (18.500 m²) e o lote 2 que se localiza na Rua Setúbal entre os números 1.058 e 1.204 (14.280 m²).

ANEXOS

VEGETAÇÃO PROPOSTA (PROJETO)		
PALMEIRAS		QUANTIDADE
PALMEIRA MACAÍBA	ACROCOMIA INTUMESCENS	10
PALMEIRA JERIVÁ	SYAGROS ROMANZOFFIANA	19
PALMEIRA IMPERIAL	ROYSTONEA OLERACEA	31
PALMEIRA DE MANILA	VEITCHA MERRILLI	13
PALMEIRA PITICOSPERMA	PTYCHOSPERMA	10
PALMEIRA PUPUNHA S/ ESPIINHO	BACTRIS GASIPAES	10
COQUEIRO	COCUS NUCÍFERA	5
TOTAL		121
ÁRVORES		
IPÊ ROXO	TABEBUIA AVELLANEDAE	10
IPÊ BRANCO	TABEBUIA ROSEO-ALBA	7
CRAIBEIRA	TABEBUIA CARÁIBA	9
SIBIPURUNA	CAESALPINIA PELTOPHOROIDES	20
ABRICÓ DE MACACO	CORROUPITA GUIANENSIS	7
PAU BRASIL	CAESALPINA ECHINATA	8
PAU DE FORMIGA	TRIPALARIS SURINAMENSIS	71
MORORÓ	BAUHINIA VARIEGATA	69
CAJUEIRO	ANACARDIUM OCCIDENTALE	8
UBAIA	EUGENIA PYRIOFORMIS	10
TOTAL		219
ARBUSTOS		
PITANGA	EUGENIA UNIFLORA	20
JASMIM MANGA (VERMELHO)	PLUMERIA RUBRA	24
FILODENDRO-DA-AMAZÔNIA	PHILODENDRON MELINONII	10
GUIAMBÊ	PHILODENDRON BIPINNATIFIDUM	9
GUIAMBÊ FOLHA-ONDULADA	PHILODENDRON ONDULATUM	10
ORELHA-DE-ONÇA	TIBOUCHINA GRANDIFOLIA	60
CLÚSIA	CLUSIA FLUMINENSIS	47
CICA	CYCAS CIRCINALIS	22
JASMIM-LEITEIRO	TABENAEMONTANA LAETA MINE	40
TOTAL		242
HERBÁCEAS		
LÍRIO	CRINUM PROCERUM	410
PANAMÁ VERMELHO	ALPINIA PURPURATA	230
PANAMÁ ROSA	ALPINIA PURPURATA	200
IXORA COMPACTA	IXORA COCCINEA COMPACTA	240
AÇUCENA	CRINUM ERUBESCENS	270
BARBA DE SERPENTE	LIRIOPE MUSCARI	490
MOREIA	DIETES BICOLOR	680
TOTAL		2.520
GRAMA ESMERALD	WILD ZOYSIA	10.622,85M2

Ilustração 25: Vegetação proposta para o Parque.
Fonte: EMLURB-Recife

ANEXOS

Depoimento de Oscar Niemeyer

“O projeto deste teatro estabelece uma pausa neste correr de prédios que variam entre quatro e dez pavimentos a desmerecer a maioria das praias brasileiras. É claro que tudo começou em função do poder imobiliário e sua ânsia invencível de lucro sem o menor respeito pelas mais primárias regras de correção e bom gosto. Isso sem falar do aspecto urbanístico que essas avenidas litorâneas apresentam, quando, destinadas a tráfego mais intenso, cortam a ligação mais íntima da cidade com as praias. É a preocupação de obras suntuosas que explica tudo isso, impedindo, como seria mais agradável, que a cidade e as praias constituíssem um conjunto mais harmonioso, com praças e jardins a enriquecê-lo. No caso do teatro do Recife a solução que propomos evita a repetição das velhas avenidas litorâneas a que me referi, criando uma separação rígida retilínea que as construções de mau gosto ajudam a empobrecer. A uma distância de 200 m o teatro vai impedir tanto desacerto. Numa grande área ajardinada serão situados o teatro, o prédio de apoio com escritórios, lojas etc., o salão de exposições, e um mirante, que, a 20 m de altura, dará aos visitantes uma visão panorâmica extraordinária. Outros aspectos curiosos o visitante vai encontrar. Primeiro, a maneira simples e lógica com que uma rampa suave o leva até ao foyer do teatro, onde uma grande parede de vidro o separa da plateia. E do palco, que mais adiante, permite vislumbrar, surpreso, ele pensa como foi fácil realizar esse pequeno trajeto, que termina naturalmente próximo ao local donde partiu. Acostumado a projetar teatros, conhecendo como os problemas de cesso - obrigando a rampas e escadas - são difíceis de resolver, sinto que uma lição de arquitetura estou oferecendo neste projeto. E me agrada mais ainda saber que a abertura do palco para o exterior foi também uma contribuição minha, nunca antes adotada. Sorrio para o meu amigo Luiz Otávio, que me acompanha neste trabalho, da falta de modéstia inesperada, mas confesso que este projeto me agrada particularmente. Continuo olhando a planta do teatro, e o palco abrindo para o exterior me faz sorrir satisfeito. Olho novamente o conjunto deste projeto de que o teatro é o elemento principal. Vejo os outros edificios; sinto que a vista para o mar está livre, como eu desejava, que o prédio da administração e lojas e o salão de exposições estão bem localizados, que o restaurante será um novo atrativo neste lugar magnífico, que, em boa hora, o Prefeito João Paulo Lima e Silva resolveu aproveitar, transformando-o num centro de cultura e lazer da melhor qualidade.”¹⁰¹

¹⁰¹ NIEMEYER, Oscar. Oscar Niemeyer: 1999-2009. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p.90.